

**O "NOVO" NO SINDICALISMO
BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS,
IMPASSES E DESAFIOS**

Lorenzo Zanetti

**O "NOVO" NO SINDICALISMO BRASILEIRO:
CARACTERÍSTICAS, IMPASSES E DESAFIOS.**

Lorenzo Zanetti

**Dissertação submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre em Educação**

**Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
1993**

SUMARIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1. O NOVO SINDICALISMO	4
1.1 <u>O "velho" sindicalismo</u>	4
1.2 <u>1964 - a ruptura</u>	6
1.3 <u>Nasce um novo sindicalismo</u>	11
1.3.1 Contexto	11
1.3.2 As greves no ABC	12
1.4 <u>Características do "Novo Sindicalismo"</u>	14
1.4.1 Algumas premissas	14
1.4.2 A voz dos trabalhadores	18
1.4.3 A voz dos intelectuais	27
1.4.4 Algumas considerações	40
CAPÍTULO II	
2. A CAMINHO DA CUT: ENCONTROS E "DESENCONTROS"	50
2.1 <u>Do movimento de '78 à criação da CUT</u>	50
2.1.1 Os sindicatos se movimentam	50
2.1.2 As articulações que antecedem à criação da CUT	52
2.1.3 A primeira CONCLAT	60
2.1.4 Os motivos da divisão	65
2.1.5 A criação da CUT	72
2.2 <u>Cresce o número de organizações intersindicais</u>	79
2.2.1 CONCLAT: Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora .	79
2.2.2 USI, União Sindical Independente	81
2.2.3 CGT, Central Geral dos Trabalhadores	82
2.2.4 Força Sindical	83

CAPÍTULO III

3. A CUT ATRAVÉS DE SEUS CONGRESSOS	88
3.1 <u>Dez anos de vida</u>	88
3.1.1 O 1º Congresso	89
3.1.2 O 2º Congresso	92
3.1.3 O 3º Congresso	100
3.1.4 O 4º Congresso	106
3.2 <u>A CUT, através dos CONCUTs - considerações</u>	112

CAPÍTULO IV

4. CAPÍTULO CONCLUSIVO	121
4.1 <u>Dos problemas atuais, aos possíveis caminhos futuros</u>	121
4.1.1 O "passado" presente na estrutura organizativa da CUT	122
4.1.2 Concepção sindical, uma questão de qualidade	130
4.1.3 A dimensão cultural	134
ANEXOS	145
BIBLIOGRAFIA	166

"Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas"

Sun Tzu

"O verdadeiro movimento nunca aparece como o concebiam aqueles que o prepararam"

F. Engels

APRESENTAÇÃO

A motivação deste trabalho vem do meu interesse pela questão da formação no movimento sindical.

Habitualmente, a formação sindical é pensada considerando os momentos específicos: cursos, seminários, etc. Diversos estudos já foram realizados com esta orientação. Minha preocupação, no entanto, é com o que precede, com a possível referência dos próprios programas de formação e inspiração, pelo desejo de buscar pistas que possam norteá-los.

Sob esse ângulo, o estudo se volta fundamentalmente para a realidade da CUT, que considero "como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e por conseguinte, não é imutável, nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las)¹". A CUT, como toda realidade, é contraditória, ao mesmo tempo, produto e produtora de diferentes práticas e idéias. Dela "decorrem certas conclusões metodológicas, que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate de física, ou de questões prá-

1. Dialética do concreto, K. Kosik, tradução de Célia Neves e Alderico Zorilio, ed. Paz e Terra, 4ª edição, pag. 36.

ticas relativas à organização da vida humana e da situação social"².

Este estudo, portanto, não trata, diretamente, da formação sindical, mas, partindo de uma reflexão sobre a história do novo sindicalismo, que se expressa na CUT, apontam-se questões a serem repensadas por aqueles que se preocupam com a questão fôrmativa.

2. Idem pag. 36.

OS AGRADECIMENTOS

A minha família é de origem, italiana; tive a sorte de ser o último dos sete filhos e, por isso, o único em condições de estudar para além do 2º grau. Os outros irmãos e irmãs tiveram que trabalhar cedo para ajudar o pai, operário semi-qualificado, no sustento da família.

A minha família de hoje, brasileira, quatro filhos e uma esposa convivem com meus ideais e projetos e os apoiam, criando as condições para sua realização.

A Igreja, pela fé na vida e nos homens, que a formação de seminário me deu.

A FASE, onde conheci e convivi com companheiros comprometidos na luta para o fortalecimento das organizações populares; onde tive oportunidade de realizar um trabalho em que acredito e onde encontrei incentivos e condições para voltar a estudar.

A todos os trabalhadores e sindicalistas que, participando da criação da CUT, para além de suas conquistas e derrotas, contribuíram para a dignificação do trabalho e a renovação da esperança num mundo melhor.

A Carlos Minayo que deixo por último, e cuja orientação paciente, crítica, democrática e amiga, vem em primeiro lugar, entre os apoios de que precisei para a conclusão do curso e deste trabalho.

Não posso, infelizmente, agradecer à Fundação Getúlio Vargas que decidiu acabar com o IESAE, apesar da qualidade e do trabalho levado à frente por muitos de seus professores e funcionários.

RESUMO

O "Novo Sindicalismo", como se convencionou chamar o movimento sindical nascido com as greves de 1978 no ABC paulista, tem suas raízes num amplo movimento social que veio se desenvolvendo nos anos da ditadura e hoje continua vivo, na Central Única dos Trabalhadores-CUT.

Caracterizar o "novo" deste sindicalismo e a Central que dele nasce é o tema deste trabalho.

Com este objetivo, iniciamos o trabalho, partindo de fatos da história do movimento, de sua origem, de sua ação, de sua composição interna, de suas posições políticas e ideológicas, das resoluções dos congressos e da leitura, que destes fatos, fizeram os trabalhadores e os cientistas sociais.

Acompanhando estes fatos, desenvolveu-se uma reflexão sobre o processo vivido por amplos setores assalariados, ao longo dos últimos quinze anos, durante os quais, passando por importantes mudanças políticas e profundas crises econômicas, se consolidou, no Brasil, uma nova praxis sindical.

O trabalho aponta, finalmente, para os desafios que a CUT enfrenta para superar os impasses em sua organização, para avançar no aprofundamento de sua concepção sindical e para garantir a dimensão ética e cultural em sua prática.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores, em vários momentos, foram protagonistas de destaque na história brasileira nas duas últimas décadas.

Este protagonismo é fruto das mudanças havidas na sociedade brasileira e, particularmente, na prática sindical expressa no movimento conhecido como Novo Sindicalismo que se institucionaliza, quase que, em sua totalidade, na Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Esta organização não abrange o conjunto dos trabalhadores, mas conseguiu o reconhecimento de todos os setores sociais, dinamizou a organização sindical e tornou os trabalhadores sujeitos ativos e participantes da vida do País. Neste trabalho, se faz a reconstituição de momentos importantes dessa história que vão das origens do novo sindicalismo à situação atual da CUT.

O trabalho focaliza o movimento sindical urbano, sobretudo nas formas que assume na grande São Paulo. Isso se deve ao fato de que, mesmo reconhecendo a importância do sindicalismo no campo e sua participação já nas primeiras articulações e congressos, na realidade, a presença da CUT, neste setor, só tomou consistência mais recentemente. Além disso, são inegáveis as origens urbanas do novo sindicalismo, assim como, o papel fundamental das lideranças de São Paulo, no movimento.

O trabalho visa identificar e caracterizar o "novo" que o movimento sindical veio produzindo, suas expressões concretas, seu impacto junto aos trabalhadores e suas organizações, sua

influência em outros setores da sociedade e na conjuntura do país.

Os limites, os problemas e os impasses que acompanharam a implementação do novo sindicalismo e a vida da CUT, aparecem como contrapontos que ajudam a avaliar a novidade do movimento.

A primeira parte deste trabalho (capítulo I) trata do surgimento do novo sindicalismo, situando sua origem no contexto do rápido e amplo processo de industrialização e no regime ditatorial que, depois dos anos de dura repressão, apontava para uma abertura política.

Este contexto é marcado, também, por inúmeras iniciativas de resistência, denúncia e organização, conduzidas, de forma semi-clandestina, por grupos e organizações ligadas à Igreja e a partidos/grupos políticos: oposições sindicais, pastorais, etc.

A parte central deste capítulo é ocupada pela voz de trabalhadores e intelectuais, representativos das principais correntes ideológicas e políticas e de diferentes experiências, que, na época, procuravam entender e sistematizar os primeiros movimentos grevistas.

Nestas análises, aparece o consenso quanto ao "novo" que estes movimentos representam e se avança em sua qualificação.

O segundo capítulo retoma o processo havido entre 1978, início do movimento, e 1983, ano da criação da CUT. Destaca-se nesse período: a realização da 1ª CONCLAT, as articulações que a antecedem, a redefinição de posições, a aproximação das oposições sin-

dicais com os sindicalistas autênticos e, por fim a criação da CUT, seus princípios e seus planos.

Por outro lado, são tratados os desdobramentos que se seguem à criação da Central e as polêmicas sobre divisionismo e unicidade sindical.

O terceiro capítulo enfoca os congressos da CUT, vistos como expressões fortes e abrangentes da vida da Central. Procura-se identificar as especificidades de cada um destes eventos, as problemáticas tratadas, os avanços alcançados e as estratégias de luta aprovadas.

O capítulo conclusivo, o quarto, representa a tentativa de apontar caminhos que podem levar à identificação da raiz dos problemas e impasses que a CUT vive atualmente.

Está presente, também, a procura de alternativas possíveis para superar os desafios que hoje se colocam a fim de que o sindicato cutista cumpra seus objetivos, não decepcione as expectativas criadas e se mantenha como referência de uma nova forma de pensar e de agir. O texto aponta, desta forma, três vertentes: a organizativa, a teórico-ideológica e a cultural.

CAPÍTULO I

1. O NOVO SINDICALISMO

1.1 O "velho" sindicalismo

Novo Sindicalismo é uma expressão com a qual, se convencionou chamar o período histórico do movimento sindical que começa com as lutas pela reposição salarial (1977) e, sobretudo, com a explosão das greves (1978) que, a partir da fábrica da SCANIA de São Bernardo (SP), se espalha pelo país.

Essa expressão manifesta uma clara vontade de distinguir este período em relação ao anterior, onde predominou uma organização e uma prática sindical que acabou sendo identificada como velho sindicalismo. Neste "velho", não se incluem as lutas dos trabalhadores e suas organizações anteriores a 1930, um período heróico do nosso movimento operário, que, inspirado em idéias libertárias, criou os primeiros sindicatos, organizou as primeiras lutas e enfrentou o Estado que via o movimento como caso de polícia.

Mesmo antes de 30, havia organizações sindicais ligadas ao Estado,¹ mas é a partir da ditadura Vargas que é imposta a legislação sindical, que acaba com os sindicatos livres e cria o sindicato estatal. Quando se fala em velho sindicalismo, se entende a estrutura e a prática sindical que marcaram a vida do sindicalismo de Estado.

1. Em 1912, realizou-se um congresso destes sindicatos e no governo Artur Bernardes houve um claro favorecimento dos "amarelos" fortalecendo sua ação assistencial.

Este sindicalismo já foi amplamente analisado. Apontamos, a seguir, algumas características mais gerais. Trata-se de um sindicato corporativo, inspirado numa filosofia de conciliação de classes, com uma estrutura verticalista, sem participação dos trabalhadores, sustentado pelo imposto sindical, pela justiça do trabalho e por uma prática assistencialista. Este sindicalismo é qualificado de "pelego" por ter como objetivo "amenizar" o choque provocado pela luta de classes.

Se a classificação de velho sindicalismo se limitasse ao sindicalismo de Estado e a sua prática pelega, haveria um consenso entre os setores progressistas do movimento sindical, que participaram, de uma forma ou de outra, na construção do novo sindicalismo.

A polêmica entre estes setores surge quando, no velho sindicalismo se quer incluir, também, a prática de sindicalistas do PCB e da esquerda do PTB.

Para alguns setores, a política do PCB e de seus aliados legitimou e fortaleceu a estrutura estatal do sindicato e a prática "pelega". Para o PCB, mesmo admitindo alguns erros, sua prática permitiu a criação de estruturas paralelas livres, que levaram a classe trabalhadora à conquistas importantes no plano econômico e político.

Esta polêmica marcará o debate e as relações que irão se estabelecer com o surgimento e avanço do Novo Sindicalismo.

1.2 1964 - a ruptura

As origens do novo sindicalismo, entendido no sentido mais amplo, sem limitar a interpretação de "sindical" à ação dos sindicatos formalmente constituídos, remontam ao golpe militar de 1964.

O golpe de 64, completado em 68 com a edição do AI-5, representa uma ruptura profunda na vida da sociedade brasileira. Esta ruptura, se dá a nível econômico, político, social e também a nível mais estritamente sindical. Obriga os operários, e os trabalhadores em geral, a procurar caminhos alternativos que conduzirão, ao surgimento, na cena política brasileira, do chamado "novo" sindicalismo e à criação da CUT.

Alguns dados referentes ao período de 1964-68 fundamentam as afirmações anteriores:

Do ponto de vista econômico, os militares se propõem transformar definitiva e rapidamente, o Brasil num país industrializado. Deste modo, abrem as portas ao capital estrangeiro, criam subsídios e incentivos fiscais visando a rápida expansão de unidades de produção de grande porte e o surgimento de polos industriais, em várias regiões do país.

O crescimento industrial é rápido; em poucos anos, o número de trabalhadores da indústria aumenta consideravelmente (entre 60 e 70, a classe operária industrial quase duplica²). É a época do chamado milagre brasileiro. A expansão industrial vem acompanhada

2. Estes dados, citados pela autora e por outros estudiosos, constam da obra de Pereira Duarte - "Um perfil da classe operária", São Paulo, Hucitec, 1981.

de inovações na área tecnológica, nos processos de produção e na gestão das empresas.

Estas inovações modificam as relações de trabalho no interior da empresa; há uma maior diversificação de tarefas, de profissões, de cargos; aperfeiçoam-se os métodos de controle; as empresas, sobretudo, as de grande porte, se burocratizam.

O resultado - e, ao mesmo tempo, instrumento - deste novo modelo de desenvolvimento, é a maior concentração da renda e o consequente empobrecimento de amplos setores de assalariados, "garantido" pelo arrocho salarial³.

Para o campo, o novo modelo de desenvolvimento traz uma maior concentração da terra, aumento do êxodo rural, multiplicação dos despejos, aumento do trabalho temporário, implantação de projetos agro-industriais⁴.

O projeto político dos militares é a superação da crise que o Brasil estava vivendo a partir de 62, impedindo o avanço do desenvolvimento do país, conforme o plano de ação econômica (PAEG),

3. Dados sobre a concentração de renda e arrocho salarial nos estudos de:

Arroyo Raimundo - Empobrecimento relativo e absoluta do proletário brasileiro na última década em: "a situação da Classe Trabalhadora na América Latina" vários autores, Ed. CEDEC/Paz e Terra, 1978.

Vieira Evaldo - Estado e miséria social no Brasil, de Getúlio a Geisel, 3ª Edição, São Paulo, Cortez Editora, 1987, pág.211 e seguinte.

Sandri Adriano - Os Trabalhadores e o Movimento Sindical GEFASI-CPO, 1990, pág. 152 e seguinte.

4. Weffort, Francisco - "O Populismo na Política Brasileira", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1980, 4ª edição, pág. 128-143.

inspirado por Roberto Campos. Sua execução, porém, exige a eliminação das perturbações sociais responsáveis pela crise: "o processo inflacionário, as greve sucessivas, as ameaças de confisco da propriedade privada, a vigência da lei da remessa de lucro etc, que são focos de desestímulo à produção e sobretudo, aos investimentos"⁵. É para eliminar estas perturbações que a ruptura deve se dar, inclusive, a nível da política institucional e a nível dos movimentos populares (entre os quais, o movimento sindical - o mais organizado) acusados de promotores dessas perturbações, esquecidos do bem do país, visando os interesses "particulares" ou de grupo.

A ruptura a nível político institucional ocorre gradualmente: num primeiro momento, se salva o Congresso, mas são cassados deputados, e senadores, governadores, prefeitos, juizes, embaixadores etc. O AI2, dissolve os 13 partidos e impõe o bipartidarismo; em 66, o Congresso é fechado, em 67 é reaberto para aprovar a nova Constituição. É esta Constituição "encomendada" que impõe a eleição indireta para governadores e presidente da República. Com o AI5 há um endurecimento do regime, o presidente passa a ter um poder, acima da própria Constituição, tendo início um período do maior desmando, da tortura, dos assassinatos políticos, do exílio de milhares de lideranças. É o período do medo, da supeita indiscriminada, da censura e auto-censura, da repressão a toda forma de ação reivindicativa.

5. Martins Heloisa H. Teixeira de Souza - "O Estado e a Buracratização do Sindicato no Brasil", 2ª Edição, Hucitec, São Paulo, 1989, pág. 92-93.

Tudo isso, tendo como justificativa "amor" a Pátria, a necessidade do país superar sua política populista, e implementar uma política baseada em princípios racionais, com ênfase no direito e governantes "tecnicamente qualificados"⁶.

Pode-se falar de uma ruptura também na vida sindical? Todo o arcabouço jurídico, em que se enquadra o movimento sindical, continua vigorando. Para Martins de Souza "a proposta sindical do Estado Novo encontra sua efetivação na conjuntura política de 64"⁷.

De fato, se dá uma ruptura, também, a nível sindical, não no código do sindicato, mas, como sugere a mesma autora, pela interferência profunda da nova conjuntura na prática sindical.

Esta interferência é ostensiva, manifesta-se na verdadeira devassa a que o novo regime submete os sindicatos. Centenas, exatamente 761 sindicatos, sofrem intervenção. Os mais atingidos são os sindicatos mais fortes e ativos; milhares de dirigentes e lideranças sindicais da cidade e do campo, são denunciados, presos, cassados em seus direitos políticos, submetidos à torturas, forçados ao exílio. Na realidade, tudo isso representa o fim de uma geração de dirigentes sindicais que tinha consolidado a hegemonia da esquerda tradicional no movimento sindical⁸.

6. Martins de Souza, obra citada, pág. 108-109.

7. Idem pág. 89-91.

8. Dados e tabelas sobre o nº de cassações nas obras citadas de Manfredi M. Silvia, pág. 75 - Martins de Souza, pág. 100, Sandri Adriano, pág. 161.

O movimento militar de 64 adota a concepção sindical Estado-novista, mas, para atingir rapidamente seus objetivos, se vê obrigado a reformular alguns mecanismos legais e usar novas práticas de pressão. Chama a si o poder de definir os reajustes salariais (Lei 4724, de 1965), proíbe às delegações regionais de trabalho a homologação de acordos com reajustes divergentes dos índices estabelecidos pelo governo; impõe um controle rígido do uso do imposto sindical; adota a exigência do atestado ideológico para os candidatos à direção do sindicato; retira a estabilidade do trabalhador que se vê "obrigado a optar" pelo FGTS; é regulamentada a lei de greve (Lei 4330) que, praticamente, torna a greve legal impossível.

Em síntese, a ruptura provocada pelos militares em 64, as mudanças radicais e violentas, que ocorreram, acabaram criando uma situação que obrigou grupos políticos, instituições da sociedade civil, igrejas e o movimento popular e sindical a repensar sua função e sua atuação. No caso do movimento sindical, a repressão, a destruição física de milhares de lideranças e as exigências legais provocaram um impacto e uma situação tal, que, a reconstituição do movimento só poderia se dar em novas bases.

As condições políticas (ditadura militar) e sociais (arrocho) foram os outros ingredientes que condicionaram a definição dos novos rumos a percorrer. É uma etapa de resistência. A construção do novo sindicalismo começa neste período com um trabalho definido pelos próprios ativistas como "trabalho de formiguinha" ou "trabalho de pé de ouvido" que, mesmo nos períodos mais duros da ditadura, se traduz em ações localizadas, na constituição de gru-

pos de fábrica e em articulações de oposições sindicais.

As greves com ocupação de fábrica, em Contagem e Osasco, são expressões que permanecem isoladas em sua dimensão e repercussão, e o que prevalece, no período, é este trabalho "miúdo".

1.3 Nasce um novo sindicalismo

1.3.1 Contexto

Os anos 73-74 marcam o fim do período mais duro da repressão, e acaba a "operação limpeza", (assim chamada por alguns segmentos) que varreu, um a um, todos os diversos grupos que ofereciam resistência ao regime (operários, estudantes, intelectuais, igreja, guerrilheiros). Nestes mesmos anos começa o fim do "milagre econômico" com a crise da economia mundial, e a crise do petróleo.

A nível político, têm início as divisões no interior da própria classe dominante. O MDB ganha as eleições (14 milhões de votos contra 10 milhões para a ARENA), mas, por um "milagre" da engenharia política brasileira, não tira a maioria da ARENA.

Para Alvaro Moisés, a "conjuntura aberta com as eleições de 1974 aprofundou ainda mais esta crise, acelerando o processo de deteriorização da escassa representatividade dos partidos políticos" e, o fim do milagre econômico retira do regime a solidariedade de grupos sociais "transitoriamente comprometidos com o processo de acumulação"⁹.

9. Moisés, José Alvaro em "Lições de Liberdade e de Opressão" - o Novo Sindicalismo e a Política - Paz e Terra, 1982.

Por outro lado "a desilusão das camadas médias diante do fracasso do milagre convergiu com o protesto do empresariado de São Paulo ... O movimento estudantil, a imprensa e amplos setores da Igreja Católica somaram-se aos liberais na denúncia do arbítrio, do desrespeito aos direitos humanos"¹⁰. Uma das expressões mais fortes desse fenômeno foram as denúncias e manifestações organizadas pela Igreja, ABI e OAB, quando do assassinato do Jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, que levaram ao afastamento do comandante do 2º exército, General Ednardo, e à Condenação do Estado, julgado pela justiça como culpado pela morte dos dois.

Com a nova política norte-americana de Carter, em relação aos direitos humanos, o regime fica isolado a nível internacional; setores das forças armadas começam a manifestar preocupação diante da falta de legitimidade do regime e as divisões internas aparecem, também, fora dos quartéis.

1.3.2 As Greves no ABC

O ano de 77 marca o início da luta pela reposição das perdas salariais, sofridas pelos trabalhadores por um "erro de cálculo" da equipe econômica a respeito da inflação de 73-74. Esta luta, em 78, se transforma numa explosão de greves, que a partir do ABC Paulista, chega até a Capital, espalhando-se em seguida, por outras cidades dos estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais. As greves de 78, em sua maioria, são, inicialmente, greves de meta-

10. Sandri, Adriano, obra citada, página 90.

lúrgicos das grandes empresas; posteriormente, se alastram e atingem setores tradicionais como a construção civil envolvendo, inclusive, trabalhadores não sindicalizados: os funcionários públicos.

Esta luta, sobretudo as greves, marcam o início daquele que veio a ser chamado pelos próprios sindicalistas e muitos estudiosos de Novo Sindicalismo. Representa também, o reaparecimento do movimento sindical na cena política do país.

É importante destacar que esta volta ao cenário político não é algo a ser debitado somente ao movimento dos trabalhadores. O processo de desgate do regime e a luta de uma "ampla frente democrática brasileira", para apressar o fim do regime de exceção, criaram condições mais favoráveis à retomada da luta sindical. Entretanto esse processo de abertura e de pressão democrática em curso na sociedade brasileira, não explica, por si só, o reaparecimento do movimento sobre as bases que o caracterizam como "novo" sindicalismo.

É impossível compreender, profundamente, o que acontece em 77-78, sem considerar a "ruptura" política e econômica provocada pelo regime militar e sem considerar todo o trabalho que foi sendo desenvolvido por grupos políticos, igrejas, entidades de educação popular, oposições sindicais e, também, por sindicalistas, atra-

vés da própria estrutura do sindicato oficial¹¹.

Em São Bernardo, por exemplo, onde o movimento começou, a diretoria sindical já estava, há vários anos, realizando um trabalho de esclarecimento e organização dos trabalhadores. Basta lembrar os dois congressos da categoria, o Congresso da Mulher Metalúrgica e as centenas de reuniões nas portas das empresas que precederam as greves.

1.4 Características do "Novo Sindicalismo"

1.4.1 Algumas Premissas

Caracterizar a retomada do movimento operário e sindical não é difícil, nem polêmico. Desde o começo os sindicalistas e ativistas envolvidos nas lutas, assim como intelectuais de diferentes matrizes, fazem isso. Polêmico é definir o "Novo" deste sindicalismo que reaparece em 77-78. Para a esquerda tradicional, o que acontece neste período é a retomada da luta de antes de 64, da organização da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado. Esta retomada surge com novas características, porque novo é o modelo de industrialização e desenvolvimento, nova é a compo-

11. Sobre as greves: ver anexo 1.

Sobre o trabalho neste período há uma ampla literatura sobre educação popular produzida por vários centros: NOVA, CEAS, FASE, CEP/URPLAN, PUC/SP. Outros trabalhos que me serviram como referência são: o livro "A Igreja nas bases em tempo de transição" (1974/1985) organizados por Paulo Krieschke e Scott Main-waring, Ed. L & e PM/CEDEC e a tese de Hamilton José Barreto de Farias - "A experiência operária nos anos de resistência - A oposição sindical metalúrgica de S.Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978). Tese de Mestrado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1986.

sição da classe, novas são as lideranças que se destacam nesta luta.

Grande parte das lideranças que se indentificam com grupos nascidos de "rachas" do PCB e PC do B, com diferentes tendências trotsquistas, ou que tem sua trajetória ligada à ACO (Ação Católica Operária), à JOC (Juventude Operária Católica) e a outros movimentos de Igreja, inspirados na Teologia da Libertação, tendem a negar o sindicalismo de antes de 64 e, sobretudo, a política do PCB, que hegemonizou o movimento sindical por várias décadas.

Une-se a eles a maioria dos sindicalistas chamados autênticos que, mesmo vindo de uma experiência no interior dos sindicatos oficiais, trabalharam na perspectiva de mudança da prática e da organização sindical.

Sem necessidade de entrar na polêmica, sobre o "velho" e o "novo" sindicalismo, que o tempo ajudou e continua ajudando a redimensionar, cabe identificar alguns elementos característicos desta etapa do movimento sindical.

Nesta caracterização, não se coloca em contraposição estes novos elementos com aqueles do movimento de antes de 64. As possíveis comparações servirão ao esclarecimento, ou na qualificação das diferenças. Esta postura não é ditada pela vontade de conciliação ou para evitar o enfrentamento da questão. Entrar num confronto entre erros e acertos do "velho" e do "novo" sindicalismo implicaria numa análise mais exaustiva das diferentes conjunturas econômicas, políticas e sociais, quando aqui, pretende-se apenas,

analisar os elementos do "novo sindicalismo", que possibilitem uma melhor compreensão da CUT.

Partimos da premissa de que o novo sindicalismo não nasce como algo acabado. Nasceu e permanece, até hoje, em permanente construção, seja quanto à definição do seu projeto, como no que diz respeito à sua abrangência. Basta lembrarmos-nos das divisões entre as diferentes centrais e as polêmicas presentes no interior da própria CUT. Observamos, também, que o novo sindicalismo teve início nos setores de ponta da indústria, na região mais industrializada do País. Difundiu-se, em seguida, por todos os outros setores e regiões, tornando-se, com a criação da CUT, uma referência nacional. Continuam existindo, no entanto, amplos contingentes de trabalhadores desorganizados ou sindicalizados em entidades tidas como "atrasadas" e "pelegas", que não aceitam se filiar a nenhuma Central.

Por isso, ao caracterizar o novo sindicalismo, estamos nos referindo a uma parte do movimento que, com seu discurso e sua prática, conseguiu imprimir uma nova dinâmica aos sindicatos, obtendo o reconhecimento de outros setores da sociedade e do próprio governo. Representa a vertente mais avançada do movimento sindical, a mais forte, mas não a única.

A clareza, quanto a este fato, ajuda a evitar posturas monopolizadoras na representação sindical. Esta observação pode parecer óbvia, mas o óbvio também pode ser esquecido. É isso que, a nosso ver, aconteceu em vários momentos, como por exemplo, na composição de muitas chapas de oposição, onde prevaleceu o critério

"tudo ou nada", ou na deflagração de algumas greves, onde poucas dezenas de ativistas se sentiram muito à vontade ao tomar decisões que envolviam milhares de companheiros.

Um último esclarecimento diz respeito às fontes usadas nesta etapa do trabalho. Estas são, de um lado, a voz dos próprios trabalhadores, através de entrevistas realizadas desde o primeiro surgimento do movimento e, de outro lado, as análises de intelectuais, próximos ao movimento operário e sindical, entre os quais, previlégiamos aqueles que acompanharam os acontecimentos da época.

Desde suas primeiras entrevistas, os operários que lideraram o movimento iniciado em 77 e 78, mostraram sua convicção de que protagonizavam algo de novo, no meio sindical. Apesar das diferentes histórias de cada uma destas lideranças, de suas diferenças ideológicas e políticas, os depoimentos convergem para a qualificação deste "novo". Trata-se de um movimento de classe, centrado na autonomia e liberdade sindical, democrático, de massa, organizado nas bases e por isso mesmo, anti-corporativo, e não burocrático. Por estas características, é um movimento que rompe, radicalmente, com a estrutura sindical, atrelada ao Estado, imposta pela ditadura de Vargas aos trabalhadores brasileiros e que, mesmo questionada no passado pelas lideranças do movimento operário, nunca foi superada, nem seriamente combatida.

Entre as várias publicações que recolhem e analisam "a voz dos trabalhadores", no início do novo sindicalismo, temos como refe-

rência a Revista Cara a Cara¹².

Os organizadores do segundo número da revista conseguiram selecionar algumas questões que focalizam as novas características do movimento, com uma significativa representação de sindicalistas, cujos depoimentos refletem as posições das tendências (organizadas ou não), que, nas lutas de '78, atuaram como oposições sindicais ou, enquanto, direções sindicais autênticas.

1.4.2 A Voz dos Trabalhadores

Liberdade e autonomia do movimento operário são as duas características mais lembradas nas entrevistas e onde, apesar das diferentes ênfases, há o maior consenso.

As greves de 78 são tomadas como o sinal, a prova de que o movimento operário chegou a sua maioridade.

Para Lula "o sindicalismo precisava se tornar, de uma vez por todas, independente... Alguns sindicatos passaram a pregar aos trabalhadores a necessidade de nós conseguirmos fazer nossas próprias brigas sem precisarmos da interferência de quem quer que seja. O trabalhador devia aprender a ganhar alguma coisa, aprendendo a medir suas próprias forças e saber quanto ele é importante no processo de desenvolvimento do país ... ele deixou de

12. Todas as citações de operários desta parte do trabalho, são extraídas de Cara a Cara, Revista Semestral de Estudos Everardo Dias - Ano 1, nº 2 - 1978, que transcreve o debate entre: Jacó Bittar (Petroleiros de Campinas e Paulínia), Bigode (Chapa 2) e Hélio (Chapa 3) da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, Nazaré, Zé Pedro e Baixinho, da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Osasco. As declarações de Luiz Inácio da Silva (Lula) estão na mesma revista, numa entrevista à parte.

acreditar em muitas coisas, ... que o governo podia fazer muitas coisas para a classe trabalhadora, ... que a classe política, mesmo não sendo composta de trabalhadores ... era eleita para fazer alguma coisa em seu benefício".

Nesta entrevista, Lula fala de autonomia do movimento operário num sentido amplo, ligada a uma maior conscientização que faz com que os trabalhadores se sintam uma classe, com uma identidade própria, com capacidade de pensar por si mesma, com uma visão própria do mundo, com um papel social específico. A luta sindical, a luta pela reposição salarial são frutos de uma nova consciência, são instrumentos de formação desta mesma consciência. Quanto à estrutura sindical oficial, Lula considera que já está falida.

Hélio Bombardi, da oposição metalúrgica de S.Paulo, amplia o sentido de autonomia. Para ele, o movimento de 78, da forma como se deu em São Paulo e Osasco, mostra sua autonomia não só em relação ao Estado e aos partidos, mas em relação ao próprio sindicato "mesmo reconhecendo que a gente vai ter que trabalhar durante algum tempo dentro de um sindicato que está dentro desta estrutura ... a luta da oposição é justamente para quebrar a estrutura sindical".

Para Hélio, o movimento de 78, em São Bernardo, se deu fora do sindicato e a greve foi espontânea. Em São Paulo e Osasco onde as comissões de fábrica, independentes do sindicato, organizaram as greves, a qualidade do movimento foi diferente. Trata-se de um movimento organizado (não espontâneo), que vai além da luta

econômica e traz, como resultado, o fortalecimento e o aumento do número de comissões de fábricas reconhecidas pelas empresas e independentes do sindicato.

Sobre a autonomia do movimento em relação ao sindicato, os outros entrevistados de "Cara a Cara" oferecem diferentes versões desta autonomia, que refletem as visões de sindicato, de seu papel no movimento operário e no processo de transformação da sociedade; expressam, também, diferentes análises sobre a atuação da esquerda nos sindicatos antes de 64, e avaliações diversas quanto ao papel exercido pela estrutura sindical imposta pela CLT, e sobre as relações entre partido e sindicato.

Assim, ao mesmo tempo que ocorre o consenso quanto à importância do movimento de 78 em direção à autonomia e liberdade sindical, reaparecem antigas questões, não resolvidas em vinte anos de ditadura militar e que, até hoje, apesar dos novos e graves desafios que se apresentam ao movimento sindical, ocupam a pauta do debate da CUT.

A liberdade do sindicato e sua autonomia não dependem, apenas, de uma mudança a nível de relações com partidos, ou com o Estado; Liberdade e autonomia são produtos de uma nova forma de pensar o sindicato. O que garante, o que dá sentido e conteúdo à autonomia é a democratização do sindicato, a participação da base, sua capacidade de representar e envolver na luta a massa operária.

Os atores do movimento de 78, estão conscientes destes princípios; o debate e a entrevista de "Cara a Cara" revelou, uma certa

unaminidade quanto a estes aspectos da questão.

Segundo Jacó Bittar, "atrás da espontaneidade deve ter havido um trabalho do sindicato, que procurou as bases para esclarecimentos ... Quanto mais acobertado por uma base, quanto mais próximo de uma base é que ele (o dirigente) poderá levar o sindicalismo dentro de uma estrutura democrática. Para Jacó, a democratização do sindicato é possível também com a atual estrutura. Para Hélio Bombardi, no entanto, a estrutura sindical vigente é incompatível com a democracia sindical; o que distingue o novo movimento, é precisamente o fato de que "está começando de baixo para cima" e "na medida em que a classe vai assumindo a necessidade de sua organização independente em relação ao Estado, ela vai assumindo a luta dentro das fábricas", ou, em outras palavras, estará se organizando na base.

De acordo com Zé Pedro (Osasco), a democratização do sindicato se faz pela organização de Comissões de Fábrica no sentido de uma maior participação dos trabalhadores, para além das assembléias e reuniões que ocorrem dentro do sindicato.

Segundo Lula, a confiabilidade que seu sindicato ganhou "é o resultado de um longo trabalho de 5, 6, 7 anos. Pela primeira vez, eu comecei a acreditar nas palavras. Eu acho que se você começa a jogar muitas idéias na cabeça do trabalhador, mais dias, menos dias, ele adere a elas". As comissões, segundo Lula, não são a solução para a participação das bases. Por questões da conjuntura do País e pela repressão nas empresas, Lula coloca-se, até, contra a idéia da comissão, mas não contra o trabalho de ba-

se que seu sindicato realizou. E exemplifica dizendo: "o sindicato resolveu, por exemplo, na semana que antecedia o 1º de maio, fazer um ciclo de palestras na escola do sindicato onde há, mais ou menos, 900 trabalhadores, que são os mais politizados". Em outra parte da entrevista, falando da relação com as bases reafirma que não cabe aos dirigentes sindicais assumirem o compromisso de resolver os problemas da classe trabalhadora, se substituindo à mesma. Sem organização e participação das bases, o dirigente não resolve os problemas.

Trata-se de depoimentos dados após a greve de 78, onde é possível constatar que, desde o começo, houve clareza quanto a uma nova concepção e prática sindical. É importante ressaltar também que, desde então, apareceram ou reaparecem contradições e ambiguidades antigas, mas também atuais, que continuam desafiando o "novo sindicalismo": Que quer dizer "de base"? Ter Comissões de Fábrica? Ter outra presença junto às bases? Procurar lutar pelos problemas que, de fato, sensibilizam as bases? Mas quem são as bases? Os trabalhadores conscientes ou a massa dos trabalhadores?

Estas são questões que todos consideram esclarecidas e que, portanto, não merecem uma reflexão mais aprofundada. O mesmo acontece em relação à democracia. De que democracia se fala? "O povo é igual a soldado: só anda com general. Não vem falar que peão vai resolver, porque peão não resolve nada" (Paulo). Com outras palavras, Hélio parece concordar que, para sua luta, o trabalhador necessita de uma vanguarda, formada por pessoas ou grupos cuja representação é inata. É assim que interpretamos sua afirmação: "a questão central, para mim, para que os embriões de

hoje possam evoluir para as futuras comissões, não é a eleição, mas sim a representatividade".

Lula se coloca contra esta posição porque: "Democracia é vontade da maioria" e, se esta maioria não precisa se manifestar, a democracia acaba e teremos imposição de uma minoria.

O que há de comum no conceito de "democracia" expresso de forma tão diferente? Por trás destas afirmações, continuam presentes as clássicas questões: vanguardismo, relação vanguarda-massa, representatividade de uma direção, papel das lideranças, relação maioria-minoria, etc, onde se confrontam a visão leninista de democracia, cujo produto histórico é a ditadura do proletariado, e a visão de democracia como valor universal.

Quando a questão da democracia sai do interior do sindicato e é pensada no sentido de identificar o papel do sindicato na construção de uma sociedade democrática temos, entre os protagonistas do movimento de 78, um consenso quanto à importância e quanto à necessidade da participação dos trabalhadores para a própria existência da democracia.

Mesmo admitindo que o que mobiliza a massa dos trabalhadores são as questões econômicas, reconhece-se que, ao sindicato é reservado um papel político e, na medida em que o sindicato cumpre este papel, reforça a democracia. A luta deixou de ser corporativa, é a classe operária que se descobre enquanto tal, com todos seus valores e com toda sua força para transformar a sociedade. "Ela, a classe trabalhadora, tem mais força que qualquer outro

segmento da sociedade brasileira" (Lula).

A própria luta iniciada pela reposição salarial é uma luta democrática, porque não se reduziu à dimensão econômica. Questionando a política salarial, a lei de greve e a própria estrutura sindical corporativa e fascista, podemos observar que esta luta atingiu o regime.

Este consenso, sobre a importância política da luta sindical, já não se mantém quando os entrevistadores de "Cara a Cara" insistem em saber qual a opinião dos trabalhadores em relação às lutas políticas mais gerais: anistia, liberdades democráticas e constituinte - bandeiras de luta da oposição à ditadura - ou, quando provocam uma resposta sobre a necessidade do movimento fazer alianças com outros setores da sociedade.

A ausência dos trabalhadores nas lutas mais gerais da oposição ao regime é um fato que ninguém pode negar. Para Nazaré, as palavras de ordem destas lutas "não mobilizam a classe operária"; Zé Pedro afirma que "muitos trabalhadores não sabem o que estas palavras significam". Lula percebe em sua base que "há um grupo de trabalhadores novos que ... mais do que nunca chama por liberdade e participação política".

Os participantes do debate de "Cara a Cara" são unânimes com Jacó Bittar, ao afirmar que as vanguardas e os sindicatos autênticos devem abraçar a bandeira e lutar pela anistia, pela Constituinte, no seu momento certo, ... e pelas liberdades democráticas. Bigode enfatiza que são os trabalhadores que mais necessitam de liberdades democráticas e Lula, preocupado com o fato dos trabalha-

dores serem vistos como força social de grande peso e com identidade própria, vê a participação da classe trabalhadora necessária, mas condicionada ao reconhecimento do seu valor, de suas lutas e de seu sacrifício.

Parece claro que as lutas democráticas têm muito a ver com a classe trabalhadora e, mesmo que sua compreensão não esteja ao alcance das massas, cabe às vanguardas e aos dirigentes do movimento, fazer esta mediação (Zé Pedro).

As maiores divergências aparecem em relação às alianças, que os trabalhadores se dispõem a fazer para garantir a democracia.

Segundo Jacó Bittar a democracia é um bem tão importante que, para sua implantação, se justifica a aliança com qualquer setor da sociedade, "para terminarmos com essa opressão da classe trabalhadora".

Esta posição provoca reações: Nazaré vê possibilidade de aliança "com todos os setores realmente comprometidos com todo desenvolvimento da luta dos trabalhadores". Zé Pedro discorda de Jacó de se fazer aliança com os patrões: "eu fico preocupado com essa Frente de Democratização, com Magalhães Pinto, Euler Bento e tal - levando em conta a prática que esses caras tiveram. Não dá para confiar neles".

Hélio Bombardi, se coloca no extremo oposto ao do Bittar e não vê condição nenhuma de formar alianças.

"Aliança você faz quando está forte e hoje o movimento operário não está tão forte assim... vai ser engolido". Aliança só "a partir do momento que estivermos organizados... Eu acho que não existe partido representativo da classe operária e por isso não temos condições para fazer alianças".

Resumindo, a partir das opiniões expressas pelos sindicalistas, encontramos consenso quanto à dimensão política do movimento iniciado em 77-78, quanto à importância da classe trabalhadora para a democratização da sociedade e quanto à necessidade da classe se envolver em lutas para além de suas reivindicações imediatas.

Além dos consensos, surgem também, de forma vedada ou aberta, muitas divergências: a) quanto aos tempos e às condições para ampliar o discurso e a luta em relação a questões políticas mais gerais: quando o trabalhador conseguir melhores salários? depois que estiver conscientizado?; b) quanto aos sujeitos deste processo: sindicatos? comissões? partidos?; c) quanto aos objetivos imediatos desta luta: fortalecimento da classe para que se possa pensar em alianças, ou pensar em alianças para o fortalecimento da classe e suas lutas?; esquecer os partidos, visto que nenhum deles representa os operários ou juntar forças em um partido até que os trabalhadores criem o seu próprio partido?; d) quanto aos aliados: a escolha se faria tendo em vista, apenas, outros setores da população oprimida?; setores de classe média e instituições da sociedade civil tipo OAB, ABI etc?; empresários interessados em romper com a ditadura?; e) quanto à avaliação do peso da classe trabalhadora em relação: a conjuntura da época, ao apro-

fundamento da crise política e ao avanço do processo de abertura.

As divergências em torno desse leque de questões evidenciam além do mais, que o novo sindicalismo nasce trazendo consigo uma polêmica histórica que o uso de palavras e chavões comuns, às vezes, escondem. São questões que, embora pareçam "arcaicas", se comparadas com os novos e graves desafios que a nova conjuntura coloca, na realidade marcam a história do movimento, provocam rupturas e, até hoje, continuam "atormentando" o movimento sindical, especialmente a CUT, em suas análises e em suas lutas.

1.4.3 A Voz dos Intelectuais

Os acontecimentos que marcaram o início do novo sindicalismo foram acompanhados e estudados por vários intelectuais cujos trabalhos merecem extensa divulgação em livros e revistas.

A escolha de alguns destes autores obedece uma preocupação principal: encontrar elementos úteis ao avanço na definição e aprofundamento do novo sindicalismo entre autores que expressem, ao menos em parte, a diversidade de opiniões manifestadas nas análises do movimento de 78. Para esse fim, buscou-se aqueles que se identificaram e apoiaram o surgimento do movimento, assim como, os que, portadores de uma visão mais próxima à esquerda tradicional, foram críticos de muitas manifestações deste movimento.

A "novidade" do movimento sindical que, a partir de 78 retorna ao cenário político brasileiro, é reconhecida por todos. As dife-

renças se revelam nas ênfases dadas na caracterização deste "novo".

Na opinião de Antunes, Ricardo C. "o ressurgimento do movimento sindical e grevista foi o fato mais relevante na conquista da democracia no Brasil ... Além de fazer "letra morta" à legislação sindical repressiva, inicia um processo de rompimento com as amarras do arrocho salarial". Para este autor, a luta iniciada em 77-78, vem acompanhada de uma reivindicação fundamental: "a necessidade de liberdade sindical"¹³ apontando para o fim da estrutura sindical vertical, para a plena autonomia dos sindicatos na gestão das suas organizações de classe e pela exclusão de qualquer vínculo com o Estado.

Manfredi, Silvia Maria, baseada nos depoimentos dos mesmos trabalhadores ouvidos pela Revista "Cara a Cara", observa que o acúmulo de forças e experiências, sobretudo após 77, "estaria realmente apontando para um "novo sindicalismo", que começa a se expressar e disputa a hegemonia contra o "velho sindicalismo", corporativista, assistencialista, paternalista e dependente. As principais tendências desse "novo sindicalismo" estariam fundamentadas, como indicam os depoimentos dos trabalhadores, em três grandes eixos: a ruptura da dependência com o Estado, - colocando-se portanto a questão da autonomia, a necessidade de democratização dos sindicatos e das relações entre dirigentes e a base, - a politização do movimento sindical e seu consequente

13. ANTUNES Ricardo C. - O que é sindicalismo, Ed. Brasiliense, 14ª edição, pag. 91.

desdobramento para a arena política nacional"¹⁴.

José Alvaro Moisés, já em 77, quando o movimento pela reposição salarial começa se afirmar, anuncia que se trata de uma "nova emergência" cujo significado e prováveis desdobramentos é impossível prever. Apesar da mobilização, historicamente, "o movimento social no Brasil não conseguiu tirar proveito da mobilização de base para ganhar consistência interna e distância em relação ao Estado e aos setores dominantes"¹⁵. Para o autor, as reivindicações pela reposição dos 34,1%, dentro da legalidade, mostram a fragilidade da estrutura sindical burocrática, "mas não permitem, pelo menos no quadro deste ano de 1977, que o movimento ultrapasse os limites previstos na lei"¹⁶. Moisés reconhece, no entanto, que mesmo antes das greves essas reivindicações "representam um momento de convergência entre diferentes fatores que, atualmente, influem no movimento operário", tais como: "algumas tendências organizatórias verificadas na base" e uma "nova política sindical que emergiu a partir da atuação dos principais sindicatos da região do ABC"¹⁷. A luta pela reposição se espalha rapidamente atingindo outras categorias e outras regiões do país, assumindo peso maior por vir acompanhada de outras reivindicações: salários que considerem o aumento da produtividade, condições de trabalho, garantia de

14. MANFREDI, Silvia Maria - op. cit. pag. 108 e seguinte.

15. Moisés, José Alvaro - Lição de Liberdade e de Opressão - O novo sindicalismo e a política, Ed. Paz e Terra, 1982, pag.86.

16. Idem pag. 91.

17. Idem pag. 93.

emprego, negociação direta sem tutela do Estado, contratos coletivos de trabalho, reconhecimento de representantes sindicais no interior das fábricas, ampla e irrestrita liberdade sindical.

A postura do autor, de indagação e dúvida quanto ao novo que vem ocorrendo, deixa lugar, após as greves de 78, a declarações claras e até enfáticas quanto ao novo sindicalismo que se afirma. Para ele "há muitos fatores que indicam estarmos, pela primeira vez, na história dos últimos 20 ou 30 anos, em face dos primórdios de um amplo movimento que busca quebrar a extrema rigidez da estrutura sindical oficial brasileira, para construir um novo sindicalismo democrático de massas, cujas características, no plano de sua orientação, indicam para uma clara aspiração de autonomia frente ao Estado e, no plano da sua organização, para uma manifesta reivindicação de democratização interna dessa forma específica de organização operária"¹⁸. Em nota de rodapé, da mesma página, o autor cita o que ele mesmo escreveu a partir de entrevistas com militantes de antes de 64. Naquele período, o sindicato tinha pouca capacidade de mobilização de base; maior autonomia sindical e delegados de empresa constituíam-se em suas reivindicações mais constantes. A novidade, em 78, conclui o autor, "não está tanto na sua temática, mas no fato de transformar em ação prática a reivindicação da liberdade e autonomia sindical"¹⁹.

18. Idem pag. 118.

19. Idem pag. 119.

Prosseguindo em sua caracterização do novo sindicalismo, Moisés retoma a análise do movimento de antes de 64 (polemizando com a análise de alguns autores, destacadamente Werneck Vianna)²⁰ para concluir que "a novidade está, em grande parte, no fato de que a nova classe operária, gerada pelo recente desenvolvimento do capitalismo, está sendo capaz de propor, na teoria e na prática, algumas das soluções requeridas pelos velhos problemas do sindicalismo brasileiro. O que há mesmo de novo é a orientação concreta assumida pelo sindicalismo do ABC"²¹.

Esta orientação concreta se manifesta em alguns fatos: as greves de maio partiram de dentro das empresas, conduzindo à negociação com os empresários, com participação direta das bases, e tendo o sindicato como intermediário, o que resultou num confronto e numa vitória contra a lei de greve e contra a política salarial, assim como, em inúmeras experiências de organização de grupos de base e/ou comissões de fábricas.

Concluindo sua análise sobre as greves de 78, Moisés afirma: "Entretanto, é necessário reconhecer que isto não resolveu, de imediato, os velhos problemas do sindicalismo brasileiro. Os sindicatos continuam controlados pelo Estado, ... Ainda há

20. Quanto à polêmica entre diferentes análises do período pré-64 e as conseqüentes divergências em relação à avaliação do movimento sindical na época, de sua relação com o Estado e em relação à política do PCB, Santana, Marco Aurélio, em sua tese de mestrado, "Partido e militância sindical", faz uma interessante síntese. Ele parte do estudo dos ensaios de Werfort e de Werneck, autores que tem uma análise mais ampla do período, e completa sua síntese citando vários outros autores que entraram no debate aprofundando alguns aspectos da realidade do pré-64.

21. Moisés, José Alvaro, op. cit., pág. 123.

muitos problemas no caminho das soluções destinadas a construir organismos permanentes de ligação entre as bases e a direção dos sindicatos... Mas é inegável que os sintomas de novas soluções, para esses velhos problemas, estão no ar"²².

Após as greves de 79, o mesmo autor aponta as contradições entre o novo e o velho que o desenrolar dos fatos daquele ano trazem à tona. Suas conclusões em linhas gerais, com respeito as contradições do movimento de 79, no ABC, são as seguintes:

- não diminuem a importância do sindicalismo "autêntico";
- não retiram o significado das grandes mobilizações de massa;
- mostram que a estrutura sindical chegou ao limite de suas possibilidades por ter sido utilizada "até não aguentar" a mobilização massiva.

"Enquanto as greves de 1978 apontaram para a consolidação de uma experiência que vem sendo tentada (sem sucesso, é verdade) desde os anos 40 e 50, os acontecimentos de 1979 indicam até onde pode chegar a capacidade de controle da estrutura corporativista. Assim os acontecimentos de 1978 apontaram na direção do futuro, enquanto os de 1979 parecem apontar na direção do passado... Na verdade - continua Moisés - este final da década de 70, no Brasil, parece significar o fim de um ciclo histórico do movimento sindical, cujas condições de superação emergiram, ao menos tendencialmente, com as experiências que anunciaram outro ciclo novo, em 1978"²³.

22. Idem pag. 123.

23. Idem pag. 130.

Partindo de outra vertente política, mais próxima da esquerda tradicional, Vianna, Luis Werneck analisa o movimento de outro ângulo e, sem desmerecer o valor do novo sindicalismo, aponta limites e levanta dúvidas.

Numa entrevista concedida a Juarez Guimarães, da sucursal de Belo Horizonte, do semanário "Em Tempo" (1979), Werneck concorda com o entrevistador de que, as duas características fundamentais do movimento operário popular são a autonomia diante do Estado e a procura de uma democracia de base. Ele diz: "a rigor, este é um fenômeno novo, em força e intensidade, que aparece entre nós e que, por si só, é contraditório com a estrutura corporativista que a CLT impõe"²⁴. A contradição se deve ao fato que a democracia de base impõe a emergência da fábrica, contradizendo o espírito da CLT - instituições e procedimentos nela previstos, que buscava abafar o mundo da fábrica. O Estado controlaria o sindicato e este controlaria o movimento. Era esta a fórmula almejada pelo Estado para levar sua política à classe operária.

Em 78, diz Werneck, as coisas não funcionaram assim, o movimento nasceu de baixo, embora "respaldado e bem interpretado" pela direção do sindicato de São Bernardo.

O autor reafirma a importância da luta contra a estrutura corporativa, ressaltando, porém, que o tema da estrutura sindical não pode ser visto isoladamente. Werneck afirma: "eu posso admi-

24. Vianna, Luis Werneck - "A Classe Operária e a Abertura", Ed. CERIFA, 1983, pag. 105.

tir um movimento que ao nível da fábrica atue com liberdade, com autonomia em relação ao Estado e que coincida, ainda, com a estrutura corporativa sindical". A classe "tem de reivindicar e conquistar liberdade e autonomia sindicais" mas "isso é menos importante do que ela ter liberdade real ao nível das fábricas, dela se organizar ao nível das fábricas. E, a única forma da classe operária impor um sindicalismo democrático, é ela ter força embaixo, nas fábricas"²⁵.

A partir de 77-78, diz Vianna, passamos a conviver "com uma ordem legal, de um lado, e com uma ordem real do outro"²⁶. Mesmo considerando correto a luta contra o atrelamento, o sindicato deve manter uma interlocução com o Estado, porque os sindicatos devem estar voltados para questões mais amplas. Ter apenas como interlocutor a classe empresarial seria criar um sindicato economicista ou, como o autor coloca em estudos mais recentes, "um sindicato de interesses"²⁷.

Analizando as lutas de 79, ele vê, como dado significativo a incorporação às lutas dos setores tradicionais, evitando-se, desta forma, o perigo de uma cisão do movimento operário entre moderno e tradicional. O movimento de 79 é substancialmente distinto do que aconteceu até 78.

Neste ano, "faz-se presente uma categoria de alcance muito geral,

25. Idem pag. 106.

26. Idem pag. 115.

27. De um Plano Collor a outro - Ed. Revora, 1991.

certamente difusa, mas que, nem por isso, deixa de ser importante e explicativa, que eu classificaria de luta pela plena incorporação, pela classe operária, de seus papéis de cidadania"²⁸. Em outro texto, escrito para a Voz da Unidade nº 7, 15/05/80, e incluído em "A Classe Operária e a Abertura", o autor escreve: "Conquistando e criando sua identidade, pela força da pressão das massas e pela astúcia de seus fundadores, ao combinarem o trabalho sindical com o de fábrica, essa república operária de São Bernardo não só colocou a questão de sua cidadania, mas a de toda uma classe". Em relação ao valor político do movimento, Werneck continua: "talvez essa seja a primeira vez, na história republicana, que a classe operária se constitui no centro de gravidade de um arco de forças bastante grande e representativo que hoje é a oposição brasileira ao regime autoritário. Isso se tornou patente em maio de 78 e é um fenômeno que, de lá para cá, vem se afirmando de forma crescente. Eu creio que as repercussões desse fenômeno, extremamente saudável sobre a vida brasileira,...tendem a fazer e a emprestar à oposição uma natureza bastante diversa. De massas, de um lado, de relação entre lideranças e base, de outro, e sobretudo orientado por isso que, de forma muito vaga, qualifico de racionalidade operária"²⁹.

É indiscutível a importância da luta institucionalizada mas, é preciso prever e se precaver contra os riscos. O distanciamento entre base e lideranças, por exemplo, é um risco que, inevitavel-

28. Werneck, A Classe Operária e a Abertura - pag. 119.

29. Idem pag. 143.

mente, tem que ser evitado. Alguns fatos do 2º semestre de 79 (esvaziamento do ato contra a nova política do governo convocado pelo sindicato metalúrgico do ABC) já servem de alerta para a liderança. "É, exatamente, o perigo dessa distância que repõe o pré-64. Querer romper a estrutura corporativa sindical por um aquecimento das vanguardas"; perdendo de vista o fato de que o movimento operário só terá garantia de uma institucionalização democrática na relação capital e trabalho, quando conseguir a institucionalização democrática para toda sociedade. Esta democratização estará garantida se passar "pela unidade e pela construção do trabalho nas bases, associado à conquista de posições a nível de sindicatos"³⁰.

Algumas considerações feitas por Maria H. Tavares de Almeida no debate com Werneck, Ricardo Maranhão e Ricardo Antunes, complementam a caracterização do "novo", acrescentando novos enfoques à análise.

Relacionando o movimento de 78 com a estrutura sindical, M. Herminia avalia que: "essa movimentação, na realidade, levou até o seu limite a organização sindical tal qual ela é"³¹. Isto ficou claro, considerando os dois extremos: o sindicato na mão dos pelegos não conseguiu controlar o movimento e, o sindicato na mão de dirigentes atuantes, com trabalho paciente de organização, teve que sofrer uma intervenção para conduzir a luta até o fim. A intervenção, e o funcionamento de um sindicato paralelo,

30. Idem pag. 144-145.

31. Idem pag. 125.

durante quase dois meses, deixaram claras as insuficiências da estrutura e indicaram os rumos para sua transformação. A luta contra a estrutura sindical já tem sua forma, está definida pelas próprias forças empenhadas em sua transformação, como lideranças ou como oposição. Na questão da organização de base, M. Hermínia também lembra que a reivindicação de delegados sindicais sempre esteve presente no sindicalismo brasileiro e ressalta, inclusive, que nunca se logrou obtê-la. E acrescenta: "certas correntes de oposição ao peleguismo ministerialista deram ênfase muito grande à organização de base, mas esbarraram com dificuldades para por em prática suas propostas. Penso que certamente a dificuldade que esses setores tiveram está na raiz de uma opção de estratégia sindical que terminou por se configurar no fim dos anos 50, começo dos 60, qual seja a de trabalhar e fortalecer estruturas de cúpula"³².

Falando assim, a autora não pretende justificar um certo tipo de atuação, mas alertar para a gravidade do problema e das dificuldades a serem enfrentadas. Tratando de outro aspecto que caracteriza a proposta do novo sindicalismo, a relação base-liderança e as relações democráticas de representação, a autora afirma que esta questão "esteve presente em todos os movimentos grevistas deste ano, posta de maneiras diversas"³³, mas adverte que a solução não é rápida e não há receita milagrosa. A prática dos novos sindicalistas coloca algo novo. Ela cita, como

32. Idem pag. 138.

33. Idem pag. 140.

exemplo, o que viu no congresso dos metalúrgicos de São Bernardo, em 1978, no Guarujá "onde Lula ganhava votação, perdia votação. E no final, sim, reafirmava sua liderança, mas depois de um processo onde nós, que estávamos acostumados a outro tipo de relação, muito menos democrática, ficávamos chocados. Eu dizia: mas qual é a de vocês? Não há nada que vocês queiram tirar como resolução? E a diretoria de São Bernardo dizia: - não, deixa o debate solto"³⁴. Quanto à participação dos sindicatos na luta política mais geral, "existe, hoje, uma movimentação profunda, uma mobilização onde as bases estão envolvidas, não só em torno das reivindicações de tipo econômico, mas também, como disse Werneck, como uma necessidade de conquista de sua cidadania, como uma afirmação dos seus direitos"³⁵.

A luta pela democratização da sociedade não é só do movimento operário, mas está claro que a democratização pode estar ameaçada se não se produzirem propostas concretas que impliquem alterações na política econômica presente.

Como se pode observar, há também entre outros autores, um grande consenso quanto à novidade do movimento, a ruptura com o passado e as características que o marcam. Pode haver divergências críticas em relação à profundidade da ruptura, ao grau de novidade num ou outro aspecto, ou quanto ao peso que se confere a cada um deles para o avanço do movimento. Todos admitem, no en-

34. Idem pág. 142.

35. Idem pag. 125.

tanto, que o movimento de 78-79 manifesta o surgimento de um sindicalismo democrático, de base e de massa, cioso de sua autonomia, que questiona a estrutura sindical vigente e que contribuiu para a democratização do país.

Diferentes apreciações podem, também, ser constatadas em vários momentos, como por exemplo na avaliação do movimento de 79 comparado com o de 78. Para Moisés, a partir tanto da repressão sofrida pelo movimento, como da aplicação da CLT, o movimento de 79 poderia ser considerado como um sinal revelador de um passado, enquanto o de 78 seria a expressão do novo que está nascendo. Para Vianna, que ressalta mais a extensão das lutas, o movimento de 79 representa, em termos qualitativos, um avanço, superando o perigo de uma divisão do movimento sindical em 1º, 2º e 3º nível. Esta divisão poderia ter ocorrido se o movimento, como em 78, ficasse restrito aos trabalhadores do setor moderno da indústria brasileira; em outras palavras, se não houvesse experimentado uma mudança qualitativa no movimento em 79.

Para a maioria dos analistas, - Vianna 1983 - Moisés 1982 - assim como, para os próprios sindicalistas, a estrutura corporativista é um mal. Pode até ser necessário conviver com ela, como diz Hélio Bombardi, mas só para destruí-la. Werneck, não considera inviável a conquista de liberdade de organização nas bases, mesmo na vigência de uma estrutura sindical corporativista. Ele pensa na superação da estrutura, não através de um "aquecimento da vanguarda e, sim, através da institucionalização democrática do capital e do trabalho", que será possível quando a sociedade conquistasse sua própria "institucionalização" democrática.

Algumas questões mencionadas pelos autores ainda não eram motivo da polêmica em 78-79. Entre elas, o problema da unidade sindical, cuja discussão alcançará maior intensidade em outros momentos: no período que antecede à criação da CUT e na votação da Constituinte sobre unicidade e pluralidade sindical. A questão da relação sindicato/partido, uma vez superada a idéia do sindicato como "correia de transmissão", só voltará a ser encarada a partir de situações concretas, sobretudo tratando-se da relação da CUT com o Partido dos Trabalhadores.

1.4.4 Algumas Considerações

a) Comparando as entrevistas dos sindicalistas, tomadas como referência, e as colocações dos estudiosos do sindicalismo, fica clara a maior preocupação manifestada pelos segundos quanto aos possíveis desdobramentos do movimento e seus novos riscos. Isso se deve ao nível de aprofundamento da análise, e do menor envolvimento dos autores nas lutas imediatas.

b) A surpresa pela novidade, como a própria euforia são sentimentos que, em 1978, tomaram conta dos trabalhadores³⁶ e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estavam empenhados na mudança do regime e na melhoria das condições de vida da grande maioria do povo. Este "clima" transparece não só na fala dos tra-

36. Seja daqueles diretamente envolvidos nas greves como daqueles que só acompanharam pelos informes dos meios de comunicação. Na época, trabalhando junto às oposições sindicais do Rio de Janeiro, pudemos perceber o impacto, quase uma quebra de um encanamento. "No Brasil, nós também somos capazes de fazer greve". O resultado passou a ser "quase" secundário, tratava-se de uma revanche, de mostrar, às claras, sua insatisfação, "cuspir" aquele espinho que estava há tantos anos, atravessado na garganta.

balhadores que participaram da luta, como também nos comentários dos estudiosos do movimento, impressionados pelos acontecimentos. Os primeiros tendem a enfocar os fatos em si, as causas imediatas e suas colocações derivam mais da constatação do que da análise. Destacam, inclusive, o longo período de gestação do movimento, mas o fazem numa ótica bastante autocentrada, procurando encontrar na sua própria prática a explicação dos fatos. As transformações ocorridas na conjuntura política e econômica do País, as lutas anteriores do movimento, o empenho desenvolvido por vários setores da sociedade civil na luta contra o regime, os novos rumos assumidos pelas Igrejas em seu trabalho pastoral etc, não mereceram maior atenção dos trabalhadores.

Um pouco mais emocionalmente distanciadas do impacto inicial e dos primeiros desdobramentos, as análises dos intelectuais demonstram surpresa, mas também um certo embaraço em interpretar o novo que o movimento iniciado em 78 apresenta, como por exemplo no que diz respeito à reação patronal e governamental (patrões e governo também ficaram surpresos com as greves de 78), e a difusão do movimento pelo País, abrangendo as mais diferentes categorias. Embora estas análises tenham considerado as dimensões mais gerais da conjuntura e da história do movimento, percebe-se que os esquemas e conceitos aplicados são insuficientes para explicar o novo momento do sindicalismo. A prática de "vanguarda" do movimento foge aos esquemas tradicionais - "não há nada que vocês queiram tirar como resolução"? pergunta M. Hermínia aos dirigentes de São Bernardo, como se desse falta de ligação do movimento a um projeto partidário ou a interesses de outros setores

da sociedade. Os trabalhadores tomam para si a condição de sujeitos autônomos, capazes de "decidirem" quais são seus interesses, revelando força suficiente para reivindicá-los.

O movimento, suas reivindicações, sua organização e sua prática extrapolam o limite econômico-corporativo. Fica reconhecidamente claro que o movimento está colocando em discussão uma certa visão e, sobretudo, uma certa prática política, antes restrita aos quadros partidários e as disputas de espaço de poder no Estado. Mesmo assim, os analistas, continuam atentos à politização da luta operária, sem, no entanto, ampliar sua visão política, de forma a incorporar o cotidiano, os interesses concretos do homem comum, na luta pela sobrevivência.

Apesar dos comentários de algumas lideranças e de alguns analistas que deixam entrever sua visão vanguardista, a prática sindical em 78 aponta também para a superação da visão fundada no pressuposto de que a consciência de classe é algo que se constrói, não a partir da própria classe, mas de um projeto político produzido pelos "intelectuais orgânicos", pelo "novo príncipe", o partido.

A postura vanguardista, além de reduzir a visão de Marx, para o qual as relações de produção e as condições materiais têm um papel fundamental (não único) na formação da consciência³⁷, traz em

37. Quando Marx pensou a classe, enquanto sujeito político, a sua idéia de partido estava associada, como observa Claudín, à articulação do conjunto de instituições em que a classe se expressava. A idéia de classe sujeito, de Marx, pressupõe a possibilidade da classe conter em si, isto é, nas instituições, a idéia de auto-supressão. Ao constatar a impossibilidade das instituições existentes na sociedade de seu tempo colocarem este tipo de questão, Lênin instaura a questão do partido, como sendo o único espaço possível, no interior da sociedade

si uma carga autoritária e elitista que faz com que a política se distancie do alcance e do interesse dos trabalhadores.

A partir de uma visão vanguardista, torna-se suspeito qualquer movimento que atue independente do partido. Não se nega com isso a importância da politização da prática sindical, o que não se pode aceitar é que tal politização tenha que vir de fora. Como diz Nun, "a classe não é uma "coisa", uma categoria estatística que possa ser definida a priori e na qual a "consciência correta" possa ser, abstratamente, injetada de fora"³⁸.

Do nosso ponto de vista o sindicato tem, em si, sua justificativa social e política, não é um instrumento "rudimentar"³⁹ para se chegar à consciência socialista. O sindicato tem uma atribuição própria, um papel de ator que, junto a outros atua no processo de transformação da sociedade. Ainda que não possua um projeto global, o sindicato, numa relação de complementariedade com outros atores (partidos, movimento, etc), pode oferecer subsídios que, se potencializados, venham a se constituir em substanciais contribuições a este processo mais amplo de transformação real e radical da sociedade. Trata-se de apostar num processo de transformação "que valorize todas as formas de desenvolvimento democrático, resultantes da experiência histórica das lutas populares. É

.....
..Continua....

em que se pensa a auto-supressão do Estado (Fernando Pires Peixoto, sindicato e partido, projeto de dissertação de Mestrado no IUPERJ - Mimeo).

38. Nun, José - Controle operário e o problema da organização em "A situação da classe trabalhadora na América latina", CEDEC, Paz e Terra pag. 25.

39. Lênin - Sobre os sindicatos, teoria e história nº 4, Editora POLIS, pag. 66.

a percepção de que existe e é necessária, na estratégia socialista, mediada pela radicalização da democracia, a valorização e a politização de múltiplos setores e ou situações que desenvolvam a luta por uma alternativa anticapitalista, baseada no horizonte democrático e socialista"⁴⁰.

c) O fato da movimentação de São Bernardo, em 78, ter polarizado as atenções do país inteiro, e ter recolocado o movimento sindical no cenário político, fez com que a organização sindical se tornasse o centro das análises produzidas pela esquerda, deixando num segundo plano, as contribuições específicas de alguns setores da sociedade brasileira. Não pretendemos nos deter numa avaliação do peso político conseguido por estes setores nas oposições sindicais e nas diferentes formas de organização popular que se desenvolveram no interior e nas periferias das grandes cidades. O que considero importante destacar aqui é a sua contribuição no desenvolvimento da visão que estes movimentos incorporaram, da qual se fizeram portadores, e que marcou e continua marcando o novo sindicalismo"⁴¹.

Uma vertente importante destes setores é formada pelo grupo que, a partir de uma matriz específica do movimento operário internacional (conhecidos como "trotsquistas", "conselhista" ou "oposição de esquerda"), restaurou a concepção de classe, entendida co-

40. Bocayuva, Pedro Cláudio Cunha/Veiga, Sandra Mayrink - Novo Vocabulário Político, Hegemonia e Pluralismo, Ed. Vozes/FASE.

41. Na realidade, a visão que deu suporte teórico a todos estes movimentos não marca só o sindicalismo mas toda a corrente de onde nasceu o PT, a CUT e as grandes articulações do movimento popular.

mo sujeito político que se materializa a partir de um conjunto de instituições: partido, sindicato, etc.⁴². "Tais instituições tornaram-se dutos de uma consciência já fornecida pela classe em si, cujo sentido geral se explicitaria na própria classe, no seu movimento global, na ação conjunta destes diferentes níveis"⁴³. Coerentemente com esta perspectiva, as instituições da classe, para não mutilar sua consciência e seus interesses, devem ser criação da própria classe e se legitimam quando criados de baixo para cima.

Para exemplificar o sentido e a consequência prática para o movimento, desta forma de ver, tomamos em consideração uma das características do novo sindicalismo: a luta contra a estrutura sindical vigente e a construção de um sindicato livre e autônomo. Na fala de vários líderes do movimento de 78, e em várias análises, esta questão é colocada, não como algo novo, "mas como tradicional" para o movimento sindical brasileiro. Isso só é parcialmente verdadeiro, pois, na realidade, tal visão omite a inegável diferença de enfoque que o novo sindicalismo dá a esta questão.

Para a esquerda tradicional, como Peixoto afirma, "a sustentação desta estrutura e de seus agentes passa pela questão do regime e o trato da luta sindical pressupõe a representatividade daqueles que estão investidos de algum cargo sindical. Isso explica a bus-

42. Este entendimento seria, segundo Fernando Pires Peixoto, na obra já citada, muito próximo a visão de classe de Marx. Ver também José Num, obra citada.

43. Fernando Pires Peixoto - obra citada, pag. 44

ca da unidade sindical, a partir das instituições existentes"⁴⁴.

"Se a estrutura sindical não mudou", diz Lula, "não foi, unicamente, por causa do regime, mas também, porque os sindicatos não quiseram"⁴⁵. A instituição sindical, por ser imposta de cima, por ter sua sustentação baseada no controle da máquina por parte de seus dirigentes, não tem a menor representatividade e constitui-se numa burocracia que visa, tão somente, a sua própria reprodução. A burocratização sindical conduz à manipulação dos interesses da classe, distanciando-se dela, não conseguindo representá-la. Na nova visão que vem a público a partir de 78, através da inegável contribuição dos chamados "troskistas", surge uma oportunidade única de conferir sentido à organização sindical, tornando-a uma expressão real da classe com sua autonomia e liberdade. Seguramente, só assim poderá garantir a organização e revelar-se como expressão da vontade da classe. Por isso, no novo sindicalismo, só a organização autônoma, livre, nascida de "baixo para cima" pode ser considerada uma instituição da classe. Só assim, é possível por fim à dicotomia entre movimento operário e movimento sindical. Nesta perspectiva, autonomia e liberdade sindical por sua própria natureza, só existem quando houver organização de base. A construção do novo sindicalismo se fará na medida em que for derrubada a estrutura imposta.

Outro ator, pouco lembrado nas entrevistas e esquecido nas di-

44. Idem pag. 45.

45. Entrevista já citada, Cara a Cara.

versas análises consideradas, exerceu uma grande influência em amplos setores do novo sindicalismo e contribuiu no reforço à centralização dos interesses das massas populares tanto no que se refere à política social, quanto ao movimento sindical. Trata-se da Igreja, ou melhor, dos setores da Igreja Popular (CEBs, pastorais sociais, etc) inspirados na Teologia da Libertação. As análises que citamos, anteriormente, ressaltam a importância que assume a questão da democracia representativa e direta no interior do movimento e suas consequências no tipo de relação entre dirigentes e base. Esta característica é uma marca que o novo sindicalismo deve, em grande parte, à influência destes setores da Igreja.

Como força organizada, a Igreja começou a atuar no movimento popular, a partir dos primeiros anos da década de 70. Esta atuação veio acompanhada de críticas às lutas do passado e à direção dada a estas lutas e caracterizou-se por uma postura de valorização das massas, "das bases" na luta política mais geral, através de suas próprias organizações. Estas organizações, para permitir a participação real das classes subalternas, precisam restaurar sua autenticidade, rompendo com o atrelamento ao Estado, fugindo à cooptação.

Muitos agentes pastorais e educadores do meio popular, vêm na ação prática e no saber do povo a origem da força capaz de transformar o mundo. O povo organizado é capaz de gerar sua própria consciência de classe e determinar o processo revolucionário, opondo-se ao regime e a todos aqueles que querem a classe trabalhadora subjugada a seus interesses. A função dos intelectuais (partido), que a princípio não é negada, não é a de in-

jetar dimensão política às lutas sociais, mas a de reconhecer o potencial político destas lutas e fortalecê-lo. Tal visão política pode ser contestada. Outras correntes teóricas e ideológicas criticam o populismo católico e o "basismo" delimitando suas origens ao populismo russo do século XVIII (Paiva - 1984).

Sem necessidade de concordar com todas as posições da Teologia da Libertação, é, no entanto, inegável que esta posição ajudou a desmascarar o vanguardismo que marcou a esquerda tradicional e a recolocar a classe como ator capaz de intervir diretamente no processo social, sem a "tutela" do Estado, do partido e da própria Igreja.

A nível do próprio movimento, a contribuição desta corrente permitiu um avanço na construção de organizações que, além de defenderem uma real participação das bases,⁴⁶ contribuiu concretamente na sua instituição, como é o caso das comissões de fábrica, as associações de moradores, e núcleos do PT. Organizados "na base", os trabalhadores se inserem e interferem na cena política, buscando conquistar sua cidadania.

Concluindo este primeiro capítulo, queremos reafirmar: o movimento nascido em 77-78, e que virá a ser chamado "Novo Sindicalismo", merece este nome e representa de fato uma ruptura com a

46. Parece-nos importante destacar que, em grande parte, é graças ao trabalho da Igreja que se dá a expansão do movimento para todos os recantos deste país e o envolvimento nos movimentos organizados de setores da população, que a esquerda nunca tinha conseguido atingir. Em nível rural, por exemplo, a atuação da CPT foi fundamental para o avanço do sindicalismo no campo; quanto oposições e quantos dos atuais dirigentes sindicais foram formados pela CPT?

concepção e a prática sindical anteriores.

Esta ruptura, consequência de outras tantas rupturas que vêm ocorrendo no Brasil desde 64, se caracteriza:

- a) por uma mudança dos setores de ponta de nossa economia: dos serviços (ferrovias, portuários, etc,) a indústria (metalúrgica, química);
- b) por um processo de amadurecimento democrático "forçado" por tantos anos de ditadura;
- c) por um trabalho de conscientização e de organização dos trabalhadores e da sociedade civil em geral;
- d) por uma postura nova, fundamentada na valorização da autonomia e liberdade sindical, na superação do corporativismo e na construção de um movimento democrático de base, de massa e de classe;
- e) por uma prática de enfrentamento com o Estado e o capital, na defesa dos interesses dos trabalhadores que assumem uma identidade e força próprias.
- f) por um deslocamento da atenção e da luta da área do Estado e da conquista do poder para o fortalecimento da sociedade civil vista como espaço privilegiado para a consolidação da democracia.

O novo sindicalismo não é um marco final, é o início de um caminho cuja definição não é totalmente precisa e nem tranquila, mas, pelo que já se pode constatar, permite esperar por algo qualitativamente diferente, construído pela classe trabalhadora.

C A P Í T U L O II

2. A CAMINHO DA CUT: ENCONTROS E "DESENCONTROS"

2.1 Do movimento de 78 à criação da CUT¹

2.1.1 Os sindicatos se movimentam

Os anos 78-79 além de marcar, como vimos no capítulo anterior, o início de um período de lutas, a projeção de novas lideranças, e o avanço de uma nova concepção e organização sindical, marcam também, pela primeira vez, a retomada da discussão e das tentativas de organização inter-sindical, depois do golpe de 64.

A intensificação da vida sindical, neste período, se manifestou em vários níveis:

a) Na participação dos trabalhadores nos sindicatos e na organizações das categorias, resultando no crescimento do número de sindicalizados, já nos primeiros anos da década². A crescente

1. O período considerado, de 78 a 83, representa um dos mais intensos da vida sindical brasileira: assembléias de massa, greves, no campo e na cidade, congressos, articulações, rachas, repressão, intervenção etc. Não é só a atividade sindical, que agita este período, há uma "explosão" de iniciativas, movimentos e lutas de outros setores das classes populares: movimentos de bairros, de mulheres, de negros, de índios, de camponeses, dos sem terra, e outros mais.

Politicamente, também, ocorrem fatos relevantes: fim do bipartidarismo, criação do PT e outros partidos, eleições diretas para governantes, fim do AI5, anistia, fim da censura etc. Economicamente, o Brasil passa por uma sequência de crises, diminui a entrada de capital estrangeiro, aumentam os juros da dívida externa e o país para de crescer.

O movimento sindical é uma das peças que compõe o quadro deste período. Aqui consideramos uma das facetas desta peça: o processo de formação de uma Central Sindical. É nesta "angulatura" que se entende a escolha dos fatos e o recorte feito nos textos citados.

2. Organização sindical no Brasil, IBASE-MIMEO, Documentação FASE-Nacional, Documentos anexos, nº 167.

participação nas assembléias e nas atividades sindicais em geral e o aumento das oposições sindicais, que a partir de 78-79, se espalham rapidamente por todo Brasil, na cidade e no campo, foram processos sociais marcantes;

b) Na dinamização extraordinária no interior da própria estrutura sindical. Em nível local, em nível de Federações e Confederações vive-se um período de grandes congressos, de produção de documentos que deixam transparecer as idéias do novo sindicalismo e onde já se manifesta o confronto entre "combativos" e "pelegos".

Os congressos não representam uma novidade para o sindicalismo brasileiro, nem uma "quebra" da estrutura. A novidade, neste período, está no reconhecimento dos congressos como instrumentos de democratização dos sindicatos e como espaço de participação. Deixam assim de ser instâncias burocráticas e de mera homologação de decisões já tomadas, para se tornar campos de luta. A lista desses eventos é longa e bastante conhecida³. Citamos apenas alguns que se tornaram mais notáveis: os dos metalúrgicos de São Bernardo, que se constituíram num referencial para o novo sindicalismo; o da CNTI, em 1978, que pode ser considerado um "ensaio" de luta dos autênticos contra a tradição pelega, encarnada em Ari Campista; o dos metalúrgicos em Poços de Caldas, em 78; o dos metalúrgicos de Osasco, Santo Andre, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra em 79; o da Confederação Nacional de Trabalha-

3. A bibliografia em relação aos Congressos é abundante, muitos dos autores citados neste trabalho, em vários momentos, se referem a estes Congressos.

dores na Agricultura (CONTAG) em maio de 79. A CONTAG é a única Confederação que, mesmo não assumindo uma posição mais acabada de oposição política, tem em suas lideranças um alto nível de consciência em relação aos principais problemas vividos pelos camponeses⁴.

c) Na maior articulação dos trabalhadores de diferentes categorias. Tal processo potencializa suas lutas, recolocando, na pauta do sindicalismo, a questão das articulações intersindicais, a da criação de uma central⁵ e a discussão da estrutura sindical vigente. A criação de uma organização intersindical, é um fator fundamental na garantia de um sindicato classista (e não corporativo), autônomo e forte. É por isso que, a partir desta perspectiva, surgem novos motivos e novos conteúdos para enriquecer a participação e a luta dos operários.

2.1.2 As articulações que antecedem a criação da CUT

No curto período que vai de 78 a 83, as diferentes forças políticas/ideológicas presentes no movimento sindical se articulam, realizam seus encontros, fazem alianças, acompanhando a evolução de novas propostas.

Apesar da indefinição de cada articulação e da pouca precisão dos parâmetros utilizados para definir o sindicalismo autêntico ou

4. Melamed, Clarice e Sarti, Ingrid - "CONCLAT 1981, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro", Coleção ILDES, 3.

5. A organização intersindical dos trabalhadores brasileiros faz parte da história de nosso sindicalismo. Ver anexo II sobre organização de Estruturas e Articulações Intersindicais, antes de 1964.

pelego, dois grandes blocos se conformam no movimento sindical: pelegos/atrasados e combativos. Adotando a classificação dada por Manfredi, os pelegos podem ser divididos em três subgrupos⁶:

- a) os dirigentes, empossados e/ou eleitos no período das intervenções, que se perpetuam no poder graças ao "bom" uso do aparelho burocrático-assistencialista;
- b) os dirigentes que se mantêm no poder por seus vínculos com os órgãos de informação e repressão;
- c) os dirigentes atrasados que, por falta de visão e de experiência, assumem a postura de administradores sindicais.

No sindicalismo combativo cabe também diferenciar sub-grupos que, por suas histórias pessoais e suas visões sindicais, representam linhas diferentes de atuação⁷:

- a) as oposições sindicais, nascidas no período de maior desmobilização sindical, se articulam fora do sindicato oficial, privilegiando a organização nas fábricas e a luta contra a estrutura sindical. Um dos pontos polêmicos, no interior das oposições sindicais, é precisamente a relação com o sindicato oficial;
- b) os sindicalistas autênticos, ou independentes, como preferem alguns autores, mesmo atuando nos sindicatos oficiais, são críticos à política de controle desenvolvida por alguns sindicatos antes de 64. Estimulam a participação dos trabalhadores, defendem a independência dos sindicatos frente o Estado e os empresários; são críticos da estrutura sindical onde atuam, mas procuram as brechas que permitem ampliar e melhorar sua intervenção junto à categoria e na luta para melhores condições de vida dos trabalhadores; são reconhecidos por suas categorias, que lhes garantem legitimidade e força nas negociações;
- c) um terceiro grupo privilegia a atuação política no interior da estrutura sindical, visando ocupar a direção desta estrutura. São, em sua maioria, os herdeiros da política oficial do

6. Manfredi, Silvia Maria - op. cit. pag. 114-115.

7. Menezes, Clarice Melamed e Sarti, Ingrid - op. cit. pag. 9-11.

PCB para o sindicato antes de 64. É este grupo que irá promover a formação da articulação chamada Unidade Sindical.

Apesar das diferenças e ataques recíprocos, em 1978 esses três grupos, concordam com a necessidade de construir um sindicalismo autêntico e democrático, organizado a partir das fábricas, com direito de greve e sem a tutela do Estado. Concordam também quanto à necessidade de criar uma central, mas divergem quanto à natureza desta central, quanto a seu papel e ao processo de construção.

Para as "oposições", a construção de uma CUT serve para quebrar a estrutura verticalista dos sindicatos oficiais e exige um fortalecimento das organizações de base, de forma a garantir sua participação na construção da central. Para os "autênticos", a ocupação de mais espaços na estrutura sindical, por parte da oposição combativa, é uma pré-condição para a criação da central. Para o terceiro grupo, que se inclui no campo dos chamados "combativos", a central deveria ser calcada na estrutura sindical oficial, ganhando força na medida em que pudesse controlar os organismos de poder desta estrutura.

O primeiro grande bloco, denominado de "pelego", com seus diferentes sub-grupos de sindicalistas, se articula e atua dentro dos mecanismos da estrutura sindical oficial. Seus objetivos e sua estratégia de ação se limitam à perpetuação nos cargos que ocupam, sem muita sutileza na escolha dos meios para este fim, meios que vão, desde a manipulação e fraude nas eleições sindicais, até à delação junto aos órgãos de repressão, ou em conchavos com setores do patronato.

No campo "combativo", cada um dos grupos traça uma estratégia própria buscando o envolvimento dos outros setores.

Estas estratégias dos combativos chegam, num primeiro momento, a convergir em torno da proposta da CONCLAT (Conferência das Classes Trabalhadoras) dividindo-se, em seguida, quando da criação da CUT.

Sem desconhecer a complexa dinâmica do movimento sindical do período, preferimos, porque didaticamente nos parece mais claro, fazer uma rápida recuperação dos passos dados, tratando, separadamente, cada um desses grupos⁸.

Oposição Sindical

A oposição metalúrgica de São Paulo, em abril de 1979, fez seu 1º Congresso, convidando representantes de oposições sindicais de vários Estados.

Uma das resoluções, aí aprovadas, foi a realização de um encontro nacional de oposições sindicais. Em janeiro de 1980, a oposição metalúrgica de São Paulo, principal articuladora do evento, convoca em São Paulo uma reunião preparatória do Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), da qual participam representantes das oposições sindicais de 10 Estados.

8. Para um estudo mais completo, ver Menezes, Clarice Melamed e Sarti, Ingrid - "CONCLAT 81", a melhor expressão do movimento sindical brasileiro - Coleção ILDES 3 e Rodrigues, Leônicio Martins em o "Sindicalismo Brasileiro nos anos 80", Editora Paz e Terra.

Consideramos esta reunião⁹ um marco fundamental na história da oposição sindical e do movimento sindical em geral.

A oposição sindical metalúrgica de S. Paulo, (OSM/SP) propunha organizar um encontro restrito às oposições sindicais, abrindo uma exceção só para os dirigentes que, via oposição, tivessem chegado à direção do seu sindicato, excluindo porém a participação dos sindicalistas combativos do ABC e de outras regiões do país¹⁰.

Parte da oposição sindical, identificada com a posição defendida por José Ibrahim (Osasco) e José Cardoso "Ferreirinha", (RJ) sindicalistas/exilados e recém chegados ao país, propunha um encontro amplo, reunindo oposições e sindicalistas autênticos, como única forma de garantir as condições mínimas para que a oposição sindical pudesse influenciar o conjunto do movimento e ter voz na disputa política mais ampla. Depois de várias horas de discussão, ganhou a proposta de um novo tipo de encontro, aberto para oposições e autênticos: o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição e Estrutura Sindical (ENTOES)¹¹.

A OSM/SP, mesmo derrotada, manteve a proposta do Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS), que se realizou em maio de 80,

9. Participamos desta reunião como representante da oposição do SENALBA (Sindicato de Instituições Culturais e Esportivas), e das oposições de outras categorias que se reuniam no Rio de Janeiro.

10. Para os líderes da OSM/SP os sindicalistas autênticos eram muitas vezes chamados de "novos pelegos" ou pelegos mais ativos.

11. Nesta época já tinha nascido o PT e José Ibrahim era um dos articuladores. O OSM/SP considera a proposta do ENTOES como uma proposta que servia aos interesses de uma corrente política como está escrito em documento da oposição: Uma análise do ENTOES, contribuição ao debate político, OSM/SP-Mimeo.

sem maior expressão e acabou decidindo pela participação no ENTOES.

O ENTOES, realizado no dia 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu, RJ, foi mais importante pelo processo que desencadeou e pelos conteúdos dos debates, do que pelas resoluções geradas e não implementadas. O valor do processo de organização do ENTOES e o resultado desta articulação está no fato de que, pela primeira vez, oposições e direções sindicais, se reúnem e juntos debatem nos Estados, onde se realizam encontros preparatórios, e em nível nacional. Isso contribuiu na superação de preconceitos, na discussão aberta e objetiva das diferenças e, sobretudo, na identificação dos pontos de convergência.

Enquanto articulação, o ENTOES¹² não produziu resultados significativos, embora tenha apresentado alguns resultados reais. A prova disso está no fato de que a idéia de um encontro só de oposições não ocorrerá mais e, a partir do ENTOES, começa a ganhar força a idéia de se criar a "Articulação", ou seja, um movimento que reunirá autênticos e oposições, numa intervenção combinada durante o 1º CONCLAT, em 81¹³, e no processo que levará à criação

12. Resoluções do ENTOES, ver Menezes e Sarti - op. cit. pag. 22/68.

13. Esta preparação deverá ser concluída um dia antes do CONCLAT, no sindicato metalúrgico de S. Bernardo, onde se concentraria grande parte dos delegados "autênticos" e de oposição sindical, eleitos para o CONCLAT. Coube aos organizadores do ENTOES, residentes no Rio (Alvaro Lins) da oposição metalúrgica, Ney Pires, da oposição do SENALBA e Lorenzo Zanetti da FASE-Rio, a partir dos cadastro do ENTOES garantir esta articulação até o encontro de Vitória e apoiar, durante mais alguns meses, Devanir Ribeiro eleito presidente da Articulação que irá se chamar ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). Atualmente, a Articulação que atua na CUT e no PT tem outro sentido e composição, só reúne os militantes que não se identificam com grupos ou tendências político/ideológicas que atuam no interior da Central ou do Partido.

da CUT em 1983.

Autênticos - Unidade Sindical

Tratar, separadamente, do ponto de vista das articulações sindicais estes dois grupos é praticamente impossível, considerando-se fato de que, até a realização do ENTOES e a criação da Articulação, a maioria dos encontros foram comuns.

Em linhas gerais, podemos dizer que a ação dos dirigentes sindicais autênticos começa nos congressos oficiais, em oposição aos pelegos. A primeira expressão desse fenômeno se manifesta no 5º Congresso da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais), realizado no Rio, em julho de 78, onde vários sindicalistas se uniram contra os dirigentes da Confederação, em defesa de um sindicalismo mais combativo. Foi neste congresso que se esboçou a idéia de uma "Intersindical" que, infelizmente, não conseguiu se manter, embora tenha dado certo em alguns Estados, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, onde atuou por vários anos.

A mesma situação se repete no Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos em Poços de Caldas (MG), em 1979. A partir deste Congresso têm origem as divergências entre o grupo dos autênticos. Os desacordos, que marcarão a divisão entre os Autênticos e a Unidade Sindical, estão relacionados tanto à maneira de se conceber a estrutura sindical, como ao tratamento conferido às oposições sindicais.

Além dos congressos oficiais, outros encontros foram realizados:

alguns, promovidos pela Unidade Sindical, outros, pelos "autênticos"; todos abertos aos sindicalistas das duas correntes.

Em Gragoáta, em agosto de 79, setores da Unidade Sindical organizam o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais. Os "autênticos", por sua vez, convocam, em fevereiro 1980, o encontro de Monlevade, e, em julho do mesmo ano, o encontro de São Bernardo¹⁴. Destas reuniões participam também, sindicalistas ligados à Unidade Sindical.

Uma característica que marcou os eventos de Monlevade e São Bernardo foi a presença de lideranças dos movimentos populares e agentes pastorais da Igreja popular.

O caminho que, de uma forma ou de outra, "autênticos" e Unidade Sindical percorreram juntos, já está se esgotando.

Alguns fatos acontecidos em 80 merecem ser ressaltados: a participação dos autênticos no ENTOES e, sobretudo, a posição tomada pela Unidade Sindical em relação à greve de São Bernardo em 1980¹⁵, provocam um distanciamento entre os dois grupos. Esses fatos, na realidade, são manifestações de todo um processo de busca de maior definição de posições que acompanha o desenvolvimento da luta concreta. Esta circunstância aproxima os autênticos das oposições afastando-os, cada vez mais, da Unidade Sin-

14. Este segundo encontro foi realizado em Tabão da Serra, já que o Sindicato de S. Bernardo estava sob intervenção. O nome S. Bernardo foi mantido em homenagem à luta daquele sindicato.

15. Por uma avaliação discordante, o pessoal da Unidade Sindical criou problemas em relação aos convites de apoio à greve em vários Estados e, em S. Paulo, chegou a organizar outro comitê de solidariedade.

dical¹⁶.

2.1.3 A Primeira CONCLAT

Em sua descrição da CONCLAT, Leôncio M. Rodrigues diz o seguinte:

"apesar das numerosas divergências, todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro viriam participar conjuntamente, em agosto de 1981, de um grande encontro de trabalhadores realizado em Praia Grande, litoral do Estado de S. Paulo ... A primeira (e última) grande conferência (mais de 5 mil delegados) em que participaram todas as forças militantes do meio sindical ... A presença de um número elevado de representantes de associações pré-sindicais ao lado de federações e confederações é por si mesma indicativa da participação de muitas facções, uma vez que os delegados das federações e confederações tendiam a ser mais moderados e eram, habitualmente, alvo dos ataques das tendências mais radicais"¹⁷.

A idéia desta conferência tinha surgido há pelo menos quatro anos¹⁸. Sua realização tinha sido marcada e desmarcada várias vezes. Quando a CONCLAT é convocada, em 1981, o movimento sofrera modificações; havia novos nomes, novas visões, novas articulações e, sobretudo, nova força, adquirida nas históricas lutas que a partir de São Paulo, haviam se espalhado pelo País. Além disso, as tendências presentes no interior do setor combativo já estavam divididas, inclusive, partidariamente. Autênticos e oposições sindicais foram, progressivamente convergindo para o recém for-

16. Duas observações são importantes: a) A partir deste momento, os sindicalistas ligados à Unidade Sindical saem definitivamente da lista dos "autênticos". b) A criação do PT é um fato fundamental a ser considerado para se entender este rearranjo de tendências, no interior do movimento sindical.

17. Leôncio Martins Rodrigues, op. cit. pag. 30-31.

18. Em 77, Hugo Perez, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Urbana de S. Paulo, junto a outros sindicalistas, reivindicou ao Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, o direito de convocar uma Conferência dos Trabalhadores. Os empresários, por sua vez, realizaram sua Conferência (CONCLAP) em outubro de 1977.

mado Partido dos Trabalhadores, enquanto a Unidade Sindical continuava apostando na união das oposições no PMDB.

O confronto entre os diferentes enfoques destas correntes não impediu que a CONCLAT chegasse a elaborar um documento final bastante progressista e constituir uma comissão Pro-CUT.

A criação da CUT e a eleição de uma comissão unitária para a implementação da proposta foram os fatos mais marcante do 1º CONCLAT. Neste mesmo Congresso, realizou-se um debate, especificamente sindical, em torno de questões conjunturais que envolviam os trabalhadores: desemprego, arrocho salarial e organização sindical. Nesta etapa da discussão, a Conferência não apresentou novidades. A Assembléia retomou as reivindicações de encontros e congressos anteriores e reafirmou a vontade de construir um sindicato classista, livre, autônomo, democrático, de base e de massa.

A história da 1ª CONCLAT¹⁹, durante os seus 17 (dezesete) ENCLATs (Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras), e a tese aprovada refletem a nova visão sindical, cujas características podem ser observadas através da clareza de suas proposições, em nível de organização e ação sindical.

O exercício da liberdade e a autonomia são condições fundamentais para que o sindicato se firme como instrumento de representação autêntica dos trabalhadores. A organização sindical de base é

19. Ler o trabalho já citado de Menezes e Sarti considerado por Leôncio M. Rodrigues, uma das melhores fontes de informação sobre a CONCLAT.

outro "requisito indispensável ao fortalecimento do sindicato e de sua democracia interna". A organização intersindical "a partir das bases de nossas entidades sindicais, deve ser elaborada com amplitude suficiente para que possa representar, sem exceção, todos os trabalhadores, da cidade e do campo". E mais, "embora não tenha caráter partidário, o sindicato é uma entidade eminentemente política, cabendo-lhe desenvolver a luta pela emancipação social, política e econômica, bem como, a solidariedade entre os trabalhadores"²⁰.

Por outro lado, a questão mais polêmica da CONCLAT - a eleição da comissão Pró-CUT conseguiu ser superada, sem criar "rachas", atingindo um consenso, prova mais que evidente, do desejo de união presente no movimento. Polêmicas, confrontos entre grupos assinalaram este encontro. As principais divergências derivaram: das diferentes leituras da conjuntura nacional, marcada pela crise econômica e pela abertura política que se processava de forma "lenta, gradual e segura"; dos diferentes alinhamentos partidários; das visões contraditórias quanto ao papel da classe trabalhadora e sua real capacidade de interferir na conjuntura; das disputas abertas entre os grupos pela hegemonia nos sindicatos; das diversidades na avaliação crítica à estrutura sindical oficial e à prática dos dirigentes pelegos. A polêmica presidiu o encontro. Nas considerações finais de seu trabalho, Menezes e Sarti destacam a importância da CONCLAT como espaço que legitima o confronto entre tendências que, percorrendo o "mesmo caminho",

20. Idem pag. 46.

são "radicalmente opostas". Segundo as autoras:

"hoje temos nitidamente duas visões distintas de movimento, duas perspectivas diferentes quanto ao papel do sindicato no que se refere à articulação da classe trabalhadora com a sociedade e a política...A raiz do conflito acha-se na perspectiva de luta sindical, em sua relação com os partidos e o Estado, e fundamentalmente em sua estreita relação com sua base, a classe operária e camponesa. É justamente a combinação dessas várias instâncias de luta que se dá de modo diferente no encaminhamento das questões sindicais, que produz a divisão do movimento"²¹.

Cumprindo a sua finalidade a CONCLAT, sem fugir do confronto e sem disfarçar as divergências, consegue descobrir e encaminhar pontos comuns, capazes de garantir a unidade do movimento.

Vale a pena, no entanto, questionarmos: que "unidade" foi garantida? qual o seu fundamento? qual a sua força?. Trata-se, realmente de um avanço para a construção de um novo sindicalismo, que vise dinamização dos sindicatos, ou trata-se de uma unidade que vem freiar os novos impulsos e a nova dinâmica que os trabalhadores estão imprimindo a sua organização? Os fatos que se seguiram à CONCLAT, poderão responder a estas indagações.

Alguns Fatos

A comissão Pró-CUT, eleita na CONCLAT com o objetivo de organizar o congresso para a criação da Central Única, se torna o espaço privilegiado do confronto entre os dois blocos conformados durante a 1ª Conferência e tende a consolidá-los.

21. Idem, pag. 58-59.

Marcado para 1982, o congresso é adiado por decisão da maioria da comissão, identificada com as posições da Unidade Sindical. As justificativas para o adiamento foram, não somente, as eleições gerais, cujo clima poderia prejudicar a unidade do movimento, ^{como a} falta de preparação da classe trabalhadora²². O grupo dos autênticos, respaldado pela ANAMPOS - nova sigla da Articulação - reage a esta decisão por contrariar as deliberações dos 5000 delegados da 1ª CONCLAT. Em nova reunião em 27-28 de novembro 82, ficou estabelecido que a CONCLAT seria realizada em agosto de 83.

A reunião de novembro que poderia confirmar o início de uma reaproximação entre as duas tendências conflitantes, na realidade, acirrou a disputa devido a convocação da greve geral (21/07/83) e às diferentes posições quanto à aplicação das normas estatutárias para a escolha dos delegados ao congresso.

A proposta de um novo adiamento de 60 (sessenta) dias, para a realização do congresso, marca o ponto final do processo unitário de criação da CUT. Os membros da comissão Pro-CUT, ligados a ANAMPOS, decidem convocar o CONCLAT na data prevista: 26-27-28 de agosto. O congresso realiza-se em S. Bernardo. É fundada a CUT: Central Única dos Trabalhadores.

Os sindicalistas ligados à Unidade Sindical com o apoio de algumas Confederações, Federações e Sindicatos convocam outro congresso para novembro (4-5-6 de novembro de 1983) na Praia Grande. Neste, ganha a posição do PCB que, pensando ainda na unidade do

22. Mercadante, Aloísio e Rainho, Luis Flávio, CUT e CONCLAT - A Divisão Política do Movimento Sindical - em Trabalhadores Urbanos no Brasil, 82/84, CEDI.

movimento, quer evitar a criação de uma nova central, propondo a criação de uma CONCLAT, (que volta ao feminino), sigla da "Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras".

A unidade conquistada na 1ª CONCLAT, em 1981, em dois anos deixa de existir. A divisão a que o movimento chegou, na realidade, conduziu à frustração a maioria dos sindicalistas das diferentes articulações. Manter o movimento unido era o objetivo de todos. O nome da "Central Única" tem sentido se entendida como expressão do desejo de união, como objetivo estratégico dentro de uma visão sindical que move aqueles que a criaram. A outra articulação aprova a CONCLAT, Coordenação das Classes Trabalhadoras, e discorda de uma central, apostando numa recomposição do conjunto do movimento.

Frente a uma vontade política unitária, por que a divisão? As visões eram inconciliáveis? Havia base real, objetiva, para os conflitos no interior do movimento? Afinal, por que a divisão?

2.1.4 Os Motivos da Divisão

O período que vai da realização da 1ª CONCLAT até à criação da CUT, e que se prolongou nos anos seguintes, é marcado por uma série de discussões que têm como centro a questão da unidade sindical acompanhada, muitas vezes, de acusações de peleguismo, de um lado, e de divisionismo do outro.

Esta polêmica discussão que se trava entre sindicalistas e envolve amplos setores da sociedade, sobretudo, as esquerdas, tem

como um dos eixos centrais o esclarecimento da fundamentação da unidade do movimento.

A razão deste confronto, parece-nos relacionada à uma leitura ideologizada de classe, tida como homogênea, e que deveria se expressar uniformemente. Desconsideram-se ou minimizam-se as diferenciações internas e uma leitura que, mesmo reconhecendo o papel da classe operária na transformação da sociedade, e suas condições comuns de exploração nas relações capitalistas de produção, entenda as diferenciações internas, historicamente construídas e, conseqüentemente defina diferentes formas de organização e de luta.

Na primeira leitura, destaca-se a importância da unidade conceitual, considerando a concepção de classe como algo abstrato, desligado da prática. Uma outra leitura defende que a concepção se define pela ação que a acompanha.

As duas facções consideram as posturas e práticas que as distinguem e, embora reconheçam estas diferenças, a avaliação que fazem sobre a criação da CUT e as conclusões a que chegam são, deveras, bastante divergentes .

Resumindo as divergências entre a CUT e a CONCLAT, Mercadante e Rainho, que vêem a criação da CUT como uma necessidade, escrevem o seguinte:

"A CONCLAT tem uma direção de cúpula; uma prática distanciada da base evitando a mobilização, as portas de fábricas e as greves; apoia-se na estrutura sindical atual; entende que a construção de uma Central Sindical deva estar sob o controle das Confederações e Federações; apoia todas as chapas de

pelegos e reformistas para continuar a ter em suas mãos o controle da máquina sindical; é contrária às eleições diretas para Federações e Confederações; é a favor do Pacto Social; é contrária à subscrição pelo Brasil da Convenção 87 da OIT e a base de sua legitimidade advém do respaldo que os patrões, Governo e órgãos de comunicação lhes concedem".

O texto continua:

"A CUT tem uma direção voltada para o respeito às decisões de base; busca incessantemente a mobilização e organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho e de moradia, vindo na greve a principal arma dos trabalhadores; sua base são os próprios trabalhadores organizados; entende que a construção da Central Sindical deva estar sob o controle dos trabalhadores e suas organizações de base; apoia as chapas combativas e de oposições, com o objetivo de derrubar a atual estrutura sindical; é favorável e luta pelas eleições diretas para Federações e Confederações; é contra o Pacto Social; é favorável à subscrição pelo Brasil, da Convenção 87 da OIT e a base de sua legitimidade advém do respaldo que os trabalhadores lhe concedem"²³.

Os entrevistados concluem destacando: "pelas diferenças mencionadas, percebe-se que estamos diante de dois caminhos, de duas concepções, de duas práticas, de duas posições inteiramente antagônicas e inconciliáveis"²⁴.

Estas mesmas diferenças, identificadas pelos autores acima citados, são confirmadas por Ivan Pinheiro, vice presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e defensor da unidade sindical, quando declara que "a CUT não tem critérios sindicais" mas a CONCLAT peca por "cupulismo", "imobilismo" e "subestimação pela organização de base"²⁵. Segundo Ivan, estas diferenças são reais e não justificam a divisão do movimento.

23. Trabalhadores Urbanos no Brasil 82-84 - Aconteceu Especial 6 - CEDI-SP - Pag. 44.

24. Idem pag. 46.

25. Idem, pag. 48.

A mesma conclusão, chega Francisco L.S. Gonçalves, responsável por uma parte da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e de Cultura Contemporânea (CEDEC)²⁶. A pesquisa retoma as características próprias do Novo Sindicalismo, procura identificar as posições dos setores ligados à CUT, confrontando-as com as dos setores que se unem na CONCLAT.

Os resultados dessas investigações mostram as mesmas diferenças apontadas por Mercadante e Rainho. Fica evidente que por trás de palavras e discursos análogos, existem visões sindicais diversas.

Esta conjuntura não é suficiente para justificar uma divisão na organização do movimento.

Se as diferenças, comprovadas num amplo trabalho de pesquisa, são inegáveis embora insuficientes, é preciso procurar as verdadeiras causas. Quais seriam estas?.

Para Ivan Pinheiro, trata-se de "uma grande luta entre aqueles que acreditam que é possível ter uma verdadeira central única que defenda a unicidade e os que defendem o pluralismo". Além disso, na opinião deste sindicalista, houve uma luta partidária, a comissão pro-CUT foi um "conchavo feito pelas forças políticas"²⁷, segundo Pinheiro, os membros da comissão, ao invés de apresentarem as deliberações de sua entidade, e do movimento sindical

26. Gonçalves, Francisco Lins Salles, "Duas vertentes e dois projetos no sindicalismo brasileiro", Coleção Cadernos do CEDEC, nº 6, 1985. O que é citado faz parte de uma pesquisa maior, realizada pelo CEDEC a partir de 82. Foram entrevistados sindicalistas e dirigentes sindicais de cinco Estados: Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo.

27. Entrevista CEDI, op. cit. pag. 48.

de seu Estado, expressavam a de seu partido político. Não se trataria, portanto, como afirmam Mercadante e Rainho de diferenças inconciliáveis na relação com as bases, na luta contra a estrutura sindical oficial, na implementação das greves ou nas relações democráticas que se instauraram no interior do movimento. Para Ivan Pinheiro, predominou um clima divisionista, uma disputa entre partidos pela hegemonia no movimento e não o confronto entre duas práticas sindicais.

A pesquisa do CEDEC, por sua vez, afirma e destaca que "não há, assim, nas divergências que revisamos, elementos que constituem impecilhos absolutos para o re-estabelecimento de um projeto de unidade ativa do sindicalismo brasileiro"²⁸.

Os pontos de convergência identificados pela pesquisa são muitos:

Todos "reconhecem a dureza dos patrões, a hostilidade do governo, a injustiça e a inadequação da legislação e das instituições, a necessidade de lutar, em vários níveis, da empresa ao parlamento, por transformações. As mudanças necessárias não constituem, basicamente, fonte de divergências: estrutura sindical, lei de greve, justiça do trabalho são criticadas em termos, no mínimo, bastante parecidos. Outro ponto comum, de enorme significação, no período que atravessamos, é a exigência de mais democracia e liberdade para os sindicatos e para todas as formas de organização social e política, para os próprios partidos e para as instituições"²⁹.

As divergências existem e "não são desprezíveis"; no entanto, não se configuram como "realmente insuperáveis". Por esta razão, de

28. Op. Cit. pag. 38, o destaque é do autor.

29. Idem pag. 40.

acordo com Gonçalves, as verdadeiras causas da divisão têm como origem a falta de vontade política e a prevalência de outros interesses:

"controle de recursos significativos afluindo sem esforço ... e por outro lado o fato de que os sindicatos constituem-se num "aparelho" que permite canalizar recursos, construir e dar ressonância a idéias e posições, projetar lideranças e suas respectivas posições" políticas³⁰.

Esta "pista" para explicar a divisão, aponta para um sintoma que pode até ter algum sentido e um certo peso, mas reduz e desqualifica o alcance do confronto, no interior do sindicato brasileiro.

Hoje, podemos constatar, como podê-lo-ia também fazê-lo o autor da pesquisa, quando concluiu seu trabalho (1985), que não é o receio de diferenças de opinião ou disputas de poder que geram divisões. A própria CUT, no interior da qual convivem, há anos, correntes profundamente divergentes entre si, já provou isso.

O fato das divergências não se darem em torno dos princípios gerais de uma concepção de sindicato, não significa que tais divergências sejam secundárias ou assimiláveis numa única organização.

Queremos advertir para o fato de que a unidade conceitual, embora importante, é insuficiente se não conduzir a consensos operacionais capazes de criar o diálogo e uma ação conjunta, sem anular ou violar a coerência de cada uma das partes. Não há re-

30. Idem, pag. 41.

gras ou limites estabelecidos a "priori", para confirmar: até aqui, as divergências foram superáveis. As diferentes conjunturas, os diferentes critérios de avaliação de uma questão, a conveniência política e a eficácia de uma ação são, muitas vezes, os elementos que determinam a viabilidade objetiva de uma aliança ou de uma unificação institucional. Por esta razão, consideramos insuficientes as interpretações que não observam estas variáveis.

Para além dos princípios, é necessário que sejam consideradas as experiências vividas, as posições que os diferentes grupos foram assumindo frente aos fatos/situações concretas, a maneira como os grupos foram articulando os princípios e os valores relativos a seus objetivos e lutas e, enfim, como se deu a interação com outros atores sociais. São estas experiências, o intercruzamento entre concepções, condições concretas e políticas realmente implementadas, que criam a identidade de um grupo; é considerando este conjunto, que podemos concluir pela viabilidade, ou não, de uma unidade orgânica e estrutural das diferentes tendências.

Nesta ótica, consenso sobre: autonomia e liberdade sindical, desatrelamento do Estado, sindicato democrático, de base ou de massa, passando por divergentes e até contraditórias práticas de luta, de aliança, de dinâmica interna à organização acaba por reverter as expectativas; consenso se fragiliza, tornando-se insuficiente para criar e sustentar a unidade. A distância que foi se estabelecendo entre a prática das duas tendências que, teoricamente têm uma substancial identificação, reforça a importância da "praxis" na definição dos parâmetros para uma análise objetiva

da viabilidade de um projeto.

A divisão, neste setor mais progressista do movimento sindical, que se consolidaria com a criação da CUT, segundo nossa avaliação, representou um avanço, evitou a paralização e dinamizou, ainda mais, o movimento. Sob este prisma, o chamado "racha", foi, em termos de movimento, um passo "necessário", conferindo maior clareza às posições. A manutenção da unidade do movimento teria sido uma decisão artificial, sem condições de sustentar a implantação de um sindicalismo novo e estável.

2.1.5 Criação da CUT

Os Fatos

No momento "em que o governo reprime, prática intervenções, e efetua processos baseados na lei de Segurança Nacional, na lei de Greve e outras leis que cerceiam o direito de manifestação e organização dos trabalhadores brasileiros"³¹, foi fundada, no 1º Congresso das Classes Trabalhadoras (26-28 de agosto de 1983) a CUT-Central Única dos Trabalhadores. Deste congresso participaram mais de 5000 delegados, representando quase mil entidades (sindicatos urbanos, associações pré-sindicais, associações de funcionários públicos, algumas Federações e uma Confederação),³² entidades do exterior, dentre as quais, inúmeras Centrais Sindicais

31. Giannotti e Neto, em CUT, por dentro e fora, ed. Vozes, pag. 17.

32. Os números precisos se encontram em muitas publicações. Há diferenças numéricas, mas pouco relevantes. Ver Cadernos do CEAS nº 88; e Aconteceu especial 16, do CEDI; Cadernos de Formação nº 2, Secretaria de Formação da CUT-SP.

Latino-Americanas, Européias e Norte-Americanas. Ficaram ausentes do congresso, além dos setores menos avançados ou considerados pelegos, a grande maioria dos setores ligados à Unidade Sindical. Antunes tem uma explicação para esta ausência: "percebendo que perdia a hegemonia no movimento sindical para os setores mais combativos, a Unidade Sindical e seus aliados, apegando-se a falsos argumentos "técnicos" em torno das condições de participação no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, rompeu com a verdadeira unidade sindical existente e não participou da criação da Central"³³. Apesar da ampla representação rural³⁴, a CONTAG, que acumula grandes méritos em sua trajetória, não participa do congresso. Paulo de Tarso Venceslau, referindo-se as condições adversas em que se realiza este CONCLAT, diz que a CONTAG, com apoio ostensivo do PCB e MR8, lidera o boicote ao congresso. Prosseguindo, Paulo de Tarso denuncia, também, que a secretaria da CONCLAT, sediada no Rio, nas mãos de Ivan Pinheiros, "boicota qualquer informação aos responsáveis pela realização do CONCLAT. Além disso, inicia ampla campanha de desmobilização, procurando desse modo esvaziar o congresso"³⁵. Apesar de todas as dificuldades o congresso é realizado, decidindo pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De acordo com estatutos provisórios, aprovados no mesmo congresso, a CUT fica assim definida:

33. Antunes; op. cit. pag. 47

34. Foram 310 os sindicatos de trabalhadores rurais, presentes no Congresso.

35. Uma nova etapa: CUT, em Socialismo e democracia nº 1, jan/mar 84.

"o órgão máximo que chamará todos os trabalhadores à luta pela concretização destes princípios aqui expostos. Nos marcos dos presentes estatutos e dos programas de ação deliberados por seus congressos, a CUT objetiva, enfim, dirigir, orientar e coordenar a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, de empresas públicas e privadas, ativos e inativos, em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político econômico, social e trabalhista".

Os princípios do estatuto que regem a proposta organizativa e sua concepção são, em resumo, os seguintes:

- * a CUT é uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores;
- * tem como perspectiva uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica;
- * pauta-se pela mais ampla democracia, garantindo a liberdade de expressão das correntes internas de opinião;
- * sua tarefa é avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais;
- * sua atuação é orientada para fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho;
- * sua luta pela mudança da estrutura sindical brasileira visa conquistar a liberdade e a autonomia sindicais; um de seus objetivos é a transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho. Pretende construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora;
- * a CUT será uma central democrática e de massa.

Estes princípios, extraídos do estatuto aprovado no 1º CONCLAT, dão o perfil da CUT que, no essencial, se mantém inalterado até agora.

Um outro aspecto do perfil da recém-criada central é enunciado pelo plano de lutas que o congresso aprova. Foi através das lutas concretas que se revelou a aproximação entre as oposições e os autênticos; foi por meio das propostas e, sobretudo, na prática das

lutas que se deu o afastamento dos autênticos dos outros sindicalistas, "comprometidos com o sindicalismo conciliador e atrelado ao Estado, praticado tradicionalmente pelo PCB"³⁶.

O plano de luta, devido ao curto período de preparação e à falta de tempo durante o congresso, foi muito pouco debatido; apresenta, no entanto, um vasto leque de bandeiras de luta, tais como: reforma agrária radical; fim da política econômica do governo, liberdades democráticas; rompimento com o FMI; não pagamento da dívida externa; fim do regime militar; eleições diretas para presidente; e, mais especificamente, combate ao desemprego e defesa da estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho; oposição ao arrocho salarial; defesa dos servidores públicos e das estatais; direito à habitação.

Houve também uma decisão bem específica: greve geral, caso o governo não retirasse até 14 de outubro de 1983, o decreto (do arrocho salarial) nº 2045, e não modificasse sua política econômica.

O último item discutido, o mais polêmico do 1º CONCLAT girou em torno da estruturação da CUT.

O ponto nevrálgico dessa polêmica dizia respeito ao tipo de direção: colegiada ou presidencialista. A solução encontrada foi a criação de uma coordenação composta de cinco dirigentes sindicais urbanos. Como esta proposta não previa a presença de nenhum

36. Giannotti - Neto, op. cit. pag. 34.

sindicalista do campo, desencadeou-se enérgicos protestos. Como resultado o número dos membros da Coordenação Nacional passou de 5 para 7³⁷. O papel desta direção provisória da CUT, com mandato de um ano, seria o de encaminhar o plano de lutas e estruturar a central. Para a estruturação da CUT nos Estados, decidiu-se pela realização de congressos estaduais e regionais. A direção nacional colegiada seria composta por 83 membros efetivos e 83 suplentes. Ficou definida que o 1º Congresso da CUT seria realizado em agosto de 84.

Os dados a seguir, referentes à composição dos participantes no congresso, permitem entender a representatividade do mesmo.

Representação por Categorias³⁸

Categoria	Nº de Delegados	% do CONCLAT	Grau de Representação em milhões	Nº de Entidades
Sind. Industr.	1.076	27%	3,3	158
Sind. Terciar.	1.186	27%	3,3	197
Sind. Rurais	1.658	26%	3,1	310
Func. Público	483*	8%	1,0	99
Assoc. (Serv.)	588	12%	1,6	134
TOTAL	5.059*	100%	12,3	912*

Fonte - Secretaria da CUT

37. Os membros da executiva são: Jair Meneguelli (SP) - Coordenador - Presidente (afastado pelo Ministério do Trabalho) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Paulo Renato Paim (RS) - Secretário - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas; João Pires de Vasconcelos (MG); Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de João Molevade; Abdias José dos Santos (RJ) - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói; José Gomes Novaes (BA) - Trabalhador da Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista; Jacó Bittar (SP) - Presidente (Afastado pelo Ministério do Trabalho) do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia; Avelino Ganzer (PA) - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

38. Socialismo e Democracia, op. cit. pag. 46.

* As diferenças reveladas nas somas são devidas ao fato de que as Federações e Entidades Nacionais não foram lançadas na tabela; Resultam, no entanto, de:

Federações: 5 federações e 35 delegados

Entidades Nacionais: 9 entidades e 33 delegados

* Foi de 145 o número de delegados do setor público presentes no CONCLAT de 1981.

Representação por Estados³⁹

Estado	Nº de Entidades	Nº de Delegados	Nº de Trabalhadores Representantes
R.G. do Sul	99	419	1.234.149
S.Catarina	64	186	285.026
Paraná	41	174	266.033
São Paulo	135	996	3.321.238
Rio de Janeiro	52	382	1.897.644
Minas Gerais	83	390	632.487
Bahia	83	573	789.784
M. Grosso do Sul	1	3	4.000
Mato Grosso	6	22	67.580
Goiás	54	292	365.453
Distrito Federal	26	182	375.767
Espírito Santo	27	185	282.140
Sergipe	7	20	19.106
Alagoas	8	32	34.000
Pernambuco	24	114	370.425
Paraíba	23	94	183.519
R.G. do Norte	26	114	204.931
Ceará	33	176	439.780
Piauí	26	173	238.650
Maranhão	36	211	484.530
Pará	34	222	528.910
Amazonas	8	29	90.017
Amapá	1	11	8.000
Acre	11	28	39.400
Rondônia	4	31	31.000
TOTAIS	912	5.059	12.192.849

OBS.: Todos os dados foram extraídos das fichas de inscrição de cada delegação.

Do ponto de vista político/ideológico/cultural, como já vimos anteriormente, a CUT teve sua origem num amplo conjunto de correntes e tendências. Em sua composição temos: os sindicalistas autênticos, sem militância política anterior e sem alinhamento ideológico definido, (Lula é sempre citado como exemplo típico deste grupo de sindicalistas); uma significativa representação da esquerda católica (ACO-Ação Católica Operária; JOC-Juventude Operária Católica; PO-Pastoral Operária; CPT-Comissão Pastoral da Terra); socialistas e comunistas organizados em tendências derivadas da esquerda tradicional, e grupos vinculados ao trotskismo.

Quanto à filiação partidária temos a presença de uma ampla maioria de grupos e pessoas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores⁴⁰, militantes do PDT, e muitos outros sem filiação partidária. A CUT defende tanto a participação de suas bases na vida partidária, como também, a liberdade dos partidos disputarem sua hegemonia, resguardando porém, a autonomia sindical, através de mecanismos democráticos de decisão. Por esta razão, o congresso definiu durante sua fundação: "os trabalhadores serão soberanos em suas decisões, não permitindo intromissão de parte da classe patronal, do governo, dos partidos políticos, de concepções religiosas e filosóficas e de outras instituições" (1º CONCLAT - 1984).

40. "O nascimento e a consolidação da CUT só foram possíveis graças a existência, em nível político geral, do programa do Partido dos Trabalhadores, que defendia essa independência de classe. As ligações e relações entre essas duas realidades históricas, nascidas da mesma raiz, serão múltiplas, a ponto que ficou quase automático associar essas duas siglas: CUT e PT"; Giannotti - Neto; op. cit.; pag. 7.

Recomposição do Movimento Sindical

A criação da CUT representou um momento importante na história do movimento sindical brasileiro. Mesmo os que não participaram do processo de criação da central se viram atingidos por este histórico marco da vida sindical brasileira. Qual foi a resposta de outros setores do movimento sindical frente à nova situação?

Para responder a esta pergunta e, mais ainda, para contextualizar a evolução da própria CUT, consideramos importante refletir sobre alguns dados relativos às organizações criadas por outros setores do movimento sindical.

2.2 Cresce o número de organizações intersindicais

2.2.1 CONCLAT: Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora

Em muitos textos e entrevistas de sindicalistas ou intelectuais ligados a ANAMPOS, a defesa do adiamento do congresso, que deveria criar a CUT, foi interpretada como uma manifestação do receio que dominava a Unidade Sindical, preocupada com a perda da hegemonia sobre o conjunto do movimento sindical.

A Unidade Sindical rejeita esta interpretação, justificando os adiamentos, com base no "clima eleitoral" de 82, e na falta de condições de se realizar um encontro representativo⁴¹.

Qualquer que seja a interpretação, é inegável a diferença existente entre as duas correntes na avaliação da importância confe-

41. Arnaldo Gonçalves, Presidente dos Metalúrgicos de Santos, em entrevista a Folha de S.Paulo - Aconteceu especial 16 - CERDI; pag. 51.

rida à presença dos setores mais atrasados do movimento sindical, na representação do congresso, visando garantir sua legitimidade⁴².

A decisão dos setores ligados a ANAMPOS de convocar o congresso em agosto de 83, surpreende os sindicatos ligados à Unidade Sindical, deixando-os céticos sobre sua viabilidade. Na opinião de Ivan Pinheiro,⁴³ a CUT, nascida no CONCLAT de São Bernardo, teria "pernas curtas". Reagindo a esta "surpresa" e convencido de que ainda seria possível reverter o "racha", o bloco que não havia participado do CONCLAT de São Bernardo convoca, como vimos, seu próprio congresso na Praia Grande, "o CONCLAT da Baixada".

Deste congresso, participam Confederações, Federações, correntes sindicais ligadas ao PMDB, PCB, PC do B, MR8 e sindicalistas independentes, muitos dos quais tinham participado, também, do Congresso de São Bernardo, e ainda, dirigentes sindicais mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de S.Paulo.

No documento, aprovado na Praia Grande, repetiram-se as reivindicações levantadas pela CUT. Para garantir, porém, a aliança policlassista, que se expressava no PMDB, as reivindicações foram pautadas por uma postura moderada. A nível estritamente sindical,

42. Não se trata, de simples oportunismo eleitoreiro, mas de reais diferenças quanto ao nível de questionamento da estrutura sindical oficial e na avaliação de sua possível mudança. Expressa também uma visão diferente de Unidade que, para a ANAMPOS, não pode ser um "absoluto" a ser preservado a qualquer custo.

43. Entrevista já citada.

a questão da greve geral nem foi mencionada e a convenção 87 da OIT foi repudiada, reafirmando-se a necessidade da unicidade sindical. O que mereceu mais destaque neste congresso foi a decisão defendida pela Unidade Sindical de não criar outra Central Sindical. Apostando na unificação⁴⁴ os 4234 delegados, representantes de 1243 entidades sindicais, criam a CONCLAT como "Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora". Joaquim dos Santos Andrade - presidente dos sindicatos dos metalúrgicos de S.Paulo - é eleito presidente.

2.2.2 USI - União Sindical Independente

Em setembro de 1985, um outro grupo de dirigentes de sindicatos, Federações e Confederações, ligado quase exclusivamente ao setor do comércio e serviços, que havia ficado à margem das articulações que conduziram aos CONCLATs, cria uma nova central.

Esta central⁴⁵, que se dizia representar centenas de sindicatos, realizou seu 1º Congresso em 89, com mais de mil delegados. Trata-se de uma organização formal, liderada por Antonio Pereira Magaldi da Federação dos Empregados do Comércio-SP, cuja prática se confunde com a paralisia do burocratismo sindical atrelado ao Estado.

44. "O documento final da CONCLAT da Baixada fixa um prazo de dois anos para um novo Congresso. "Conclatão" em conjunto com os integrantes da CUT de S.Bernardo - FSP, 7/11/83 - Aconteceu especial 16 - CEDI.

45. A presença da USI no movimento é tão inconsistente e irrisória que alguns autores citam esta "Central" entre aspas e/ou a citam só em nota de rodapé.

2.2.3 CGT - Central Geral dos Trabalhadores

O avanço e o fortalecimento da CUT, acompanhada por uma clara definição das diferentes posições, torna mais remota a possibilidade da unificação do movimento, numa única central, o que fragiliza a posição da Unidade Sindical contrária à criação de uma Central. Em março de 1986, o Congresso da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), decide pela criação da CGT, Central Geral dos Trabalhadores⁴⁶. A alteração do nome, de Coordenação para Central, não trouxe, como era de se esperar, uma mudança significativa na prática sindical destes setores. A falta de um projeto e de homogeneidade interna impediu que se criasse um programa comum capaz de conferir identidade e orientação próprias. R. Antunes faz o seguinte diagnóstico:

Aos poucos, na CGT, movimentavam-se três blocos, ora em confluência, ora em dissonância. O seu centro era composto por sindicalistas oriundos do peleguismo tradicional, mas que buscavam modernizar-se - a nível partidário, em sua maioria simpatizantes do PMDB - e, para tanto, contavam com uma sólida aliança com setores da esquerda tradicional, em especial o PCB e MR-8. A esquerda desenvolvia-se, no interior da CGT, a Corrente Sindical Classista vinculada ao PC do B. A direita avançava, com muita desenvoltura ganhando cada vez mais espaço no interior da CGT, a aliança entre Antônio Rogério Magri, influenciado pela direita sindical norte-americana, e o então recém-dissidente do PCB, Luis Antônio Medeiros que, curiosamente, foi levado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para, garantindo a ação do PCB, derrotar o peleguismo mais atrasado. Medeiros, por fim, numa ação lenta mas precisa, derrotou tanto Joaquim dos Santos Andrade quanto o próprio PCB, com o qual viria a romper. É esta tendência, liderada por Medeiros e Magri, que começou a propugnar-se como defensora do "sindicalismo de resultados", passando a atuar mais diretamente no interior da CGT, visando imprimir

46. Em 1988 a CGT decide mudar de Central para Confederação. Ver Leôncio M. Rodrigues e R. Antunes, obras citadas.

uma nova diretriz à central⁴⁷.

Em abril de 1989, no congresso realizado pela CGT, Joaquim dos Santos Andrade, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, apoiado pelo PCB e MR-8 (a Corrente Sindical Classistas - CSC, ligada ao PC do B, tinha acabado de se desligar da CGT), perde a direção para Antonio Rogério Magri, numa eleição marcada por acusações de fraude, ofensas, agressões.

Um novo congresso, convocado em setembro do mesmo ano pelos "derrotados", cria outra CGT. Desta forma, os trabalhadores brasileiros terminam o ano de 89 com quatro centrais: CUT, USI, CGT-Confederação - liderada por Magri e CGT - Central liderada por Joaquinção (Joaquim dos Santos Andrade)⁴⁸.

Se a CGT, antes da divisão, teve uma atuação tímida, enfraqueceu-se, em seguida, ainda mais. Tem início o esvaziamento das duas CGTs⁴⁹. Amplia-se consequentemente, o espaço para a criação de uma nova central: a Força Sindical.

2.2.4 Força Sindical

Última central a nascer (março 1991), a Força Sindical se apresenta como uma nova expressão do movimento sindical brasileiro.

47. Antunes, Ricardo, op. cit. pag. 61-62.

48. Quanto à linha política e à ação sindical das duas CGTs, ver Leôncio M. Rodrigues, op. cit. 121-122.

49. O Joaquinção, além do PC do B (CSC), perde parte expressiva do PCB, e a CGT de Magri, substituindo em seguida por Francisco Pegado, perde Luis Antonio Medeiros, defensor junto com Magri, do sindicalismo de resultados, que cria outra Central, para onde vão confluir vários sindicalistas da CGT.

Não se trata de "mais uma central de trabalhadores"⁵⁰, diz Medeiros, em seu discurso no congresso de fundação, mas de um novo projeto "para mudar este país". Os 1793 delegados, presentes ao congresso, representam 783 sindicatos e federações, os representantes de entidades sindicais internacionais perfazem 74.⁵¹

A proposta da Força Sindical é torna-se uma central moderna, democrática, independente, não partidarizada, pluralista, que luta "pelo fim da estrutura sindical corporativa" e "por uma efetiva e real liberdade e autonomia sindical"⁵². Rejeita-se tanto a idéia de uma central revolucionária, como de uma central submissa, que sirva de sustentação a projetos estatais, ou que se faça inimiga "visceral" do Estado e do empresariado. Entre seus objetivos, destacam-se: o combate ao capitalismo selvagem; a justiça social, através da redistribuição de renda; a garantia de que os trabalhadores se tornem sujeitos de um processo de desenvolvimento do País, merecedores de dignas condições de vida, usufruindo do direito de opinar e negociar questões políticas nacionais junto ao governo, empresários e outros setores da sociedade, reconhecendo-se-lhes, enfim, o pleno direito ao exercício de sua cidadania. A Força Sindical requer, outrossim, a participação nos lucros e nas decisões das empresas. Para atingir estes objetivos os trabalhadores precisam se sentir co-responsáveis no desenvol-

50. Força Sindical, ano I, nº 1, jun.91.

51. Idem pag. 10.

52. Idem pag. 39.

vimento do País, respondendo pelo aumento da produtividade e pelo "bem-estar" das empresas.

Conforme a declaração de Antunes, a Força Sindical deve ser encarada como um novo instrumento estratégico da direita:

"o sindicalismo de resultados estampa, pois, uma nova direita em gestação no movimento sindical brasileiro. A nova direita não pretende confundir-se com o sindicalismo que sustentou o peleguismo. Procura introjetar e introduzir o ideário neoliberal no mundo da representação do trabalho. E, flerta também com a direita da social-democracia européia. Mas a gênese e a atuação do sindicalismo de resultados possibilitou uma ideologização mais expressiva do movimento sindical. A direita saiu da defensiva; não precisa mais do peleguismo. Ideologizou e "modernizou" o seu discurso. Metamorfoseou-se"⁵³.

De acordo com a avaliação do autor, esta central não tem condições de firmar sua proposta na realidade brasileira.

"É nítido, entretanto, que falta um chão social duradouro para a vivência deste sindicalismo. Isto supõe uma burguesia com traços de civilidade e efetivamente disposta a fazer concessões reais. O que não parece ser o nosso caso, um país de capitalismo hiper-tardio e que tem sua dinâmica fundada na simbiose entre grande produtividade e sub-remuneração da força de trabalho. A crise do "sindicalismo de resultados" será, portanto, decorrência da própria vigência de um modelo que não permite resultados para os trabalhadores"⁵⁴.

A trajetória política de Luis A. Medeiros e sua atuação como dirigente/presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, sobretudo em relação às oposições sindicais, deixam muitas dúvidas, que justificam estes questionamentos; a proposta da Força

53. Op. cit. pag. 70.

54. Idem pag. 68.

Sindical, entretanto, não pode ser entendida, pura e simplesmente, como resultado da onda neo-liberal.

O aumento, nas fileiras da Força Sindical, de sindicalistas com uma trajetória de luta séria e reconhecida pela própria CUT⁵⁵, a importância que está sendo dada à organização sindical de base, as posições tomadas em relação aos direitos dos aposentados e ao salário mínimo, e a conquista de alguns sindicatos, anteriormente filiados a CUT, são fatos inegáveis que nos obrigam a procurar outras causas que favorecem a criação da nova central. É imprescindível, portanto, refletir sobre seus possíveis desdobramentos.

O projeto da Força Sindical, para além de uma linguagem moderna, se fundamenta, também em deficiências e dificuldades enfrentadas pela própria CUT, tais como, a de assumir, mais decididamente, uma posição clara frente às mudanças em curso no país, em adequar sua prática ao ideário que motivou sua criação, integrando num projeto comum todos sindicatos a ela filiados, reconhecendo e valorizando as contribuições de cada um.

A Força Sindical, a nosso ver, veio para ficar. É um sinal de alerta que a CUT deve encarar com realismo e autocrítica.

Mesmo que o quadro geral do sindicalismo brasileiro não tenha sofrido, ainda, grandes transformações e a CUT continue sendo, de longe, a maior e mais organizada das centrais sindicais, constituindo-se num ponto de referência dos setores mais importantes

55. José Ibrahim, dirigente do sindicato de Osasco em 68, Lúcio Bellantani, da comissão da FORD Ipiranga, o presidente e vários dirigentes dos metalúrgicos de Volta Redonda são os exemplos mais conhecidos.

dos trabalhadores, a "Força Sindical" está aí, e deve ser tratada como a única central com potencialidade para se tornar uma alternativa à CUT.

Concluindo nossa avaliação, vale a pena lembrarmo-nos das palavras do Leôncio M. Rodrigues: "embora seja difícil calcular a força de cada entidade, é possível que a Força Sindical possa se transformar, rapidamente, na segunda central sindical do país"⁵⁶.

56. Sindicalismo brasileiro nos anos 80, pag. 40.

CAPÍTULO III

3. A CUT ATRAVÉS DE SEUS CONGRESSOS

3.1 Dez anos de vida

Este ano a CUT completa seu 10º aniversário. Dez anos de vida intensa, ao longo dos quais ocorreram diversos encontros, congressos, eleições sindicais, mobilizações, passeatas, lutas, greves, seminários, cursos etc.

Durante estes dez anos, a CUT evoluiu em sua organização, na preparação de seus quadros, no número de sindicatos filiados, na incorporação de novas faixas de assalariados, do campo e da cidade, assim como de militantes dos partidos comunistas (PCB e PC do B). A expressão mais significativa deste avanço se assenta no fato de ter-se tornado o símbolo, a referência de amplos setores assalariados, como também, do conjunto da sociedade brasileira. O setor empresarial e o próprio governo, atentos e preocupados em identificar inter-locutores representativos da classe trabalhadora, reconheceram a legitimidade da CUT, convocando-a à mesa de negociação, em várias oportunidades¹.

Mas, o que é a CUT? A que veio? Como desenvolve seu projeto sindical? Pela lógica deste trabalho, que acompanhou a trajetória do movimento sindical brasileiro pós-64, e mais especificamente a partir de 78, a CUT pode ser definida como a expressão mais acabada do novo sindicalismo. No congresso de sua fundação não houve

1. Este fato não impede que governo e patrões façam feito o possível para combater a CUT e privilegiar outras lideranças e Centrais Sindicais menos representativas.

grandes novidades, a CUT assumiu o projeto do novo sindicalismo baseado: a) Numa concepção de sindicato livre, autônomo, democrático, classista, de base, de massa ; b) numa forma de organização que se choca com a estrutura sindical oficial e c) numa prática de confronto e de luta permanente por melhores condições de trabalho e vida.

Durante estes dez anos, a CUT, sem perder de vista sua origem e as características que lhe conferiram sua identidade, evoluiu consideravelmente no aprofundamento e na definição mais precisa de seu projeto sindical.

Essa evolução, pode ser constatada nas resoluções dos Congressos Nacionais, os quais refletem a rica e complexa dinâmica da CUT. A partir dos mesmos podemos destacar questões centrais que marcam sua história e que construíram sua identidade atual. Para tanto, recorreremos à literatura existente sobre esta trajetória da CUT, tendo, como objetivo principal, discutir aqueles aspectos que consideramos fundamentais para a compreensão do novo sindicalismo implantado pela CUT no País.

3.1.1 O 1º Congresso

Este congresso, realizado em agosto de 84, - um ano após a criação da CUT, - reafirma o que havia sido aprovado no congresso de fundação quanto aos princípios, à visão de organização sindical e ao plano de lutas.

Em relação à estrutura sindical, o congresso, destaca os princípios básicos da estrutura existente aos quais contrapõe os prin-

cípios para uma nova estrutura².

Ao corporativismo sindical e à conciliação de classe é contraposto o sindicato classista e de luta, que se funda no princípio da unidade de organização nos locais de trabalho. Ao verticalismo, a democracia em todos os níveis. A submissão ao Estado, ao assistencialismo e ao imposto sindical se contrapõem a liberdade e autonomia sindical, eleições sindicais livres e diretas para todas as instâncias, sustentação financeira autônoma e direito a sindicalização para todos. A partir dos novos princípios, a direção da CUT fica com a responsabilidade de elaborar um projeto de estrutura sindical que deverá ser discutido em todas suas instâncias e aprovado no 2º CONCUT (Congresso Nacional da CUT).

No plano de luta, o congresso repete a lista das reivindicações, específicas e gerais do ano anterior, que não foram alcançadas porque, entre outros motivos, estavam acima das forças da recém criada central. Trata-se de um programa ambicioso, acima das reais possibilidades da CUT. Cabe perguntar por que os delegados, mesmo reconhecendo essas limitações, voltam a aprovar um plano de luta "inviável"? Será por que a definição destas lutas qualifica a identidade da central? Por que garantem o "norte" para as "lutas possíveis"? Existem várias explicações. Leôncio M. Rodrigues considera que:

"apesar da presença de lideranças de origem operária, mais pragmática, a CUT é, em comparação com as demais Centrais, uma entidade fortemente intelectualizada. A prática quoti-

2. Boletim Nacional da CUT, maio de 1985.

diana dos sindicatos e associações filiadas à CUT, tende a ser consumida pelos problemas práticos da administração e das reivindicações modestas e convencionais. Mas o clima dos congressos é diferente. Neles se trava o confronto ideológico que exige armas intelectuais: conhecimentos, informações, domínio da teoria, ou seja, muito saber. O duelo ideológico efetua-se numa arena momentaneamente isolada do resto do mundo e tendo como referência apenas as fronteiras do próprio congresso. Nesses dias, predominam o simbólico, o expressivo e o espetáculo: manifestos, panfletos, teses, discursos, faixas, palavras-de-ordem, bandeiras e, naturalmente, os conchavos de bastidores. Os congressos, além de eleger os dirigentes, devem traçar a linha de ação para os anos seguintes. A definição da ação futura passa pelo político e pelo ideológico. As lideranças mais intelectualizadas, das associações e sindicatos de classe média, em geral mais à esquerda, assim como os delegados dos pequenos grupos radicais, alimentam a ilusão de que a aprovação de suas teses significa a sua realização"³.

No quadro da luta pelo controle da CUT, a introdução de certas reivindicações "mais à esquerda" no plano de lutas, serve para forçar opções políticas, ou "desmascarar" os dirigentes "mais vacilantes", que são geralmente os que ocupam postos nas diretorias dos sindicatos oficiais e que, teoricamente, teriam a obrigação e a responsabilidade de aplicar as resoluções votadas em plenário".

Essa interpretação parece consistente. Um observador do comportamento dos participantes dos congressos da CUT tenderá, naturalmente a concordar com ela. Consideramo-na, no entanto, insuficiente, por não explicar, por exemplo porque tais propostas conseguem o apoio de tantos sindicalistas que, como o mesmo Rodrigues diz, são absorvidos "pelos problemas práticos da administração e das reivindicações modestas e convencionais".

3. CUT: os militantes e a ideologia, ed. Paz e Terra, pag. 10-11.

Convém ter em conta outros elementos, não necessariamente políticos e ideológicos, como:

- * a realidade radicalmente dramática vivida por trabalhadores e sindicalistas que, mesmo incapacitados de superá-la, querem ter a satisfação de denunciá-la e condená-la;
- * a formação de muitos delegados, marcada por uma cultura adquirida nos movimentos da Igreja, que tende a priorizar mais a dimensão ética do que a política, e, no julgamento de suas ações, a "intenção" assume muitas vezes o mesmo peso que a prática;
- * a tradição cultural brasileira, segundo a qual, frequentemente o conhecimento e a relação pessoal, interferem e definem as próprias relações institucionais. Na política tal tradição leva ao estabelecimento de relações de confiança e de fidelidade que não se fundamentam necessariamente num programa objetivo, mas obedecem aos mecanismos próprios das relações interpessoais.

Finalizando os comentários sobre 1º Congresso cabe ressaltar que se trata do mais tranquilo dos congressos. As divergências existem e se manifestam sem levar, porém, à impasses graves, mesmo quando, o que está em discussão é à própria natureza da CUT e a construção do socialismo como seu objetivo estratégico.

3.1.2 O 2º Congresso⁴

Jair Meneguelli, presidente reeleito da CUT, faz uma apresentação interessante do congresso resumindo suas resoluções nestes termos:

"agora, em 1986, e nos próximos anos, enfrentando uma conjuntura de "Nova República" que pretende impor, sob formas novas, a continuidade da exploração, a continuidade do controle político, a continuidade da lei de greve, a impunidade dos latifundiários que mandam assassinar nossos companheiros, o 2º Congresso Nacional da CUT marca sua posição, de forma decisiva sobre as seguintes questões: o papel histórico da

4. Realizado no Rio de Janeiro, de 31 de julho a 3 de agosto de 1986.

CUT em relação à construção do socialismo, a campanha nacional de luta por salário, emprego, liberdade e terra, o combate ao pacote econômico da nova república, pelo não pagamento da dívida externa, pela solidariedade às lutas classistas a nível internacional, pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, pelo combate à violência no campo que assassina permanentemente camponeses, pela defesa das estatais contra as investidas da privatização, por "creches para todos" e finalmente, por uma nova estrutura sindical de acordo com a Convenção 87 e 151 da OIT e pelo irrestrito direito de greve"⁵.

Os três eixos deste congresso, concordando com Jair Meneguelli, são: a) definição da CUT como instrumento para a construção do socialismo; b) definição da "campanha nacional de luta" e c) aprovação de uma nova proposta de estrutura sindical.

a) Na construção do socialismo a CUT reconhece como "instrumento fundamental" os partidos políticos "efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora". Enquanto central sindical, a CUT é, parte integrante deste processo histórico, embora exercendo um papel político qualitativamente diferenciado.

"A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade SOCIALISTA, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder do Estado e aos próprios partidos"⁶.

Em suas resoluções, o congresso exemplifica como se concretizar esta opção:

5. CUT- Caderno especial Resoluções do 2º Congresso, agosto de 1986, pag. 4.

6. Idem pag. 8.

"em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral, procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo. Devemos assinalar em cada greve a derubada da lei antigreve; em cada luta e mobilização, o exercício de uma democracia que vai além do permitido pelas leis e pela polícia da Nova República.

As reivindicações atuais de salários e emprego, ligamos as propostas de mudança mais geral, como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão a dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem"⁷.

A definição da CUT pelo socialismo, de acordo com os setores mais à esquerda, lhe confere uma identidade própria, revolucionária, num quadro mundial de sindicalismo "social-democrático, reformista".

Na visão destes setores, preocupados com interpretações que possam distorcer o caráter desta definição, a associação constante entre "a palavra socialismo e democracia, nos textos da CUT, revela não uma tendência social-democrática de tipo europeu, mas uma visão crítica sobre as várias experiências socialistas existentes"⁸.

Para outros setores, ao apontar como objetivo estratégico a construção do socialismo, a CUT se descaracteriza, assumindo uma postura mais política que sindical. Leôncio M. Rodrigues expressa bem esta posição quando diz.

"Levadas a sério as resoluções aprovadas no congresso do Rio, a ação quotidiana da CUT deveria ser pautada pelo obje-

7. Idem pag. 8

8. Giannotti, Neto, op. cit. pag. 51.

tivo de acirrar o conflito de classes e de preparar os trabalhadores para a luta final contra o capitalismo. Consequentemente, as chamadas reivindicações imediatas deveriam ser entendidas instrumentalmente, como formas de mobilização e "conscientização" das classes trabalhadoras"⁹.

Acrescentaríamos que, se esta posição fosse "levada a sério" a CUT instrumentalizaria um dos elementos essenciais ao sindicalismo: a negociação. Qual o sentido da negociação? Procurar motivos para novas denúncias ou responder, mesmo que parcialmente, às reivindicações dos trabalhadores?

A posição, tomada no 2º Congresso, representa só uma etapa da discussão. A vitória da posição mais radical se mostrará provisória. Corresponde a uma afirmação de princípio que não será formalmente retirada, mas que, sem dúvida, em vários momentos entrará em choque com a prática cutista.

Esta incoerência traz permanentes divergências e confrontos, mas por outro lado, ajuda à CUT a manter aceso o debate sobre seu papel na sociedade.

De acordo com nossa concepção o sindicato deve expressar e defender uma visão de sociedade que reflita os interesses da maioria da população, que tem no trabalho, a única opção para sua sobrevivência, e lutar para que, a esta maioria, seja reconhecido o direito de participar, de fato, da construção da sociedade, e de usufruir dos bens produzidos.

b) A definição da nova campanha nacional de lutas resulta de uma

9. Op. cit. pag. 13.

avaliação do plano de luta aprovado no congresso anterior, cujo resultado foi considerado positivo, (sobretudo, por ter ajudado na unificação das lutas), e de uma análise da conjuntura de 86 "mais favorável à retomada das lutas e ao avanço do movimento sindical¹⁰".

As reivindicações não mudaram muito:

salário - recuperação das perdas, reajuste mensal e congelamento dos preços.

Estabilidade no emprego - redução da jornada de trabalho e salário desemprego.

Liberdade - liberdade e autonomia sindical, à qual se acrescenta a luta pela aprovação da convenção 87 da OIT.

Democracia - participação popular na constituinte.

Terra - reforma agrária sob controle dos trabalhadores, punição dos assassinos dos trabalhadores rurais.

As reivindicações mais gerais visam o combate à privatização das estatais, a estatização dos serviços (educação, saúde, etc) e o não pagamento da dívida externa.

É conferido amplo espaço à questão rural, à questão da mulher trabalhadora e à questão da formação sindical.

A CUT, indubitavelmente, se assume como referência de todos os setores da população explorada, conferindo total apoio às lutas pela descentralização administrativa, pela reforma urbana, pelas creches, etc.

É preciso ressaltar a atenção dada ao campo, tanto no que se re-

10. CUT- Caderno especial - Resoluções do 2º Congresso, 1986.

fere à questão fundiária e à reforma agrária, como no que diz respeito, à política agrícola, aos assalariados rurais e à violência¹¹.

c) Nova estrutura sindical

O congresso aprova uma proposta completa e detalhada (5 capítulos e 15 artigos) de estrutura sindical, acompanhada de um plano de implantação desta estrutura, para substituir o capítulo V da CLT.

Entre as medidas aprovadas, destacamos:

A criação de comissões sindicais de base em cada local de trabalho, a organização dos sindicatos de base por ramo de produção, - que, na prática, porém, confirma os atuais sindicatos de categorias, como parte da nova estrutura - e a formação dos departamentos profissionais por ramos de atividade a nível nacional. Quanto à natureza e ao valor da proposta da CUT, são pertinentes os comentários do Leôncio, M. Rodrigues.

"A proposta de reorganização sindical era bastante detalhada e ambiciosa. Tal como a CLT, especificava-se com boa dose de autoritarismo e ingenuidade, como se deveria proceder às eleições, quem teria direito a voto, os cargos e funções dos organismos dirigentes, o tempo de mandato, etc. Os departamentos estariam "sob a orientação política da Direção Nacional da CUT". A proposta aprovada no II CONCUR, de um voluntarismo a toda prova, fazia tábula rasa da estrutura sindical existente, ignorando as tradições e interesses organizados em torno do sindicalismo oficial e da resistência das empresas e do governo. Desse modo, a nova estrutura, tão

11. Durante o congresso, na noite do dia 12 de agosto, instalou-se o Tribunal da Terra. Na sentença final "ficaram provados múltiplos casos de criminosa violência nas zonas rurais do Brasil. Sem contar os assassinatos, houve prisões arbitrárias, mutilações, espancamentos e torturas ... escravizações de trabalhadores, ... destruições de plantações ... "Boletim nacional do CUT, nº9, agosto de 86.

minuciosamente elaborada, não saiu do papel¹²

Quanto às possíveis consequências da proposta, o autor continua:

"Cumpre notar que a resolução, ao instituir os departamentos nacionais "sob a Direção Nacional" favorece a "verticalização" da CUT, contrariando certas expectativas de tipo mais libertário e fortalecendo o lado mais sindical do que político da entidade. Além disso, a formação de departamentos agrupando apenas sindicatos cutistas representa, tacitamente, em nível de cúpula, a tentativa de institucionalização da pluralidade, uma vez que os departamentos serão, se consolidados, concorrentes das federações e confederações da estrutura oficial"¹³.

Finalmente, podemos afirmar que o 2º CONCUT revelou-se o congresso de consolidação da CUT, reconhecida em nível nacional e internacional como a única central com base social real, que representa "o novo do movimento sindical brasileiro e que tem condições de levar os trabalhadores a participarem efetivamente da consolidação e ampliação da democracia. Este congresso consagra a CUT como referência política nacional. Sua representatividade, adquirida ao longo destes anos, permitiu-lhe realizar grandes mobilizações e provocar mudanças profundas na dinâmica de muitos sindicatos. Mesmo assim, ainda não se pode dizer que a CUT tenha adquirido uma identidade própria enquanto central. A carência de uma definição mais acabada de sua concepção e de seu projeto sindical e a capacidade de elaborar e articular políticas permanentes de intervenção a nível nacional, sob uma direção unificada, dependem de uma solução que, indubitavelmente, deverá ser con-

12. Op. Cit. pag. 13.

13. Op. cit. pag. 13-14.

quistada, através da reflexão, da organização, do solidário esforço de suas lideranças. Infelizmente, para a maioria dos sindicalistas, ainda prevalecem a dinâmica e o interesse de sua categoria, acima de qualquer outro.

Neste momento, 1986, num estágio ainda incipiente de construção de uma central, a despeito da complexa conjuntura política e da persistência de uma grave crise econômica, a CUT continua convivendo com as dificuldades que a forçam a manter a atenção voltada para seus problemas internos, administrando a disputa entre correntes, à procura dos consensos e equilíbrios necessários à sua continuidade.

As resoluções do congresso e os documentos oficiais da CUT não destacam as polêmicas do debate e as tensões existentes, mas muitos comentários e análises do movimento focalizam estas questões super-dimensionado seu impacto na vida da central. A nosso ver, o que precisa ser enfatizado não são tanto as divergências e as polêmicas, (que poderiam fornecer importantes subsídios,) mas a maneira de enfrentá-las. O que prevalece nesse confronto não é o diálogo e o aprofundamento conceitual, mas uma perspectiva tradicional da esquerda brasileira, de enquadramento ideológico e de "exclusão" dos que pensam de forma diferente. Esta postura, sempre negativa, é bastante prejudicial ao avanço e clareamento do projeto da CUT, ampliando um quadro bastante indefinido de concepções sindicais e de reflexão teórica.

3.1.3 O 3º Congresso

Realizado em Belo Horizonte entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988, foi este, sem dúvida alguma o maior congresso da CUT: 6218 delegados, representando 117 categorias, credenciados através de 1157 entidades sindicais de 25 estados¹⁴.

Da pauta do congresso constaram:

1. Conjuntura atual e tarefas da CUT;
2. Concepção e prática sindical (que se concretiza na aprovação de um novo Estatuto);
3. Plano de Lutas.

Quanto à conjuntura internacional, as análises revelaram um quadro de mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e um agravamento da crise econômica mundial.

Em relação à conjuntura nacional, destacou-se a importância da nova constituição, vista como busca da "legitimação da nova ordem imposta pela burguesia", em relação à qual "é impossível não reconhecer que houve conquistas"¹⁵.

No plano econômico, as discussões giraram em torno da pressão exercida pelos credores sobre o Brasil, da recessão e de suas trágicas consequências sociais. Na análise da conjuntura agrária,

14. Retrato da CUT - delegados do 3º CONCUR, representação nas categorias - CUT - Pesquisa coordenada por Leôncio M. Rodrigues, Maria Silvia Portela de Castro, Suzana Jochaczewski e Iram Jácome Rodrigues.

15. 3º CONCUR, Resoluções - CUT, Boletim Nacional, nº 21, Edição especial, set.88.

as avaliações enfocaram o rápido avanço do capitalismo empresarial, substituindo o latifúndio tradicional e, a consequente diversificação no campesinato brasileiro, desestruturado em suas relações de trabalho e conseqüentemente, em suas condições de vida.

A CUT realizou uma avaliação positiva de sua atuação: na denúncia do plano cruzado, na deflagração da greve geral de 12/12/86, na recusa do pacto social, nas lutas no campo etc. Soube, também, reconhecer seus erros na greve geral de 20 de agosto de 87.

De acordo com as conclusões do congresso "a CUT cumpriu, neste período, o seu papel de representação classista e combativa da classe trabalhadora, e, apesar das dificuldades e erros, foi esta concepção e prática que a transformou na mais importante organização de luta popular do país. Porém, o elemento decisivo para sustentar o avanço das lutas e da CUT, para enfrentar os grandes obstáculos que estão surgindo nesta conjuntura, está na sua consolidação orgânica"¹⁶.

Diante do complexo quadro conjuntural, a CUT deve estar preparada para os novos desafios e assumir que "a redefinição de sua estrutura organizativa para permitir respostas mais ágeis e unificadas, é um elemento decisivo para o período que se inicia"¹⁷.

A partir do 2º Congresso, começam a se delinear os agrupamentos das diferentes tendências, e já no 3º, as posições se consoli-

16. Idem pag. 17.

17. Idem pag.18.

dam;¹⁸ a discussão sobre a mudança do estatuto foi um dos altos momentos do forte confronto que se estabeleceu. Como sempre, as divergências não estavam ligadas à concepção sindical, colocada como fundamentação da nova proposta de estatuto, mas giram, em torno de algumas questões bem concretas. Chegada a hora da definição, a Articulação,¹⁹ passou a defender mudanças estatutárias, interpretadas por outros setores como "manobra" da maioria, para se perpetuar como força majoritária nos futuros congressos. Entre as mudanças propostas, as mais polêmicas diziam respeito à representação dos sindicatos, que seria proporcional ao número de sindicalizados e, não mais, ao total dos trabalhadores de sua base; - à representação das oposições, incluídas aqui unicamente as reconhecidas e acompanhadas pela CUT, que seria proporcional ao número de votos obtidos nas últimas eleições de seus sindicatos. As oposições, que não tivessem participado das eleições em seu sindicato, não poderiam ter uma representação maior do que aquela permitida ao menor sindicato do Estado. E, mais uma novi-

18. Leôncio M. Rodrigues, op. cit. pag. 21 traz este quadro: Considerando os membros efetivos e suplentes da Executiva Nacional, do segundo para o terceiro congresso, ocorrem as seguintes alterações:

	II CONCURTO	III CONCURTO
Articulação	12 membros	10 membros
Força Socialista	1 membro	2 membros
Democracia e Luta	2 membros	1 membro
Unir a Cidade e o Campo	2 membros	1 membro
Construir a CUT Classista e pela Base	-	1 membro
CUT pela Base	3 membros	5 membros
TOTAL	20 membros	20 membros

19. A Articulação não corresponde à mesma, de que falamos, antes da criação da CUT. Aqui, trata-se da corrente hegemônica no interior da CUT, criada para organizar a ação dos "não alinhados", de todos os que não se indentificam com tendências políticas da esquerda organizada.

dade: os delegados do congresso nacional seriam escolhidos nos congressos estaduais, combinando a representação profissional (departamentos) e regional.

O novo estatuto acaba também com o item que garantia a proporcionalidade entre o número de delegados dirigentes e delegados de base. Outra mudança diz respeito à periodicidade dos congressos nacionais, que passam a ser realizados de três em três anos.

As facções mais à esquerda criticam os novos estatutos, que reforçam a Articulação e enfraquecem a esquerda e as oposições sindicais, aumentam o peso das direções e prejudicam a representação das bases.

Apesar destas críticas terem um certo fundamento, mais uma vez, devido a uma disputa específica - as mudanças estatutárias -, se confrontam duas visões sindicais²⁰: uma majoritária, que considera a CUT como Central Sindical, disposta a lutar numa situação de economia de mercado e outra, cujo objetivo fundamental é acabar com este sistema²¹.

A maior parte das reivindicações e bandeiras de luta no 3º Congresso são recolocadas como "diretrizes de ação", em vez de "plano de ação", e se voltam para as questões permanentes: dívida externa, solidariedade internacional, defesa dos direitos sindicais. Trata-se de um dado significativo pois manifesta a am-

20. Embora fale em duas visões, na realidade são varias visões que se articulam em dois blocos.

21. Leôncio M. Rodrigues, op. cit.

pliação do leque de preocupações e a sensibilidade à conjuntura, o espaço conferido no congresso, às políticas sociais, à luta pela reforma urbana, à situação dos jovens e aposentados, à luta contra a discriminação social e racial. Além disso, renova-se o empenho da CUT com as lutas no campo.

No plano de lutas, o 3º CONCUR retoma as definições da Campanha Nacional de Lutas adotada no 2º Congresso Nacional, combinando-as com uma campanha pelo contrato coletivo, nacionalmente articulado²².

O Contrato coletivo, que fortalece o aspecto mais especificamente sindical, a partir deste 3º Congresso, vem compor as pautas de inúmeros seminários e encontros que levam à criação de um consenso quanto a sua importância. Sua operacionalização, se houver, será fruto de um longo processo, cujo final é impossível prever.

Em relação às lutas imediatas, objetiva-se uma forma de unificá-las estabelecendo um calendário de jornadas de lutas.

Considerar as conquistas já incorporadas à Constituição e transformar as eleições políticas num plebiscito contra Sarney, são outras propostas definidas do plano de lutas.

Qual é o significado deste 3º Congresso? Independente das polémicas e das contradições que se fizeram presentes, apesar do

22. 3º CONCUR, resoluções, op. cit., pag. 47 - "O contrato coletivo" já tinha aparecido no 2º Congresso, mas sem maiores repercussões na vida da CUT.

pouco espaço para um confronto real de posições²³, não é possível discordar do balanço do presidente da CUT, Jair Meneguelli, sobretudo de sua avaliação:

" ... a disputada participação e os acalorados debates do 3º CONCUR demonstraram que a luta por um sindicalismo classista, democrático e de massas - princípios da fundação da CUT - tomou outra dimensão. Superamos a fase de conquista do direito de existência, para, graças à garra dos trabalhadores, entrar na fase em que a CUT é fator concreto da realidade social deste país. Superamos o desafio de elaborar um nova referência sindical e entramos no período em que a dificuldade é construir efetivamente a organização e representação sindical de milhões de trabalhadores brasileiros, do campo e da cidade. É este o sentido das discussões sobre "concepção e prática sindical, estatutos, plano de ação", que resultaram nas resoluções do congresso e que apontam para a necessidade de um salto: da CUT/referência à CUT/organização. E é um salto triplo.

Primeiro, porque precisamos desenvolver, rapidamente, a compreensão e o conhecimento da realidade social brasileira, apurando as linhas de ação, aprofundando as propostas sindicais dos sindicatos filiados à CUT. O 3º CONCUR reafirmou o caráter da central sindical que queremos e mostrou que, sem perder o caráter de sindicato, ela precisa combinar sua ação sindical com suas ações políticas, respeitando e lutando para manter a unidade de ação dos trabalhadores.

O segundo aspecto é o do desafio trazido pela superação da etapa de movimento de oposição à uma estrutura sindical corporativa e atrelada ao Estado. Trata-se, agora, de desenvolver a estrutura organizativa orgânica, concreta, neste imenso e diferenciado país, vertical e horizontalmente, a partir dos sindicatos e dos departamentos profissionais. Passamos a ter a responsabilidade de fazer com que cada entidade filiada demonstre seus compromissos com a democracia, com o caráter de massas, com a visão classista, em cada uma de suas ações, seja nas campanhas salariais, na luta pela sindicalização, ou no dia-a-dia do atendimento das necessidades de sua categoria.

O terceiro aspecto - continua Meneguelli - é o mais complicado. Hoje, o avanço necessário para a CUT passa pelo enfrentamento de novos desafios impostos pelas relações Capital x Trabalho neste final do século XX. O Brasil mudou de 1983 para cá. Não deixou para trás a miséria, a absurda

23. As discussões constituíram-se num "diálogo de surdos", cada um reafirmando suas posições e substituindo os argumentos com processos de votação.

desigualdade de renda ou a falsidade da democracia para a minoria. Mas mudou, ... a CUT precisa dar respostas a estas modificações, quer no plano institucional de uma nova Constituição e de conflito em uma "transição" conservadora, quer no plano de uma economia permanentemente em crise, trazendo para o centro do cenário nacional a vontade e as necessidade dos trabalhadores²⁴.

É importante lembrar que, a partir deste congresso, se generaliza na prática da CUT a preocupação com sua estrutura e organização, com a caracterização do perfil dos delegados que participam dos congressos da central. Estes estudos, iniciados no Rio Grande do Sul²⁵ tornam-se uma prática habitual nos Estados e finalmente, a partir do 3º Congresso, nos encontros nacionais. Este esforço de auto-conhecimento marca um novo momento da CUT.

Trata-se, de um primeiro passo visando uma maior objetivação da imagem que a CUT faz de si mesma enquanto central, que poderá conduzir à análises mais realistas de sua atuação, de sua prática, de sua força e de suas fraquezas, assim como, à definições mais coerentes com suas potencialidades.

3.1.4 O 4º Congresso

Realizado de 4 a 8 de setembro de 1991, em S.Paulo, o 4º Congresso Nacional da CUT foi o 1º efetuado nos moldes fixados pelos novos estatutos. O mais visível efeito das novas regras, em relação à representação no CONCUR, foi o número de participantes (ao redor de 1500 delegados), bem menor do que o apresentado no con-

24. CUT, Boletim nacional, 3º CONCUR - registro e imagens, Ed. especial nº 21, setembro 88.

25. Pesquisa do IV CONCUR, autor - Pio Geovani Dresch (FASE/Porto Alegre), publicada pela Secretaria de Imprensa e Divulgação e Secretaria de Política Sindical - R.S.G.

gresso anterior (mais de 6 mil delegados). O número menor de delegados não fez diminuir o montante de teses apresentadas (16 teses), em virtude das várias tendências existentes.

Durante a preparação do congresso teve início um clima de confronto. Já nos encontros estaduais aparece a Antártica²⁶ (anti-articulação), um bloco formado com o intuito de derrubar a Articulação, majoritária na direção da CUT, desde sua criação.

A tese preparada pela Articulação, a nº 13, "vem a se constituir no conjunto das resoluções do 4º congresso", como estava previsto pela sua coordenação²⁷.

A tese faz um balanço político-organizativo da CUT e sua estratégia, analisa a conjuntura internacional e nacional e além do plano de ação propõe novas modificações dos estatutos.

Em seu balanço político e organizativo, a Articulação defende a CUT (ou se defende) das críticas aos estatutos aprovados em 88, que "garantem maior democracia interna" e "representação real" dos trabalhadores organizados. Fica reafirmada a responsabilidade da CUT com respeito à negociação e à contratação coletiva. Respondendo às denúncias contra a executiva da central, que teria trocado a luta pela negociação, a Articulação reafirma o caráter combativo da central e sua luta anti-Collor, como ficou demons-

26. A Articulação é apoiada pela Vertente Socialista(VS) e pela Nova Esquerda; a Antártica reúne: a CUT pela base; CSC(Corrente Sindical Classista) e correntes Trotskistas: Convergência Socialista; o Trabalho e o PLP(Partido da Libertação do Proletariado) - (Gazeta Mercantil, 6/09/91).

27. Tese 13 - Avançar, consolidar e vencer, 4º CONCUR, Articulação Sindical, 1991.

trado, durante a greve de 14-15 de março 89.

Em sua estratégia, a Articulação ressalta a necessidade de fixar parâmetros básicos para discutir políticas de abrangência nacional (política econômica, agrícola, industrial, educacional etc) e para definir uma política de alianças com setores democráticos e populares. Prioriza, mais uma vez, a organização por local de trabalho, o fortalecimento da estrutura vertical e a necessidade de uma inserção orgânica no sindicalismo internacional.

A análise da conjuntura internacional fundamenta a necessidade desta inserção e coloca para a CUT o desafio de tratar, com mais profundidade, as questões internacionais, regionais (A.Latina) e mundiais.

Na tese, o plano de luta está bem estruturado e bastante coerente com a análise conjuntural, nacional e internacional. Entre as propostas, é dada nova ênfase à questão ambiental, à elaboração de políticas alternativas e à implantação do contrato coletivo, nacionalmente articulado.

Quanto às lutas, além das tradicionais denúncias, greves e ações de resistência, aparecem novas propostas: participação no debate das reformas constitucionais, pressões no Congresso Nacional e reforço, em geral, de todas as instituições de caráter democrático.

Quanto aos Estatutos, a tese 13 propõe (e o congresso aprova) a liberdade de expressão, mantendo o respeito às decisões democraticamente tomadas e à organização vertical por ramo de atividade

econômica, ao invés de, por categoria. Cabe às estruturas verticais a representação e o poder de negociação.

Com respeito às outras teses, embora algumas tenham apresentado propostas bastante próximas da Articulação, a maioria se posicionou contrariamente, expondo sugestões bastante adversas. Não faltaram críticas radicais aos Estatutos, repetindo-se os argumentos apresentados no 3º Congresso. Houve, inclusive, a denúncia de que a posição da Articulação leva à CUT a pensar e agir "nos limites impostos pelo capitalismo".

Levantou-se, ademais, uma crítica à filiação da CUT a uma das centrais internacionais, que, na ocasião, foram denominadas de "aparelhos burocráticos e reformistas". Esses mesmos setores propõem a criação de uma nova organização internacional, com sindicatos de outros países, mais próximos da visão da CUT.

Algumas teses atacam a direção da CUT, acusando-a de perda de tempo por apostar numa luta no interior das instituições "burguesas", ao invés de investir na mobilização das bases. Esta política, na visão de algumas tendências, leva à "conciliação de classes" descaracterizando, desta forma, "a CUT do não", sua "direção revolucionária" e a prática que faz da CUT "feroz e intransigente opositora deste governo"²⁸.

28. As observações entre aspas desta última parte são tiradas da TESE 5 - Cadernos das Teses do 4º CONCUR - op.cit. pag 44. Colocamos algumas posições extremas da Articulação e da Convergência Socialista, mas entre uma e outra há um leque enorme de posições intermediárias que não podem ser desconsideradas. Não citamos tais posições porque seria um "empreendimento" complicado e porque acreditamos não serem indispensáveis a este trabalho.

As previsões feitas antes do 4º Congresso quanto, ao acirramento do confronto entre tendências, têm sua mais clamorosa confirmação nas agressões físicas ocorridas no plenário do congresso. Embora as desavenças tivessem sido motivadas por uma questão específica²⁹, ficou, nitidamente, provado o clima de tensão reinante, durante o decorrer do congresso. A tensão se acirrava toda vez que membros da Articulação lançavam a palavra de ordem: "racha", expressando seu desejo de expulsar da CUT as tendências mais à esquerda. As questões de fundo, situadas na base das divergências, foram as mesmas de sempre. A diferença que se notou, por ocasião do 4º Congresso, foi de que não se tratava mais de uma discussão teórica. Discutem-se práticas, sobretudo o diálogo com setores de governo e a negociação com empresários, que os dirigentes da CUT têm implementado. Na nossa opinião, isso não significa a perda de sua combatividade³⁰.

29. O motivo das agressões foi a denúncia de desvio de dinheiro, no sindicato dos bancários do Rio (Convergência Socialista) e a condução da mesa do Congresso, que impediu Ciro Garcia de usar a palavra para se defender. A tentativa de usar o microfone à força provocou o início do tumulto.

30. Esta política de "negociação" não se dá em prejuízo das lutas, como podemos constatar através do gráfico abaixo, extraído das Resoluções do IV Congresso, pag. 9.

Greves e grevistas no governo Collor.

Mês	Greves	Grevistas
março	169	280,600
abril	100	795,944
maio	200	1.104,766
junho	140	2.200,000
julho	257	1.017,313
agosto	212	1.002,616
setembro	194	2.020,584
outubro	208	2.666,818
novembro	168	1.335,203
dezembro	123	1.725,119

Fonte: DESEP/CUT

A implantação de tais políticas "conciliatórias", cuja responsabilidade cabe à Articulação, torna mais urgente, na ótica das outras correntes, a tarefa de acabar com sua hegemonia.

Neste confronto, questões como a representação nos congressos, os mecanismos de gestão e uma democracia que garanta as correntes minoritárias, assumem fundamental importância.

Como estava previsto, a tese 13 da Articulação, dá o tom ao documento das resoluções do 4º Congresso. Algumas questões polêmicas, entre as quais, a filiação internacional, a dinâmica de direção, a divisão dos cargos e a definição da postura da CUT em relação ao governo, são deixadas para uma posterior definição, em reuniões plenárias da direção da central³¹.

No plano de lutas, decidiu-se declarar guerra ao neo-liberalismo, insistiu-se no Contrato Coletivo, destacou-se a importância das lutas no campo, o apoio à causa indígena e, ficou estabelecida a decisão de concorrer às eleições na CONTAG³². A CUT determinou, ademais, o combate ao monopólio dos meios de comunicação, e a

31. A "briga", parece ter sido útil à prática de direção da CUT, depois do 4º Congresso, na divisão de tarefas; apesar de não ter ganho a proposta de proporcionalidade qualificada, dividiu melhor os cargos entre as várias tendências, proporcionalmente representadas na executiva. Uma novidade permitiu que secretarias importantes, anteriormente monopólio da Articulação, ficassem com diretores de outras tendências. A CUT através de sua base, por exemplo, ocupa hoje a secretaria de política sindical. Washington Costa, afirma que a Comissão executiva da CUT fez uma espécie de "pacto de governabilidade" - Teoria e Debate, nº 17, 1º Trimestre de 1992.

32. Na discussão interna, a CUT não tem uma definição clara com respeito à relação dos seus organismos (departamentos/confederações) com os da estrutura oficial. Em relação à CONTAG, não houve consenso à concorrência da CUT às eleições de sua direção. Acabou ganhando os que defendiam a participação.

intervenção no debate sobre a reforma constitucional, através de pressões sobre a Câmara e o Senado.

Além disso, se quer uma central disposta a: "enfrentar os novos desafios colocados para o movimento sindical, priorizando as lutas pelo controle da introdução de novas tecnologias, combater a discriminação da mulher e do trabalhador negro; proteger o aposentado e o jovem trabalhador e lutar em defesa do meio ambiente³³.

Comunicação, educação, mulher trabalhadora, Mercosul, fazem parte dos temas específicos que a CUT se propõe a tratar no novo período, o que demonstra a consciência que a CUT, como Central Sindical tem no cumprimento da tarefa social, para além das lutas econômicas e corporativas.

3.2 A CUT através dos CON CUTs - Considerações

Em 1993, a CUT se firma como uma central sindical forte, implantada e organizada em todos os Estados. Conta com cerca de 1700 sindicatos filiados, que representam entre 15 e 20 milhões de trabalhadores³⁴. Mantém relações com dezenas de Centrais Sindicais de vários países, recebendo diversos tipos de apoio e

33. "CONCUT Brasil", Resoluções do 4º Congresso-(Sec. Nacional de Imprensa e Divulgação da CUT.

34. Os setores onde a CUT tem sua maior base são: indústria moderna (metalúrgica, química e petroquímica), setor financeiro, setor das estatais, trabalhadores rurais, servidores públicos, entidades de profissionais liberais - Silva Portela: Cadernos da CUT nº 5 Jurídico e relações sindicais (1991).

A CUT representa 73% dos sindicatos filiados à Centrais. Roque Aparecido, Cadernos do CESIT, texto para discussão nº 10 - UNICAMP, 1989.

intercâmbio³⁵.

O crescimento da central foi vertiginoso como bem o demonstra o reconhecimento dos trabalhadores brasileiros, cujas exigências a CUT soube prontamente atender. Pela primeira vez, na história do sindicalismo brasileiro, se constroi uma organização intersindical cujas dimensões geográficas cobrem todo o território nacional e cuja abrangência sócio-econômico alcança todos os setores assalariados, incluindo, o campesinato.

O novo sindicalismo, nascido da experiência de diferentes lutas, por vezes, isoladas, se torna com a criação da CUT, uma organização ampla e articulada, que modifica a prática sindical de nosso País.

Os avanços obtidos são inegáveis: na organização, na ampliação da participação, nas lutas de resistência em conjunturas econômicas quase sempre adversas, na independência em relação ao Estado, na acumulação de forças para a negociação com os patrões, na presença na vida política do País, no avanço dos debates sobre sindicato e conjuntura, na representatividade do movimento e no reconhecimento social da central.

Segundo os pesquisadores da FASE de Porto Alegre:

"o movimento sindical de caráter classista conseguiu alguns pilares para termos no Brasil um sindicato independente, colado às bases, comprometido com uma visão estratégica de transformação social ... Nossa central se constitui como um polo de resistência à exploração capitalista: tornou-se um

35. Ver listas dos delegações presentes ao 4º Congresso; - as Resoluções, pag. 22.

interlocutor no espaço institucional e, o mais importante, passou a ser largamente reconhecida pela massa trabalhadora do campo e da cidade.

Não há dúvidas que passamos a construir uma alternativa ao peleguismo, ao sindicato corporativo; nestes 12 anos de lutas podemos observar um número cada vez maior de sindicatos que aderem ou são conquistados para a proposta da CUT; podemos observar, também, um crescente número de greves e outras formas de luta bastante radicalizadas ... igualmente, vimos crescer a estrutura de nossa central: multiplicaram-se seus órgãos setoriais, organizaram-se pelos estados as CUTs regionais, as escolas de formação, ao mesmo tempo em que um conjunto de novos problemas passaram, ao lado da questão salarial, a ser objeto de estudo e de implementação de políticas"³⁶.

Em relação a estes "novos problemas", as pautas dos CONCURTs revelam uma evolução na compreensão do papel de uma central sindical que levou a CUT a assumir novas lutas, adequando, para este fim sua estrutura. Exemplo disso é a decisão do 3º Congresso de criar a secretaria de políticas sociais, atribuindo-lhe crescente importância com a formação de comissões nacionais para tratar e elaborar propostas setoriais sobre: meio ambiente, saúde e previdência, questão urbana e moradia, criança e adolescente, educação, trabalho e cidadania e direitos humanos.

Esta abertura da CUT para outras dimensões de sua prática, reflete e acompanha a evolução havida quanto ao entendimento e à prática de negociação.

O impulso dado às iniciativas voltadas para a operacionalização de um contrato coletivo de trabalho, a participação ativa nas negociações realizadas nas câmaras setoriais, a presença no conselho que administra o FGTS e muitas outras formas de negociação

36. CUT-RS/FASE, Relatório de pesquisa, Diagnóstico Sindical, 1990.

das quais a CUT participou e participa são provas de sua evolução e desmentem o sectarismo de que a central é frequentemente acusada.

No tratamento e na avaliação da CUT quanto à sua postura frente às propostas de negociação, não podemos esquecer a nossa ainda curta experiência democrática e a nossa longa e dolorosa experiência sob a regime autoritário, e do desinteresse e desprezo das nossas elites pela situação dos trabalhadores. Todo e qualquer acordo se fundamenta num mínimo de confiabilidade, na capacidade e na vontade dos contratantes de honrar seus compromissos. Esta confiança precisa ser construída. Em nossa história, a prática das elites foi marcada por "jogadas sujas", acordos "de fachada" nunca cumpridos, de uso da força para impor regras desfavoráveis aos mais fracos.

Nossa história é testemunha do radicalismo que sempre persistiu entre as camadas detentoras do poder. Com certeza, são estes setores os mais desafiados a mudar suas posturas, para que a negociação se viabilize.

A evolução da CUT, a despeito das cenas de pancadaria entre delegações que o 4º CONCUR ofereceu, é inegável, também, em relação ao tratamento dado às divergências internas, à questão do pluralismo e ao respeito devido às minorias.

Em relação aos partidos, houve um clareamento de posições. Historicamente ligada ao PT, a CUT sempre defendeu, e reafirmou nos

seus estatutos³⁷, sua autonomia com respeito aos partidos.

Hoje na central, ainda hegemônica pelo PT, convivem militantes e filiados a vários partidos: PSB, parte do PDT³⁸, PPS, PC do B, alguns do PMDB, Convergência Socialista - recentemente desligada do PT - e outros partidos menores. Na prática é importante resgatar e ressaltar a autonomia das instâncias de decisão da central, eleitas nos congressos, por delegados, também eleitos em seus sindicatos; as decisões são tomadas no interior da CUT, através de mecanismo próprios.

O reconhecimento destes e de outros avanços, em diferentes níveis de sua organização e de sua luta, nos permite reafirmar que a CUT é a legítima herdeira e a expressão mais completa do novo sindicalismo.

Apesar do alcance de suas atribuições, muitas questões pendentes somadas ao surgimento de novos problemas, continuam desafiando a CUT. Tais problemas e desafios envolvem vários aspectos: a estrutura da central, suas relações internas e externas, sua prática política e social e sua ação educativa. Muito já se foi escrito a esse respeito³⁹, limitamo-nos aqui, a lembrar o que consta nos próprios CONCUTs, sobretudo no IV, o mais recente e cujas

37. Estatutos, Cap. II, Art. 39, Parágrafo III.

38. Muitos filiados ao PDT, graças, também, às duras críticas de Brizola a CUT, estão hoje passando para a Força Sindical; muitos, no entanto, continuam filiados CUT.

39. Pela própria CUT em "Cadernos da CUT", pelo PT em "Teoria e Debate", pelo CEDI, em "Tempo e Presença", pela FASE em "Proposta", pela UNICAMP em "Cadernos do CESIT". Além disso, há livros publicados por vários autores (alguns, citados neste trabalho), e muitos artigos publicados em jornais e revistas.

resoluções explicitam com mais clareza, os problemas e o tipo de respostas que a Central se obriga a dar. Desta forma, se complementa o perfil que viemos desenhando, através dos congressos, evidenciando a sensibilidade da CUT diante das críticas que lhe são dirigidas, assim como, a coragem em encarar os fatos, encaminhando soluções, buscando resolvê-los.

Em seus balanços político e organizativo, a CUT constata que, em sua luta de resistência contra a inflação e a política de arrocho, não obteve ganhos econômicos reais: "nossa resistência às diferentes políticas econômicas e planos de arrocho impediu que os prejuízos fossem maiores, mas não se traduziu em ganho real. Nos últimos vinte anos, a participação dos salários na renda nacional caiu de quase 50%, para cerca de 30% "(IV CONCUR). Mesmo reconhecendo a necessidade de ações conjuntas, a CUT chegou à constatação de que não conseguiu articular uma pauta de reivindicações comuns, um "calendário de mobilizações" ou negociações "articuladas".

Em suas relações internas a CUT reconhece a interferência de alguns impasses no encaminhamento das lutas, motivados "pelo equívoco de setores minoritários que, desrespeitando a democracia interna, decidiram encaminhar em suas próprias bases (sindicatos) contra as deliberações da central" (IV CONCUR).

Estruturalmente, a CUT reconhece a fraqueza das instâncias inferiores - CUTs regionais, assim como, a falta de critérios dos sindicatos atuais, organizados por categoria, segundo as normas da extinta comissão de enquadramento sindical, no que se refere à

ampliação de sua base de representação, passando a se organizar por ramos de atividade. Da mesma forma, as comissões sindicais por local de trabalho, que, teoricamente são a base da estrutura cutista, na prática não foram implantadas. Muitos outros problemas não foram enfrentados e resolvidos "quer nas definições estratégicas e políticas de organização e auto-sustentação financeira, quer nas questões de funcionamento democrático das instâncias da central. Ainda não foi substituída, integralmente, a velha estrutura viciada e corporativa do movimento sindical por aquela que queremos, bem como, não conseguimos implantar, a contento, a prática sindical aprovada nos três últimos congressos da CUT" (IV Congresso - Balanço organizativo).

Depois de um balanço bastante positivo da atuação no campo,⁴⁰ o IV CONCURT reafirma como tarefa: a procura de unidade na diversidade de formas de organização, oriundas das lutas de resistência ao desenvolvimento capitalista na agricultura, tais como: associações-cooperativas de agricultores, atingidos por barragens, sem terra, seringueiros, entre outras.

Em seus congressos, sobretudo no 3º e no 4º, a CUT se reconhece como agente na construção de um projeto de sociedade democrática, assumindo uma atuante e decisiva postura, no debate sobre desenvolvimento. Consequentemente, novos desafios se apresentam: a incorporação de novos temas, a atualização do discurso, e, a adoção de

40. Em abril de 1990: 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais; 438 sindicatos filiados; departamento rurais organizados em 17 Estados e 8 Federações Estaduais com hegemonia cutista - (CONCURT Brasil, Resoluções do 4º Congresso).

uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, tanto em relação aos setores organizados, como aos desorganizados, aos excluídos do mercado formal e aos novos setores emergentes, oriundos da expansão de modernos processos técnico-produtivos.

Condicionada à nova estratégia, a CUT passa a enfrentar uma série de desafios tais como, o de combinar as lutas de categoria com as mobilizações gerais, o de fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional (política industrial, agrícola, energética, educacional, etc) e o de participar da construção, junto a outros setores populares e democráticos, de um projeto alternativo de desenvolvimento.

A democratização do Estado, o fortalecimento dos órgãos de controle à ação estatal, a inserção política e orgânica no sindicalismo internacional (afim de atuar articuladamente no plano internacional contra a lógica imposta pelo capital), a luta pela democratização dos meios de comunicação de massa, o combate radical à miséria, a defesa das conquistas, concretizadas através Constituição de 88 e a luta pela ampliação destas conquistas na revisão constitucional prevista para 93, constituem-se em outros tantos desafios à ação sindical da central apontados durante os dois últimos congressos.

Concluindo, a CUT, em sua instância máxima de decisão, - os congressos nacionais -, revelou estar atenta às mudanças que estão se processando no Brasil e no mundo, incorporando as manifestações e apelos sociais, examinando estratégias que possibilitem respostas adequadas. A CUT se mostra, também, suficientemente

flexível para rever suas análises, mudar o rumo de suas estratégias e renovar suas formas de luta.

Esta abertura e flexibilidade, traduzidas na prática cotidiana, são ingredientes que, depois de ter acompanhado os dez anos da central, animam-nos a acreditar, com muita esperança, no seu futuro.

CAPÍTULO IV

4. CAPÍTULO CONCLUSIVO

4.1 Dos Problemas Atuais aos Possíveis Caminhos Futuros

Hoje a Central Única dos Trabalhadores, é uma realidade cujas características combinam perfeitamente com a descrição que K. Kosik, no texto citado na apresentação deste trabalho, faz de uma realidade concreta. A realidade diz o autor, tem uma estrutura (não é caótica), se desenvolve (não é imutável), vai se criando (não é perfeita). Em outro trecho de sua obra, Kosik acrescenta que a realidade é dialética, e por esta razão seu conhecimento só pode ser dialético, e mais, a realidade humano-social é criação da praxis, produzida historicamente, que se renova continuamente¹.

Ao analisar a CUT como realidade contraditória constituída praticamente, que se desenvolve e continua se recriando, e, por estarmos convencidos de que "o presente é contraditório, está sempre sobrecarregado do passado, mas ao mesmo tempo está sempre grávido das possibilidades concretas de futuro"², somos induzidos a reconhecer a central como força decisiva na construção de uma sociedade moderna, democrática e igualitária. É necessário, no entanto, identificar o "passado" que a CUT carrega e que precisa ser superado, para que emergjam as possibilidades concretas de

1. K.Kosik, op. cit. pag. 36 e 202.

2. Leandro Konder, o futuro da Filosofia da Práxis, o pensamento de Marx no século XXI, 201, Paz e Terra pag. 123.

futuro. Refazendo o caminho do novo sindicalismo e, especificamente o da CUT, em vários momentos fizemos referência à conjuntura econômica e política, aos embates ideológicos, à herança cultural e às dificuldades organizativas. Trata-se de diferentes dimensões de uma mesma realidade.

Sem perder de vista a totalidade, que dá concretude à realidade da CUT, destacamos, aqui, três destas dimensões, nem sempre valorizadas na análise do movimento e, que a nosso ver, oferecem importantes inspirações. São elas: a dimensão organizativa, a teorica-política e a cultural.

4.1.1 O "passado" presente na estrutura organizativa da CUT

A questão da organização sindical constitui um dos componentes mais fortes do ideário, a partir do qual nasce o novo sindicalismo que, em contraposição ao "velho", se apresenta como: livre e autônomo, classista, desatrelado do Estado, democrático, de base e de massa. Para tanto, um dos alvos centrais é a luta contra a estrutura sindical oficial que simboliza o atrelamento, o autoritarismo e o corporativismo.

É sobre a maneira de ver e entender a organização sindical que se manifestam os primeiros choques entre sindicalistas combativos e pelegos/burocratas. É sobre a coerência no combate à estrutura oficial que se dá a divisão entre os combativos³ e que em várias oportunidades centraliza a polêmica entre as correntes presentes

3. Refiramo-nos à divisão estabelecida na criação da CUT. Como vimos no 2º Capítulo, tal divisão se deve, também, a muitos outros fatores.

no interior da CUT.

É, ainda, em relação a esta polêmica que os autores do diagnóstico sindical, anteriormente citados, se posicionam e afirmam:

"Saimos de uma posição de combate a estrutura sindical, e caminhamos para uma posição de reforma da velha estrutura, adaptando-nos as máquinas herdadas, azeitando seu funcionamento, compatibilizando estruturas novas (departamentos) com antigas formas de representação (federações), sobrevivendo financeiramente de contribuições compulsórias"⁴.

Alguns setores da CUT evoluíram no tratamento desta questão, muito embora permaneça viva a distância entre o mesmo discurso, e a prática organizativa que, acomodando-se à estrutura oficial, - na opinião de vários ativistas e analistas, - continua corporativa, pouco democrática, assistencialista e sem organização de base.

Por outro lado, há uma falta de integração real entre os sindicatos filiados (cuja dinâmica obedece, fundamentalmente, à lógica da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): data base, recurso à justiça do trabalho, imposto sindical, etc), e a estrutura da central com suas direções nacional e regionais, confederações por ramo de produção, secretarias de formação, de comunicação, de política sindical, etc. Estas estruturas, criadas autonomamente, ainda não produziram um arcabouço jurídico. Embora coerentes com as concepções cutistas, não contam com uma legislação adequada que lhes garanta a aplicação de instrumentos efi-

4. CUT/RS, FASE/PA - op. cit. pag. 8.

cientes no cotidiano da vida sindical⁵.

Sem nos alongarmos na descrição das manifestações de desconforto, faz-se mister, no entanto, aprofundar as causas dos problemas e a forma de enfrentá-los.

Um ponto de partida é a análise da organização sindical vigente no País há mais de cinquenta anos e a relação estabelecida entre ela e a CUT.

O novo sindicalismo sempre optou por uma luta contra a estrutura sindical oficial, em seu interior⁶. Esta opção não foi, porém, acompanhada de um aprofundamento no conhecimento da estrutura que se queria combater, nem de uma definição clara do caminho a seguir para garantir sua transformação.

Em seu 2º Congresso a CUT pensou, aprovou e decidiu lutar pela implantação de uma nova estrutura sindical, mas como vimos, esta decisão não saiu do papel.

Durante o processo constituinte, a CUT voltou a se engajar na luta por uma nova estrutura sindical. Apesar da ocorrência de avanços significativos, as diferenças entre a legislação sindical, agora incorporada à Constituição, e a proposta da CUT continuam grandes e permanecem muitas ambiguidades.

5. Douglas German Braga, Estratégias para superação do modelo sindical corporativo, Cadernos da CUT, nº 5 - jan/fev/mar-91.

6. Algumas tendências, que se expressavam sobretudo na oposição metalúrgica de S.Paulo, tinham posições diferentes que não encontraram maior apoio no movimento sindical.

Os reflexos desta situação repercutem no interior da CUT, acirrando disputas e acusações recíprocas entre tendências, devido às diferentes formas de atuação dos sindicatos nesta realidade híbrida e ambígua. Muitos sindicalistas, que idealmente se identificam com a CUT, não conseguem implementar suas propostas, debatendo-se entre a necessidade de lidar com a legislação vigente que lhes garanta o sustento e sua própria condição de dirigente (imposto sindical, legalização de sua função) e, a imposição de uma série de práticas (dissídios, recursos à justiça em caso de conflitos, etc) e de estruturas (federações e confederações oficiais) que se chocam com os ideais cutistas. Esses impasses condenam a CUT à crônica debilidade organizativa que vem retardando sua afirmação em quanto central.

O peso da estrutura sindical oficial, origem das dificuldades organizativas da CUT, é uma tese defendida por Armando Boito⁷, um dos estudiosos do movimento que, a partir de uma análise do sindicalismo de Estado, trata em profundidade da questão da estrutura sindical. Algumas de suas conclusões, oferecem pistas para avançar na discussão sobre a organização interna da CUT e sua relação com a estrutura oficial.

7. O sindicalismo de Estado no Brasil, uma análise crítica da estrutura sindical - Ed. UNICAMP, HUCITEC, 1991.

Tomamos, como referência, o trabalho de A. Boito, que traz inegáveis contribuições, apesar de não concordarmos com algumas de suas posições, que afinal, acabam prejudicando o trabalho. Referimo-nos, mais especificamente, à visão estreita de Estado: aparelho da burguesia que precisa ser derrubado; a sua defesa de um sindicalismo revolucionário, a partir das experiências Russa e Nicaraguense; sua pouca atenção ao processo de democratização e às mudanças trazidas pela nova Constituição, à própria organização sindical.

O sindicalismo de Estado, segundo Boito, é, em sua essência, inconciliável com o sindicato livre e autônomo que a CUT deseja firmar. Independentemente da vontade dos governantes que ocupam o poder, "a lógica do funcionamento da estrutura sindical obriga a equipe governamental ou a burocracia do Estado a intervir ..., diuturna e sistematicamente, na vida sindical"⁸.

Por sua natureza, o sindicalismo de Estado, com sua estrutura, ideologia e modalidades de ação, é subordinado ao Estado, não é controlado pelo Estado, mas o integra, é parte do Estado. Esta subordinação ou integração ao Estado continua presente nos dias de hoje, mesmo após a Constituição de 88 ter dado fim à interferência e intervenção do Estado nos sindicatos⁹. A representação sindical continua sendo outorgada pelo Estado. A manutenção da unicidade sindical e do imposto sindical garantem este poder do Estado sobre os sindicatos. Além disso, a presença e a ação normativa e tutelar do Estado permanecem na ação da Justiça do Trabalho.

A unicidade sindical é o monopólio legal da representação sindical, "não é para atingir as massas, nem para combater a estrutura sindical "por dentro" que os sindicatos da CUT e CGT criam sindicatos oficiais, "mas" para ter acesso à investidura, à unicidade e aos impostos sindicais¹⁰.

8. Idem pag. 41.

9. Inciso I do Art. 8º da Constituição.

10. Idem pag. 107.

Esta estrutura, com a qual a CUT convive, se apoia na ideologia da legalidade sindical, que é "uma manifestação localizada da ideologia populista, na medida exata em que representa o "fetiche" do Estado-protetor no terreno sindical"¹¹. É esta ideologia, que permeia a organização sindical, que leva os sindicalistas, inclusive os da CUT, a ter receio da liberdade sindical e a recorrer constantemente à proteção do Estado. Estas atitudes, diz Boito, são fruto da "ideologia prática", distante dos discursos de autonomia sindical, da liberdade de organização, da luta etc. que são ditados por uma "ideologia teórica"¹².

O autor reconhece o conflito estabelecido entre a CUT e o sindicalismo de Estado, como insuficiente para romper com a legalidade sindical. Foi suficiente enquanto meio de "introduzir inconsistências e contradições no legalismo cutista, tornando-o, em inúmeros aspectos, um legalismo irrefletido e passivo"¹³.

Em sua essência, para o autor, "A CUT aderiu ao sindicato oficial porque restringiu sua base aos sindicatos oficiais"¹⁴. Estes organizam a retaguarda do movimento, dispersam os trabalhadores, selecionam as lideranças, favorecem o peleguismo e debilitam a luta reivindicativa. Esta conclusão vem confirmada pelos depoi-

11. Idem pag. 65-66.

12. Idem pag. 103.

13. Idem pag. 148.

14. A única filiação possível à CUT é via sindicato de base que, na prática, é o mesmo do sindicalismo oficial. A CUT não admite filiações pessoais, nem de comissões ou grupos. No 3º Congresso, restringe (a idéia era só disciplinar) a possibilidade de filiação das oposições sindicais.

mentos recolhidos de lideranças de oposição que "conquistaram" o sindicato. Estes sindicalistas, integrantes ou próximos da corrente "CUT pela Base", concordam que "ganhar" o sindicato significou: mudanças de atitudes, retrocesso da ação sindical e uma ilusão de força que desvia a atenção do esforço de organização dos trabalhadores¹⁵.

As considerações de Boito levam-nos a concluir que a opção de trabalhar pela mudança do sindicalismo oficial "por dentro", exige um minucioso conhecimento de sua natureza e de sua dinâmica,¹⁶, afim de que, tal opção deixe de ser um permanente motivo de polêmicas e de práticas contraditórias.

Na origem dos impasses que a CUT enfrenta em sua organização há outras causas que merecem ser consideradas. Citamos, como exemplo, a questão do "status" jurídico da central. Preocupada em evitar o legalismo e a burocratização do sindicato, a CUT minimizou a importância de uma legislação que lhe dê sustento. Os dirigentes e os autores preocupados com a "legalidade" da CUT, foram duramente criticados. O investimento da CUT, que na realidade foi muito pouco, ao pressionar os deputados constituintes visando garantir, na carta magna, sua proposta, foi considerado por muitos dirigentes e ativistas um desperdício de forças.

15. Idem pag. 244.

16. Como Karl Kosik afirma, não pode haver dialética sem o uso de um método de investigação que garanta: minuciosa apropriação da realidade, até nos detalhes, da cada forma de desenvolvimento desta realidade e de sua coerência interna. (Dialética do Concreto, Ed. Paz e Terra, 4ª edição, pag. 31).

Esta preocupação, de caráter jurídico, foi considerada, inúmeras vezes, como legalismo e não como instrumento necessário para garantir o direito de "cidadania" aos trabalhadores organizados¹⁷.

A experiência demonstra que o perigo da burocratização sempre existirá, contudo não é a inexistência de legislação que, necessariamente, salvaria a CUT do envolvimento burocrático, como também, não é o sindicalismo oficial o único exemplo de burocratismo sindical.

A CUT, precisa ter uma posição clara em relação a este problema, tratado, até o momento, com muito descaso. Não nos ocorre a lembrança de nenhuma proposta relativa à esta questão.

A solução de outros impasses organizativos poderia ser obtida, se houvesse uma discussão aberta sobre a utilização dos recursos oriundos da solidariedade internacional. É imprescindível considerar o perigo de acomodação e burocratização que representa o dinheiro que vem da solidariedade internacional. Será que a obtenção e a forma de utilizar estes recursos não levou à criação de estruturas e dinâmicas que ultrapassem as reais necessidades e possibilidades do movimento? Será que esta ajuda externa não levou a Central a dispensar ou secundarizar a participação dos sindicatos de base na sustentação de sua estrutura e de seus programas, induzindo-a, desta forma, ao descomprometimento dos

17. José Francisco Siqueira Neto em "Contrato Coletivo de Trabalho. Perspectiva de Rompimentos com a Legalidade Repressiva" (Cadernos do CESIT - texto para discussão nº 5 - UNICAMP pag. 19-20), afirma, e concordamos com ele, que o traço marcante de nossa legislação é o da repressão e do paternalismo, o que nos impede de pensar a legislação sob outro prisma.

sindicatos com a manutenção, a implementação e o custeio de suas iniciativas? Como se manifesta a democratização da informação e da administração destes recursos, no interior da Central? Quais as consequências que estes recursos trouxeram às relações entre grupos e correntes?¹⁸. Na verdade, pouco se sabe a respeito de sua aplicação, significado e importância política.

4.1.2 Concepção sindical, uma questão de qualidade

As divergências quanto à concepção sindical se manifestam na CUT quando o confronto entre as várias ideologias dos seus membros conduz à diferentes leituras da realidade. Estas diferenças se refletem na definição dos objetivos da luta, nas consequentes formas de organização, na compreensão do papel dos vários atores sociais (Estado, partidos, sindicatos, outros movimentos sociais) e do tipo de relação que, entre eles, se estabelece.

A concepção sindical, influi diretamente na forma de se pensar e de se realizar o trabalho¹⁹, na estrutura e gestão sindical e no tratamento conferido à maioria dos problemas que, atualmente, são apresentados à CUT: reconversão industrial, introdução de novas tecnologias, contrato coletivo de trabalho, trabalho da mulher, meio ambiente, internacionalização da economia, Mercosul, etc. Trata-se de uma questão abrangente que, em nossa opinião,

18. Com isso não me coloca contra a solidariedade internacional dos trabalhadores, que considero uma dimensão de fundamental importância para sua luta, questiono sim seu uso e seu real aproveitamento.

19. As divergências na CUT não aparecem como debate aberto de idéias, mas como enfrentamento de posições na definição dos rumos da Central e de suas prioridades.

ainda não foi enfrentada aberta e extensivamente. Na CUT, a questão conceitual é abordada com receio, com precauções mais políticas que teóricas, que visam contemporizar os clássicos esquemas, através dos quais, historicamente se processou o debate ideológico, assim como, as exigências impostas pelas situações concretas e o equilíbrio de forças no interior da Central.

Para um melhor entendimento das circunstâncias que acompanham este confronto e provocam seu acirramento, é fundamental lembrar o vazio teórico/ideológico, derivado da crise do marxismo, que afetou vários setores da esquerda, nestes últimos anos.

Abrir a discussão sobre concepção sindical significa trilhar um caminho de revisão dos princípios teóricos, que deram sustento aos discursos, que justificaram certa prática, e que motivaram a própria criação da CUT. O marxismo continua presente, como referência fundamental, mas cresce, cada vez mais claramente a necessidade de outros paradigmas teóricos que possam explicar a realidade, e dar consistência a um novo projeto social onde o sindicato, seja capaz de participar, como sujeito, de sua construção. Sem um esclarecimento conceitual, a CUT corre o perigo, contrariando suas próprias definições, de perder a perspectiva estratégica, e esgotar-se em mil lutas que, embora importantes, urgentes e necessárias, requerem um rumo claro, um eixo definido, capaz de unificá-las num projeto comum. A ausência de novas referências destinadas a construir uma estratégia, a definir um eixo, a caracterizar, enfim, a identidade da CUT, parece não preocupar a maioria dos analistas da CUT que, como em outros momentos da história do novo sindicalismo, têm sua atenção voltada para a con-

juntura, para mudanças econômicas e políticas, admitindo, como dadas, a concepção e a ótica, a partir das quais, o sindicato tem que se nortear. Estas análises têm como objetivo geral, criticar a ideologia ou ideologias presentes no movimento, considerando-as causadoras dos problemas da CUT. Avança-se pouco, porém, na definição de paradigmas alternativos, capazes de fornecer uma nova visão do mundo que conduza a uma concepção sindical mais abrangente, que dê novo alento às velhas discussões.

Pela sua história e pela sua inserção social, o perigo maior que ronda a CUT e os sindicatos a ela filiados, não é o desligamento da realidade ou o não envolvimento nas mudanças que ocorrem, mas o de produzir respostas fragmentadas, descoordenadas, contraditórias, reproduzindo a fragmentação e contradição da própria realidade.

Neste sentido, cumpre à CUT eliminar este risco, investindo, séria e sistematicamente, na fundamentação teórica, no discernimento e clareamento de sua visão de mundo, para melhor definir tanto sua concepção sindical, quanto a politização de suas práticas.

Tal diagnóstico contraria a posição que Leôncio Martins Rodrigues, expressa em sua obra "CUT: os militantes e a ideologia". Neste livro, resultado de uma pesquisa realizada no 3º Congresso da CUT, o autor, depois de analisar as 17 teses apresentadas²⁰, conclui que a motivação que orienta a maioria dos dirigentes é mais

20. CUT, os militantes e a ideologia, pag. 83 a 87.

política que sindical, e que, pregando a mudança do sistema capitalista para o sistema socialista, defendem um projeto de transformação total "incompatível com a democracia representativa e pluralista". Segundo adverte o autor "o ethos socialista é funcional nas fases iniciais da consolidação dos sindicatos, mas passa a ser disfuncional, quando se trata de ampliar o poder sindical no interior de sociedades desenvolvidas e democráticas"²¹.

Tomando em consideração uma pressuposta inflexibilidade da CUT, Leôncio M. Rodrigues chega a outra conclusão, ao sugerir que a CUT em seus objetivos e modalidades de atuação busque um comportamento de "menos dogmatismo e mais pragmatismo"²². "Dogmatismo", na visão do Autor, parece incluir o esforço investido na reafirmação dos princípios de referência, o que, a nosso ver, peca por simplismo, gera confusão, retarda os avanços²³.

A declaração de Leôncio M. Rodrigues sobre o "ethos" socialista, dá margem, no mínimo, à algumas dúvidas: o que foi colocado, vale para qualquer visão que se tenha de socialismo? Será que o sindicato não poderia ter objetivos estratégicos na perspectiva de uma mudança mais profunda, estrutural da sociedade? Socialismo equivaleria, necessariamente, a dogmatismo?

21. Idem pag. 89.

22. Idem pag. 97.

23. Se o objetivo do autor era "provocar" a CUT, pode até tê-lo atingido, mas creio que a CUT hoje não precisa tanto de provocação, e sim de ajuda para sair de posições e discussões polarizadas e contraditórias que se negam reciprocamente e inviabilizam a procura das mediações necessárias para estudar novas possibilidades e abrir novos caminhos a serem tentados.

Concluindo, sem desconhecer o mérito do Autor e a importância de suas análises, não encontramos, nesta obra, contribuições que pudessem clarear os questionamentos da CUT. A contribuição maior que hoje poderia ser dada à CUT diz respeito à novas sugestões referenciais, teóricas, que permitam novas perspectivas de encarar a realidade e que sirvam de suporte para novas sínteses e visões mais amplas. Olhando por este prisma, a solução não é menos teoria ou menos política, não se trata de quantidade: mais, ou menos teoria ou mais, ou menos política, trata-se de mudar a qualidade, seja da teoria como da política.

4.1.3 A Dimensão Cultural

A categoria "cultura" pode ter muitos sentidos e já recebeu inúmeras definições²⁴.

Faremos aqui, uso deste conceito como - "ethos, - quando pretende descrever aspectos morais (e estéticos) e valorativos de uma cultura determinada e - visão do mundo - quando quer se referir aos aspectos cognitivos existenciais"²⁵.

Sob este aspecto a "cultura" se torna uma categoria mais próxima aos problemas e temas da realidade, assumindo uma dimensão fundamental à compreensão dos processos sociais.

24. De acordo com o dicionário de Ciências Sociais (FGV-MEC, 2ª Edição, Rio 1987), A.L. Kroeber e Ckluckhohn, em 1952, analisaram 160 definições de "cultura", em língua inglesa.

25. Esta é a definição dada por Geertz, citado por Gilberto Velho em "Individualismo e cultura - notas para uma antropologia da sociedade contemporânea - Jorge Zahar editor, 2ª edição, 1987, pag. 105.

Neste sentido, vale a pena questionar qual é, e de onde vem o "ethos" e a "visão de mundo" que marca o novo sindicalismo e, se o "novo" do sindicalismo atinge estes aspectos.

Nas análises sobre o movimento, que tivemos oportunidade de consultar, a cultura não parece apenas subsumida ao sociológico, como diz Duarte, comentando um certo tipo de literatura²⁶, mas, simplesmente, esquecida.

Nos discursos dos dirigentes sindicais, nas palavras de ordem ou em documentos e estudos sobre a CUT, pouca vezes se percebe uma atenção que recupere e trabalhe os símbolos, os valores que fazem parte do imaginário dos trabalhadores, seja da cidade, seja do campo.

Quando se analisam fatos, como por exemplo, a contradição entre o discurso e a prática dos militantes, os votos dos "descamisados" nas eleições de 89, ou a corrupção que se manifesta sob inúmeras formas, inclusive entre os trabalhadores, buscam-se explicações fundamentadas na alienação provocada pelas relações capitalistas de trabalho, nas relações de força ou no "massacre" ideológico, realizado pelos meios de comunicação de massa.

Nesta perspectiva é possível justificar estes e outros fatos sem abrir espaço, em nossas análises, aos aspectos da realidade que a dimensão cultural pode oferecer.

26. Duarte, Luis Fernando - "Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas", Jorge Zahar editor/CMPQ, 1986.

A formação social do Brasil, por exemplo, pode e precisa ser vista sob a ótica das lutas de classe, mas é importante não esquecer que estas lutas, entre nós, têm marcas deixadas pela história, pela mistura das raças, pelos séculos de escravidão, pelas relações de padrinhagem, pela mentalidade "de colonizador e de colono" que se mistura em cada brasileiro, seja qual for a sua história ou a sua posição social"²⁷.

As "marcas" desta história nos ajudam a entender a linguagem, os valores e os símbolos presentes no imaginário do povo e podem explicar, em muitos aspectos, suas reações e comportamentos.

A Igreja também tem uma participação considerável na formação de nossa cultura; e, particularmente, em relação ao despontar do novo sindicalismo, sua contribuição foi muito grande. Ficam empobrecidas as análises que não consideram esta influência na formação de nossa visão de mundo, assim como, os estudos da CUT que relegam ou minimizam o peso da formação cristã na cultura sindical, sobretudo das correntes que, no interior da central se destacam por seu basismo, por comportamentos sectários, que tendem mais ao confronto ideológico do que ao diálogo, que atribuem um valor maior a boa vontade e aos ideais do que à prática e aos possíveis resultados.

Uma análise atenta, capaz de articular os aspectos políticos e econômicos aos aspectos culturais que compõem a realidade, poderia enriquecer o debate sobre o movimento, fundamentar uma am-

27. Contardo Calligaris, "Hello Brasil", notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil - S.Paulo - ed. Escuta, 1991 - pag. 16.

pliação dos campos de atuação dos sindicatos e modificar as pautas de seus programas de formação.

Infelizmente, nos estudos sobre sindicalismo, ou nos cursos de formação realizados na CUT, se aplica, muitas vezes, aquilo que Leandro Konder diz a respeito da pouca atenção de Marx aos movimentos culturais:

"Sua concepção da ideologia, em princípio, poderia lhe permitir realizar incursões fecundas nesse terreno vastíssimo e tão significativo, já que ela lhe possibilitava pensar simultaneamente o uso social das representações e da idéias, a distorção do conhecimento nas sociedades dilaceradas pelo antagonismo das classes e a autonomia relativa da construção cultural, a vitalidade histórica das criações dos sujeitos concretos, ativamente inseridos no fluxo da vida. Contudo, o aproveitamento dessas possibilidades ficou prejudicado pela tendência a entender os fenômenos culturais como "acréscimos" à estrutura do movimento geral da sociedade. Vistos como produtos "supra-estruturais", os elementos criados pelo imaginário coletivo tendiam a ser avaliados utilitariamente, reduzidos a uma certa funcionalidade: controlados muito de perto pelos movimentos da economia e pelas urgências pragmáticas da luta política, tais elementos não eram enxergados em toda a importância que tinham na configuração da história"²⁸.

A dimensão cultural poderia, parece-nos, oferecer contribuições significativas na definição do novo paradigma que viesse preencher o vazio deixado pela crise dos referenciais teóricos e práticos, que nortearam a visão social de mundo e a luta de sindicalistas e de setores da esquerda. Não se trata da crença no fim das ideologias, mas do reconhecimento que estão dadas as condições para repensá-las.

28. Konder, op. cit., pag. 50.

Repensar as ideologias e buscar um novo paradigma pressupõem posturas teóricas-culturais que forcem a quebra de tabus, a superação de sectarismos, criando um clima capaz de eliminar a autocensura, favorecendo, abertamente, o debate entre diferentes idéias e projetos políticos. Este projeto ideológico pressupõe, além disso, condições materiais, culturais, psíquicas e históricas para que se recoloque, no centro de nossa atenção, o encontro do homem com os outros homens e destes, com a natureza. Enfim para que estas reflexões aconteçam, se faz necessário reavivar o espírito criativo das pessoas e sua capacidade crítica em relação às suas próprias matrizes ideológicas-culturais.

A partir destes pressupostos será possível chegar a novos critérios e valores, dentro de "um novo modo de pensar"²⁹.

Em que bases alicerçar este "novo modo de pensar"? Qual o ponto de partida à consolidação das mudanças?

O questionamento sobre nossa postura frente ao mundo que nos cerca, poderia, indubitavelmente, nortear estes propósitos. A herança cultural racionalista conduziu o homem à idealização do mundo como algo determinado por uma racionalidade intrínseca, com começo, meio e fim previsíveis.

Se as coisas não acontecem como "deveriam", pressume-se que alguma "disfunção" interferiu no processo. Este foi o "dogma" de-

29. "Novo modo de pensar" é a expressão usada por algumas correntes de intelectuais da URSS, para as quais isso não significa mudar de uma posição para outra, mas reconhecer "a contribuição de correntes filosóficas e culturais diferentes, que se desenvolveram em várias partes do mundo" - Vacca, Giuseppe (diretor do Instituto Gramsci) em "Pensare il Mondo Nuovo", série documentos - editora L'unitá.

fendido pelas ciências físicas que passou a orientar o modo de pensar as ciências sociais. O próprio Marx conduziu assim sua filosofia, quando previu que, superada a "disfunção" da alienação produzida nas relações de produção capitalistas, a classe operária chegaria a expressar e produzir seu projeto de sociedade.

O que hoje, precisa ser questionado é este paradigma mecanicista e determinista que marcou e continua influenciando a cultura ocidental.

No campo das ciências físicas e biológicas, as novas pesquisas e experiências científicas colocam, constantemente, em discussão este paradigma. Sem negar os méritos da razão, constata-se que esta, nem tudo explica.

O mesmo acontece com respeito às ciências sociais. A própria análise marxista da realidade que vem, se libertando da racionalidade positivista no estudo da história³⁰. Se analisarmos a experiência histórica, tanto da América Latina como de outros países do mundo, poderemos constatar os limites da leitura teórica, fundada no caráter determinante das relações econômicas e, a partir destas, na constituição necessária do sujeito protagonista da transformação social.

As previsões pelas quais a estrutura econômica levaria "necessariamente" à criação das condições subjetivas para a "inevitável"

30. Bellone, Enrico em "API o ARCHITETTI", editora L'Unità, pag. 64.

transformação revolucionária, não se confirma-ram na prática³¹.

Com isso, perderam força, também, as análises fundamentadas na visão piramidal da sociedade - base/super-estrutura - onde a super-estrutura (Estado - direito - ideologia) constitui um reflexo da base econômica da sociedade.

O "novo modo de pensar" substituiria esta racionalidade cartesiana/newtiana, através de um paradigma que contemplasse a complexidade, valorizasse a complementariedade e o diálogo e conferisse uma compreensão "pluralista" à lógica dialética.

Esta mudança paradigmática permitiria repensar o processo histórico de constituição e composição das classes sociais, e o papel dos diferentes sujeitos coletivos, na transformação social.

Não se trata, simplesmente, de abandonar conceitos marxistas, nem de considerá-los como únicos, mas de procurar reconhecê-los sob outro enfoque, adequando-os às novas condições. Em outras palavras, temos que ter a disposição, a dignidade de pensar, refletir, dialogar com aqueles que pensam diferentemente e, se for preciso, a coragem de transformar nossos valores, mudar nossos conceitos. Não existem teorias acabadas e globais, todas as teorias são construções históricas, limitadas, sujeitas à modificações.

As transformações, aliás, se tornam necessárias para que as teorias encontrem novos paradigmas que lhes garantam legitimidade.

31. Plastino, Carlos A. - Democracia e transformação, um debate necessário, Rev. Comissão Internacional, ano 2, nº 4 e 5, PUC-RJ.

Leandro Konder nos lembra que:

"a sociedade está sempre mudando. Isso não significa que aqueles que lutaram para transformá-la saibam mudar adequadamente, acompanhando as modificações do campo de batalha. Estamos todos, por mais resolutamente revolucionários que sejam nossas disposições subjetivas, vulneráveis a impregnações conservadoras sutis. Temos medo de assumir os riscos inerentes à auto-transformação ... se queremos crescer, precisamos evitar a tentação de nos aferrar a modos de sentir e de pensar que estão funcionando mal, precisamos fazer um esforço cansativo, difícil, incômodo, no sentido de abrir nossas cabeças para a aventura de pensar o novo"³².

Uma outra vertente da realidade, que nos parece abrir amplos horizontes à valorização da dimensão cultural como "ethos" - aspectos morais e valorativos -, é a prática de avaliação da CUT. Nos congressos da central, assim como, em muitos estudos que têm o sindicalismo cutista como objeto, os termos, mais frequentes, de referência para sua avaliação são: o tamanho (número de categorias atingidas, sua importância econômica e/ou numérica, etc), o maior ou menor sucesso das lutas (maiores índices salariais, greves, etc), a repercussão pública (impacto político de sua ação e das posições tomadas)³³.

Sem menosprezar a importância destas referências, queremos insistir no fato de que não são as únicas e que não podem substituir a dimensão ético-valorativa, na avaliação da ação desenvolvida.

Colocada em forma de pergunta, a questão, assim se apresentaria: "de quais valores os sindicatos se fazem portadores? Como estes

32. Leandro Konder, op. cit. pag. 13-14.

33. A CUT, na publicação do "Planejamento 92", fornece um quadro amplo de suas referências na avaliação e replanejamento de sua ação.

valores se expressam na estrutura e em suas relações internas? No discurso e nas realizações concretas?" Este discurso e estas práticas levam à mudanças qualitativas nos comportamentos individuais ou dos grupos?. Destacamos o aspecto axiológico - normativo, que constitui parte da questão mais geral do paradigma, porque o consideramos determinante na qualificação não só dos movimentos e das instituições, mas da própria civilização, na medida em que se constata que a evolução de uma sociedade está intimamente relacionada às mudanças no sistema de valores que ^{dão} base. Como Fritjaf Capra, consideramos que:

"os valores que governam a vida de uma sociedade determinarão sua visão do mundo, suas instituições religiosas, a atividade científica e a tecnologia, as estruturas políticas e econômicas ... Evitando o problema dos valores, portanto, não é que os cientistas sociais sejam mais científicos, mas, ao contrário, são menos científicos por deixar de explicitar os temas que estão na base de suas teorias³⁴.

Considerar os valores, como referência para uma análise da CUT, não significa despolitizar a luta sindical e a natureza de sua organização; trata-se, ao contrário, de avançar nos conteúdos da política, ampliando-lhes os conceitos para além do confronto entre pessoas ou grupos sociais, na conquista do poder. Não é qualquer poder, ganho a qualquer custo, que vai levar às verdadeiras mudanças. Trata-se portanto, não de uma despolitização, mas de uma maior atenção aos conteúdos que qualificam e caracterizam uma organização, uma luta e um projeto político.

34. "Il punto di svolta" Scienza, società e cultura emergente, Fritjof Capra, Ed. Universale Economia fegninelli, pag. 158.

Neste sentido, não cabe falar em valores, sem a perspectiva de envolvimento em experiências e processos concretos que incorporam e acumulem forças na construção de uma nova sociedade

As palavras dos autores do "Novo dicionário político", confirmam nossas observações:

"a realização de um projeto ético que vise a emancipação desta sociedade exige, para se estabelecer, movimentos capazes de transformar realmente as condições concretas de existência ... Somente a praxis em direção à libertação geral, portanto de conteúdo universalizador, pode estabelecer referências para uma avaliação precisa do sentido emancipatório das práticas adotadas pelas forças e movimentos dos trabalhadores"³⁵.

Concluimos nosso estudo, com a convicção de que a CUT é, hoje, uma das instituições mais importantes da sociedade brasileira, instrumento indispensável na condução e participação de amplas massas de trabalhadores no processo de fortalecimento democrático, e na construção de uma sociedade, onde a solidariedade e a justiça prevaleçam.

A contribuição da CUT assumirá uma dimensão muito maior, na medida em que suas lutas confirmarem os anseios e propostas da classe trabalhadora, de toda a sociedade civil, e o seu poder de pressão crescer junto ao Estado e ao patronato. E, cumprindo seu papel educativo, a CUT se tornar portadora de novos valores e projetos, capazes de levar à mudanças culturais mais profundas.

A consciência de seus limites, a vontade política de eliminar injustiças e a constante procura de novos caminhos, que fortale-

35. Bocaiuva - Veiga, op. cit. pag. 259.

çam os direitos humanos e sociais, são condições essenciais à afirmação de sua responsabilidade.

No cumprimento e legitimação destes princípios, a reflexão sobre a prática sindical cutista precisa manter a continuidade, ampliando e redimensionando os espaços de expressão da classe trabalhadora brasileira.

Contribuir com esta reflexão é o propósito que norteia este trabalho.

ANEXO 1

O documento é uma sistematização das primeiras greves de 78 (maio - junho).

Trata-se de um documento, da oposição metalúrgica de São Paulo; por motivos de segurança, foram omitidas a origem e autoria deste trabalho, divulgado em 1978.

A S

G R E V E S

D E M A I O - 1 9 7 8

PEQUENA EXPLICAÇÃO

Neste caderno vocês vão encontrar
uma pequena sistematização das -

GREVES DE MAIO DE 78.

A sistematização vai só até 17/6/78.

Foram feitos 10 QUADROS tratando das
seguintes questões: ns gerais das
greves, as regiões em greve, uma gre
das grandes fábricas, uma greve dos
metalúrgicos, as seções que lideraram
as greves, as reivindicações comuns
e específicas, as justificativas dos
operários para as greves, as formas
organizativas dos operários, as for-
mas de negociação e acordos e resulta-
dos.

É importante que esta sistematização se
ja completada através de discussões.

QUADRO Nº 1

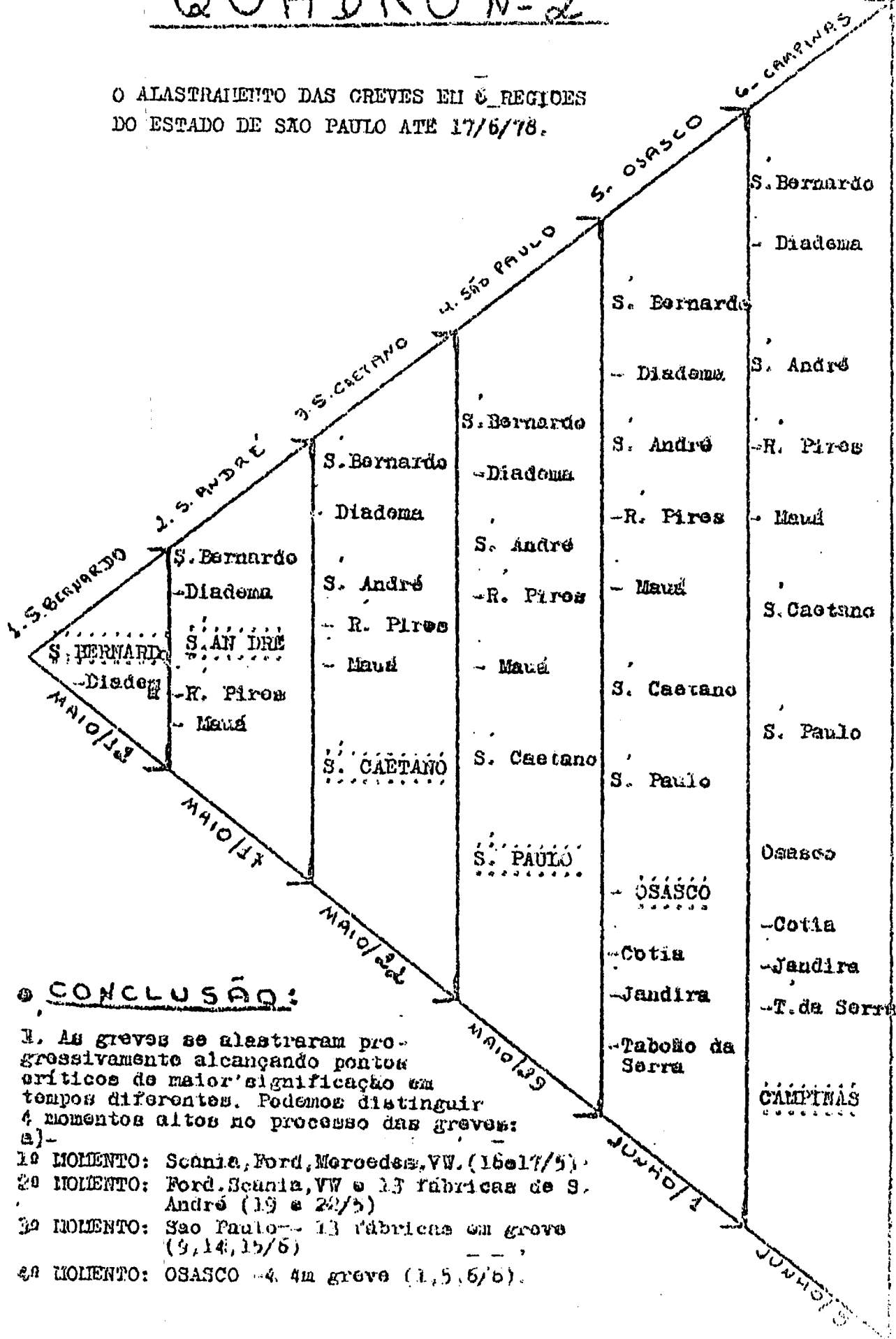
REGIÕES, DATA DE ENTRADA NA GREVE, Nº DE FÁBRICAS EM GREVE, Nº DE OPERÁRIOS EM GREVE, % POR REGIÃO ATÉ 11/6/78.

Região	Data (entrada)	Nº de Fábricas em greve	Nº de Operários em greve	% por Região
1. S. BERNARDO	Março/abr. (antecedent.) Maio/12	32	53.200	41,4 %
2. S. ANDRÉ	Maio/17	34	36.960	28,0 %
3. S. CAETANO	MAIO/22	4	1.890	1,7 %
4. S. PAULO	MAIO/29	27	24.980	19,3 %
5. OSASCO	JUNHO/1	9	11.700	9,1 %
6. CALPINAS	JUNHO/9	1	600	0,5 %
TOTAL	----- -----	107	128.750	100 %

- CONCLUSÃO : As greves ocorreram em:
1. Regiões de muita concentração operária.
 2. Regiões com indústrias de grande importância atingindo as maiores empresas das 4.000 que controlam 60% dos produtos industriais brasileiros.
 3. Regiões com tradição de luta.

QUADRO Nº 2

O ALASTRAIMENTO DAS GREVES EM 6 REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO ATÉ 17/6/78.



CONCLUSÃO:

1. As greves se alastaram progressivamente alcançando pontos críticos de maior significação em tempos diferentes. Podemos distinguir 4 momentos altos no processo das greves:

a) -

1º MOMENTO: Scania, Ford, Mercedes, VW. (16 e 17/5)

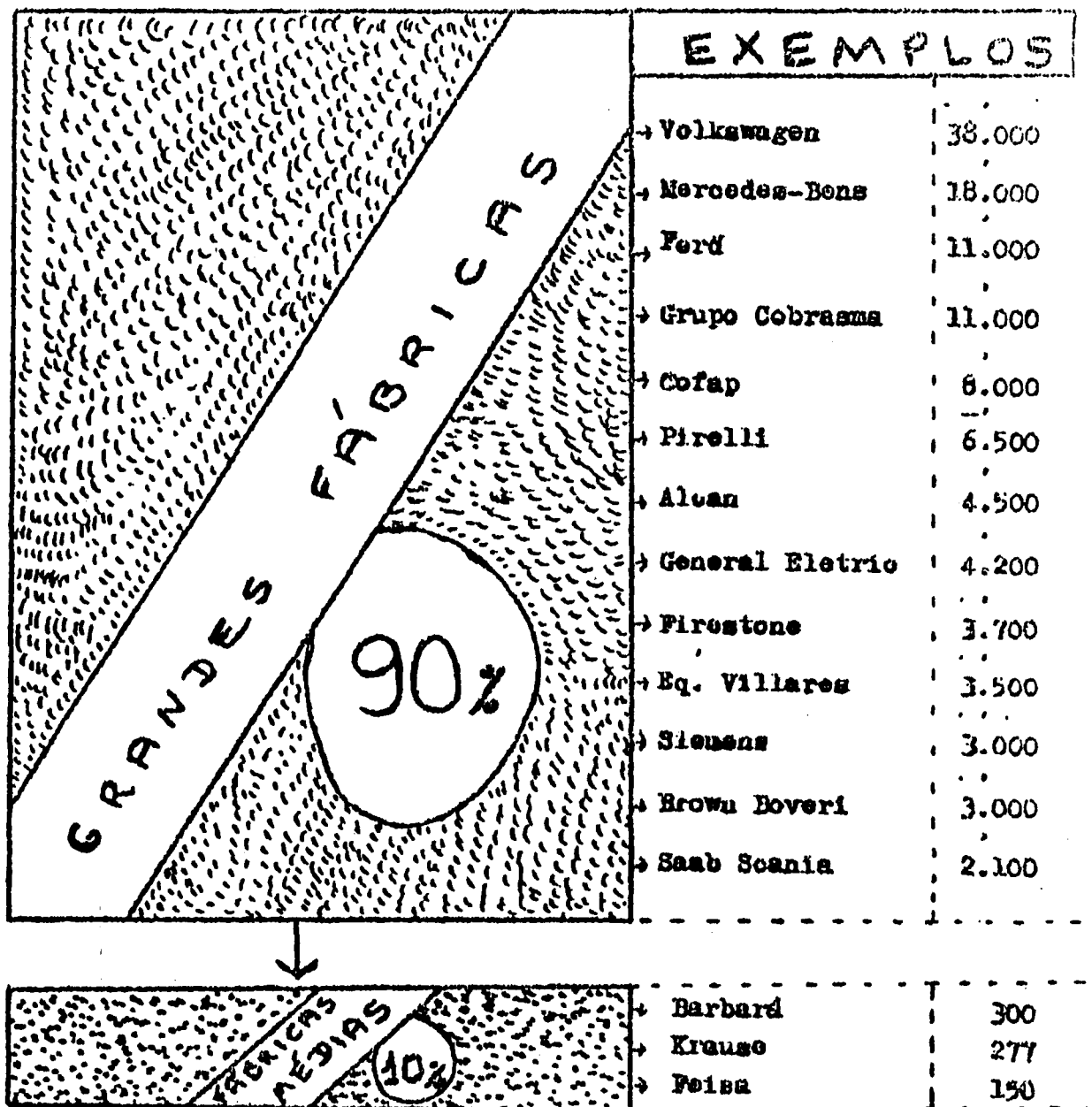
2º MOMENTO: Ford, Scania, VW e 13 fábricas de S. André (19 e 22/5)

3º MOMENTO: São Paulo - 13 fábricas em greve (9, 14, 15/6)

4º MOMENTO: OSASCO - 4.ª greve (1, 5, 6/6)

QUADRO Nº 3

TAMANHO DAS FÁBRICAS QUE ENTRARÃO EM GREVE



- CONCLUSÃO :
1. Este quadro tenta demonstrar que as greves atingiram as grandes fábricas, principalmente, e, em menor proporção as fábricas médias.
 2. O que foi muito importante é que as GREVES mexeram com fábricas que têm um grande peso econômico e político (pr. um bom número das fábricas atingidas está na lista das 200 maiores empresas. Sem falar que um grande número delas pertence à lista que é responsável por 60% dos produtos industriais brasileiros. (4.000 controlam 60% da produção industrial e 200.000 empresas controlam os restantes 40%).

QUADRO Nº 4

SETORES INDUSTRIAIS QUE PARTICIPARAM ^{DAS} DAS GREVES

SETOR METALÚRGICO:

122.360 operários

(95%)

SETOR QUÍMICO E
PLÁSTICO: 3.800
operários (3%)

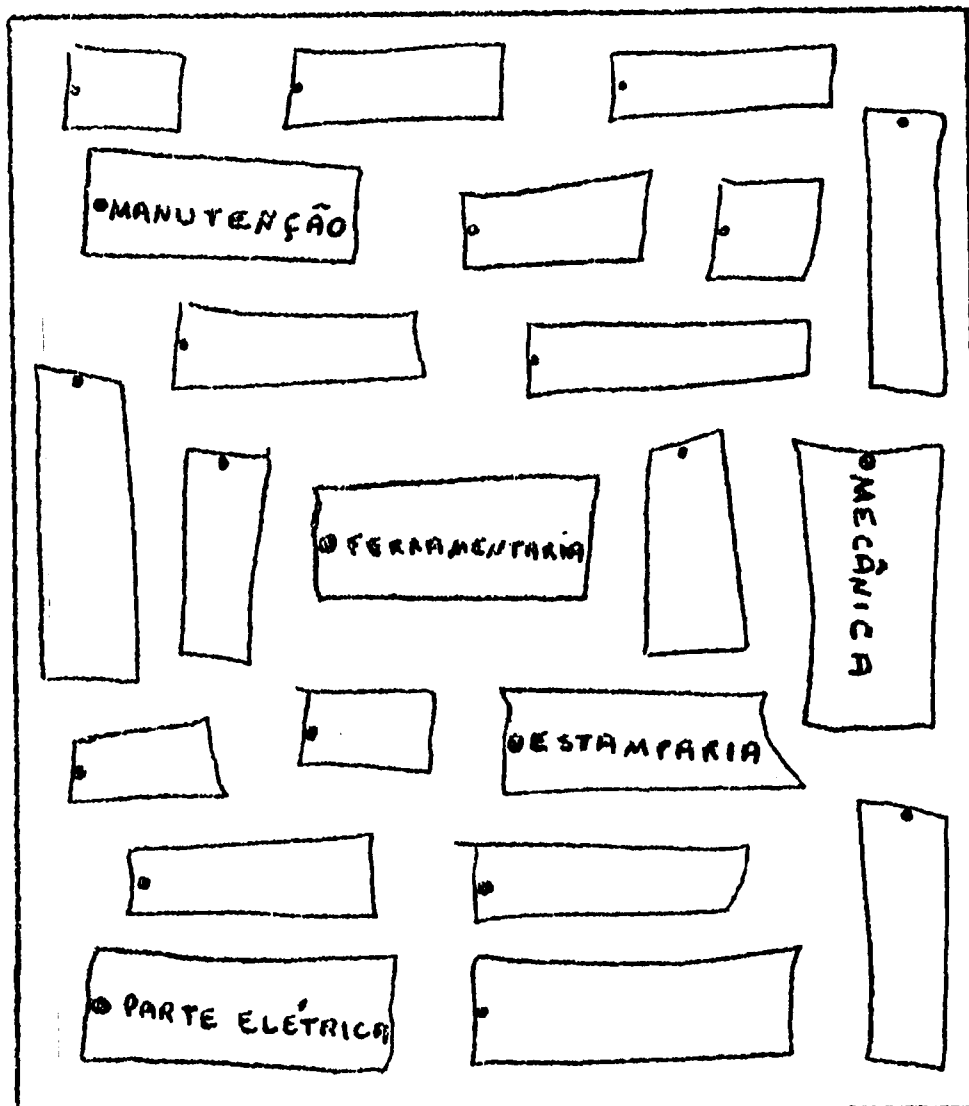
OUTROS:
2.580
(2%)

③ CONCLUSÃO: 1. Esta foi uma GREVE, principalmente, dos METALÚRGICOS. A greve se estendeu rapidamente pelo setor metalúrgico em toda a Grande São Paulo. Pode-se dizer que os outros setores foram atingidos muito de leve e vários nem foram atingidos. POR QUE, AFINAL, A GREVE FICOU SENDO QUASE SÓ DOS METALÚRGICOS?

2. Os ramos metalúrgicos que mais se destacaram nas greves foram os seguintes:
- montadoras (11)
 - metalurgia (10)
 - auto-peças (9)
 - eletrodomésticos (6)
 - bens de capital (5)
 - os demais ramos (20)

QUADRO Nº 5

LIDERANÇA E RESISTÊNCIA DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS
N AS GRÉVES DE MAIO/78.



- CONCLUSÃO : 1. Houve uma clara liderança e resistência maior por parte das seções mais especializadas. As outras seções foram aderindo ao movimento. Isto vem colocar por terra as teorias do "aburguesamento" dos operários qualificados e do "quanto pior melhor".
2. Contudo, apesar dessa liderança e resistência, por parte dos mais especializados, parece que houve pouca ligação entre essas lideranças e a grande massa das demais seções (ainda foram poucas as fábricas que conseguiram parar totalmente: Scania, Ford, Brown Boveri e mais algumas). POR QUE, por exemplo, na VW só a ferramentaria parou? É importante analisar melhor quais os fatores que determinaram esse fenômeno...

QUADRO Nº 6

REIVINDICAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICAS DAS GREVES

A - REIVINDICAÇÕES COMUNS

1. AUMENTO SALARIAL: 15% - 20% - 25%
2. PAGAMENTO DAS HORAS PARADAS
3. NÃO DEMISSÃO DOS GREVISTAS



B - REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS

1. SALÁRIO: equiparação salarial, igual salário para mulher, pagamento de salário atrasado, pagamento de horas extras, pagamento de 240 hrs. mensais e 220, adicional de insalubridade, volta do sistema de valetas, extrato do FGTS até d/10.
2. JORNADA DE TRABALHO: redução do horário noturno.
3. SEGURANÇA DO TRABALHO: equipamento de segur. gratuito
4. ALIMENTAÇÃO: contra aumento das refeições, redução de 50% nas refeições, melhoria na alimentação.
5. CONDUÇÃO: contra aumento da condução, atualização da ajuda de condução, melhoria no transporte, ônibus para horistas, não desconto do transporte nas férias.
6. ASSISTÊNCIA MÉDICA: melhoria na assistência médica, enfermeiro à noite, médico na fábrica.
7. BANHEIROS: melhoria dos banheiros, eliminação da autorização para ir ao banheiro.
8. CONTRA PRESSÕES: contra a prisão de 3 operários, pela readmissão de 5 operários da oposição.

- © CONCLUSÃO: 1. A GREVE teve uma palavra de ordem comum: "aumento salarial acima do índice oficial". O que variou foi a % de aumento de fábrica para fábrica (15% - 20% e 25% foram os pedidos mais comuns). Este ponto comum foi o que deu maior força e unidade ao movimento.
2. A greve ultrapassou a questão do "aumento salarial" à medida em que reivindicou "melhores condições de trabalho".
3. Alguns poderão dizer: mas nesta lista de reivindicações não aparecem "reivindicações políticas"! Sim, mas na verdade o que houve foi muito mais que uma reivindicação: foi uma ação política: A GREVE. Desta vez os operários não colocaram na lista "direito de greve", eles colocaram a greve na prática.

QUADRO Nº 7

AS JUSTIFICATIVAS DOS OPERÁRIOS PARA AS GREVES (por que fizemos as greves)

1. "O índice de reajuste do governo não dá para o operário".
2. "insatisfação com o reajuste".
3. "queremos melhores salários".
4. "descontaram os 15% da antecipação e só ficou 24%".
5. "o salário está baixo demais".
6. "o salário é insuficiente".
7. "Os salários não correspondem às nossas necessidades".
8. "o salário não é suficiente para a sobrevivência de nossas famílias".
9. "os preços da condução e refeição subiram".
10. "alta do custo de vida".
11. "descontentamento geral".
12. "teimosia dos patrões em não ouvir os trabalhadores".
13. "única forma de conseguir aumento: parar".
14. "a greve como meio de conseguir aumento".

● CONCLUSÃO:

1. As justificativas de 1 a 5 revelam como a questão do salário se agravou para os operários. Revela ainda uma clara insatisfação com a atual política salarial.
2. As justificativas de 6 a 10 confirmam, mais uma vez, que existe uma distância entre o salário e as necessidades básicas do operário e sua família.
3. Como consequência disso tudo fica explicado o "descontentamento geral" (item 11) entre os operários.
4. As justificativas 12, 13 e 14 demonstram, finalmente, que os operários lançaram mão da greve como única forma para conseguir aumento, como único meio de ir contra a política salarial do governo e como única arma para quebrar com a teimosia dos patrões.

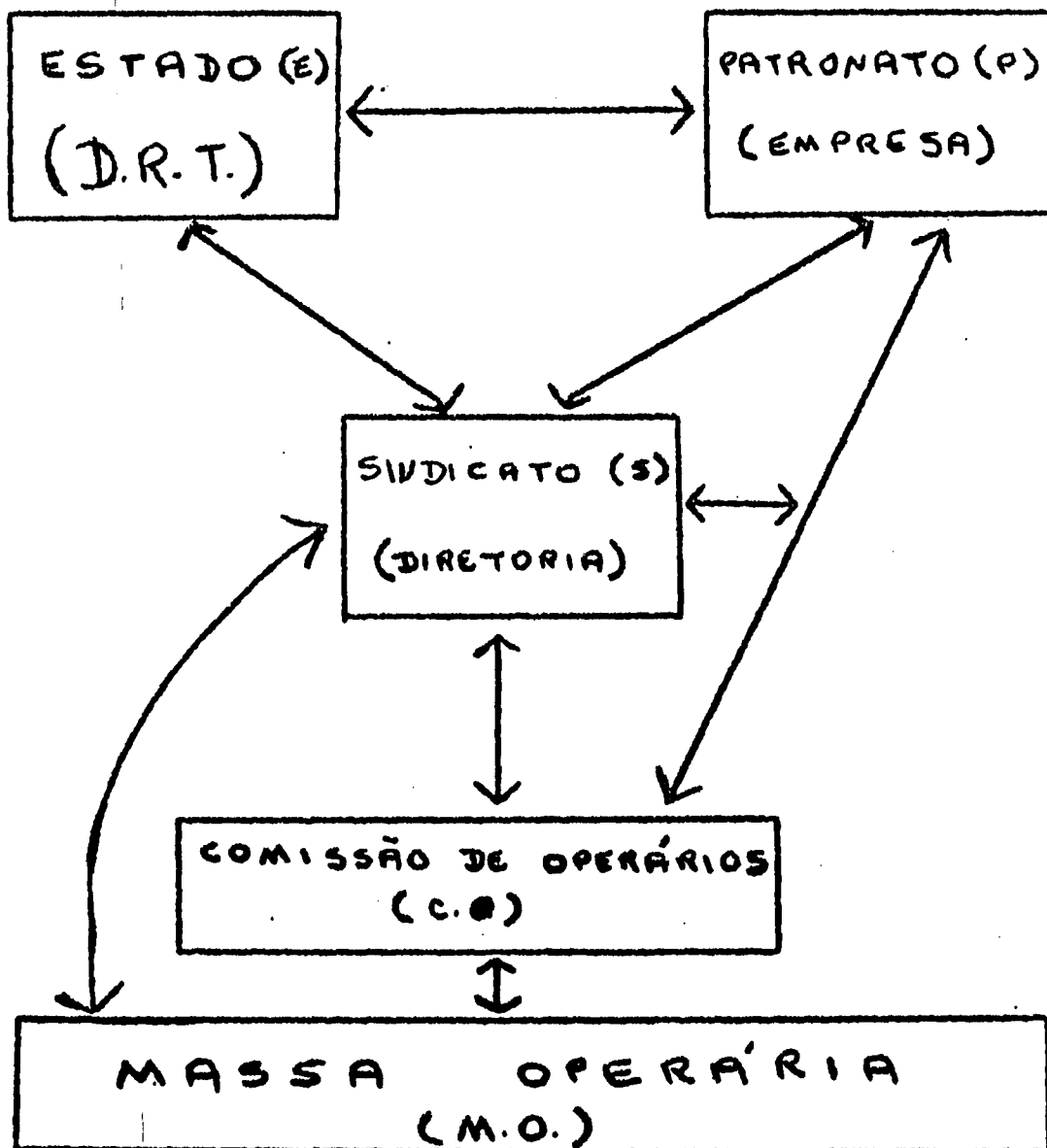
QUADRO Nº 8

AS FORMAS ORGANIZATIVAS DOS OPERÁRIOS NAS GREVES

1. COMUNICAÇÃO:
 - "alerta geral"
 - "cochichos"
 - "conversas entre as seções"
 - "foi de boca em boca"
 - "bilhetinhos nas máquinas, armários etc."
2. COMO PARAR:
 - "parar todas de vez ou em dias seguidos?"
 - "entrar, marcar o cartão e não trabalhar".
 - "depois do cafezinho, vamos parar".
 - "ficar perto da máquina".
 - "conversar em grupinhos".
 - "não criar tumulto".
3. POSICÃO DOS OPERÁRIOS NAS GREVES:
 - "manter greve até ser atendidos".
 - "a maioria, tranquilos e seguros".
 - "alguns: não se sabe o que vai acontecer".
 - "não tem líderes - conversar com todos".
4. FORMAS DE NEGOCIAR:
 - "assembléias dentro da fábrica".
 - "chamar o sindicato".
 - "escolher representantes".
 - "a comissão vai para ouvir as negociações".

- CONCLUSÃO: 1. Parece ficar claro que os operários, souberam encontrar formas de se organizar, de acordo com a situação em que se encontravam e de acordo com o avanço das greves. Isto parece questionar afirmações do tipo: "foram greves espontâneas", "os operários não conseguem se organizar nas fábricas" etc.

QUADRO Nº 9
FORMAS DE NEGOCIAÇÃO



● CONCLUSÃO: Podemos destacar 5 formas principais de negociação usadas durante o processo das greves:

1. Reuniões **TRILATERAIS**:.....



2. Reuniões **BILATERAIS**:.....



3. Reuniões **BILATERAIS**:.....



4. Reuniões **TRIÂNGULARES**:.....



5. Reuniões **TRILATERAIS**:.....



QUADRO Nº 10

ACORDOS E RESULTADOS

ADUMENTO %	Nº FÁBRICAS	RAMOS DE ATIVIDADES	Nº DE OPERÁRIOS BENEFICIÁRIOS
16,5 %	1	- art. alumínio	1.000
15,7	2	- química-textil	5.000
15,0 %	13	- metalurgia (4)	29.000
15,0 %	13	- bens de capital (2)	
		- equipamentos industriais, equip. elétricos, est. metálicas, autopeças, tornos, alimentação	
13,0 %	4	- Elev. e ac. Rolantes (1)	5.000
		- eletrodomésticos (3)	
12,5 %	1	- prod. limpaa	1.600
11,0 %	20	- montadoras (12)	205.000
		- metalurgia (3)	
		- Ferramentaria, tratores, autopeças, art. borracha, estamperia	
10,8 %	3	- pneus e cab. elétricos	11.000
		- pneus (2)	
10,0 %	16	- autopeças (5)	27.000
		- metalurgia (2)	
		- montadoras (2) - máquinas	
		- eletrodomésticos (2)	
		- ferramentaria, lam. cobre, química, textil, estr. industriais	
8,0 %	1	- válvulas	300
7,5 %	1	- abrasivos	1.800
7,0 %	1	- auto-peças	250
5,5 %	1	- siderurgia	700
5,0 %	3	- auto-peças	5.000
		- bens de capital (2)	

- CONCLUSÃO :**
1. O quadro (nos mostra) ^{medida} que a grande maioria de fábricas conseguiu um aumento de 15 %, 11 %, e 10 % (49 fábricas).
 2. Se considerarmos que os aumentos pedidos pelos operários giraram em torno de 15%, 20% e 25%, isto quer dizer que as greves conseguiram, aproximadamente, 5)% do que foi pedido. É bom lembrar que esses aumentos foram parcelados, quase sempre, em 3 vezes (os operários queriam tudo já)
 3. Não resta dúvida nenhuma que foi uma vitória econômica e política sobre a política salarial, e, um passo significativo para o avanço da classe operária

ANEXO 2

Organização de Estruturas e Articulações Intersindicaís¹ antes de 1964.

Lorenzo Zanetti, 1992

As primeiras manifestações do Movimento Operário Brasileiro têm início no começo deste século². No século passado e nas primeiras décadas deste século, as atividades agrícolas constituíam a base da economia brasileira; o número de trabalhadores agrícolas atinge a casa dos milhões, enquanto a classe operária re presentava, por volta de 1920, apenas 1% da população. Em 1950, no entanto, o valor da produção industrial superou, pela primeira vez, o valor global da produção agrícola.

A primeira greve geral aconteceu em 1903, após a instalação das primeiras indústrias, recebendo forte influência dos imigrantes anarquistas, reponsáveis pelo grande impulso ao sindicato brasileiro.

Apesar das dificuldades na formação de um movimento organizado nacionalmente, devido a extensão territorial, à falta de vias de comunicação internas, à concentração do desenvolvimento industrial em poucas e distanciadas regiões do País e, à dispersão da maioria dos trabalhadores no campo, houve, em vários momentos, sérias tentativas de unificação dos trabalhadores brasileiros.

1. O texto referência desta etapa de nosso trabalho foi "Centrais Sindicais no Brasil", Caderno de Formação nº 2 - 1987, Secretaria de Formação da CUT Estadual de São Paulo.

2. Na realidade, já na 2ª metade do século XIX, nascem as primeiras indústrias e é neste período que se situam as raízes da classe operária. Vários autores estudaram esta questão: Edgard Carone, Heitor Ferreira Lima, Everardo Diogo.

Estas tentativas, embora portadoras de inspirações ideológicas, nasceram de um modo geral, como exigências da luta.

Neste período da Velha República tem origem a organização da COB, (Confederação Operária Brasileira), criada no 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906.

A primeira luta da COB, dizia respeito à regulamentação do trabalho: reivindicava a jornada de 8 horas diárias de trabalho.

Em 1929 foi criada a CGTB, Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros, uma tentativa do PCB que durou poucos meses, e cujo objetivo era a unificação dos trabalhadores e o fortalecimento das organizações sindicais, que em algumas regiões, já estavam organizadas em Federações.

Neste período, as diferentes lutas e a própria criação destas organizações intersindicais, ocorre em redor de dois eixos centrais: - a regulamentação do trabalho, pressionando, direta ou indiretamente o Estado a intervir nas relações de trabalho, rompendo com os postulados da ortodoxia liberal³; - o reconhecimento do direito à organização dos trabalhadores e à criação de sindicatos⁴.

Estes eixos, são expressões da resistência ao tratamento que na Velha República, se deu à questão trabalhista e caracterizam esta etapa do movimento de formação da classe operária brasileira.

3. Luis Werneck Vianna - Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

4. Ligia Osório Silva - "A luta pela regulamentação do trabalho na 1ª república", Cara a Cara, ano 1 nº 2, julho/dezembro 78.

Período do Governo Vargas

Neste período, toma impulso a industrialização do país. Desde o primeiro ano do governo são elaborados os anteprojetos das principais leis sociais protetoras do trabalho cuja concretização se dá através de canais controlados pelo Estado, definidos na legislação sindical corporativista. Por outro lado instaura-se uma política de repressão ao movimento operário que pretendia se organizar autonomamente frente ao Estado.

"No contexto da política de Estado, não se pode separar legislação trabalhista da política de controle do governo. Reconhecendo a imobilidade de uma atitude exclusivamente repressiva ... o governo trata de integrar os interesses (dos setores não organizados do operariado) ao novo Estado, acrescentando à repressão a possibilidade de um atendimento mínimo das reivindicações. Desta forma, a repressão, a legislação trabalhista e a legislação sindical compõem uma mesma política de controle, pelo Estado, da movimentação da classe operária"⁵

Estes rápidos destaques sobre o período getulista ajudam a entender os bastidores das diferentes lutas que se caracterizaram pela procura de novas conquistas trabalhistas, pelo direito de greve, e, particularmente, pela resistência contra à interferência do Estado na organização sindical.

5. Maria Silva Duarte Hadler, A política de controle da Classe Operária no Governo Vargas, *Cara a Cara*, ano 1, nº 2, julho/dezembro 78.

As mais conhecidas organizações intersindicais criadas neste período são: CSUB (Confederação Sindical Unitária Brasileira); em 1935; o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), que já existia, clandestinamente, há mais tempo e a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores), ambas em 1945.

Depois do 45

Com o fim do 1º Governo Vargas, que coincide com o término da 2ª Guerra Mundial, o Brasil passa por um período de democratização, acompanhado pelo progresso industrial, pela forte presença de multinacionais, conferindo um clima desenvolvimentista ao País, conduzido por uma política populista de conciliação de classes. A legislação sindical não sofreu alterações e as organizações dos trabalhadores permanecem controladas pelo Estado, que as utiliza como instrumento de implementação desta política, que a caracteriza.

Os sindicatos, que por esta época são hegemonizados pelo Partido Comunista, não conseguem sua autonomia em relação ao Estado, desenvolvendo, desta forma, uma política contraditória, de luta em defesa de melhores condições de vida, e de apoio, em alguns momentos, à política de "apertar o cinto". Com a inteferência estatal, cresce a política de conciliação de classe, mas os trabalhadores caem na ilusão de aproveitar-se dela, na tentativa de poder controlar ou influenciar a política governamental. "O que se buscava não era a autonomia das organizações em nome dos interesses da classe operária (autonomia que não poderia existir sem a liquidação da estrutura sindical vertical e

corporativista e a criação de uma nova estrutura que a substituisse), mas um pouco mais de liberdade dentro da estrutura existente, para melhor servir aos interesses políticos do governo.

Neste período, ao lado do sindicato oficial, organizam-se articulações intersindicais que, atuando de forma permanente, marcam "praticamente", o nascimento da estrutura sindical paralela ... estimulando o funcionamento da própria estrutura sindical e dando vida, por assim dizer, ao pacto populista celerado entre a esquerda e os herdeiros de Vargas⁶. Sem entrar na avaliação deste polêmico período, uma coisa nos parece óbvia: a estrutura sindical imposta, desde aquela época, já revelava sua incapacidade de "conter" o crescimento da mobilização dos trabalhadores, como dizia Alvaro Moisés, ainda em 1953 "encontramos as raízes de uma tendência de tentar superar o populismo, via organização do movimento operário, em novos moldes, o que incluía a implantação de uma estrutura sindical paralela⁷".

Entre as organizações intersindicais mais importantes deste período, destacam-se: o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) criado em São Paulo, em 53, por ocasião da greve dos 300 mil, e que, durante cinco anos, orienta as lutas políticas dos trabalhadores; o FDS, na Baixada Santista, o PUI-Sorocaba, entre outras.

6. Francisco Weffort, *Origens do sindicalismo populista no Brasil*, Estudo CEBRAP 4, abril/junho 1973.

7. José Alvaro Moisés - *A greve dos 300 mil em S. Paulo*, *Contra-ponto*, ano 1 nº 1, 1976, pag. 38.

Em 1958, no Estado do Rio, surge o CPOS (Comissão Permanente de Organizações Sindicais) e, em 1960, nascem o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e o CGC (Comando Geral de Greve).

CGC, PUA, CPOS e várias Confederações (CMTI-CONTEC), comandam a criação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), uma articulação que "passa a dirigir a vida sindical neste curto e agitado período (7 greves gerais de 1961 a março de 64 e mais de 70 greves intercorporativas)"⁸.

É ainda, neste período pós-guerra que tem origem as primeiras organizações de trabalhadores rurais, que se mobilizam em torno de congressos, organizados em vários Estados (Pernambuco, Goiás 1951).

Em 1953, acontece em São Paulo, o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas; em 1956, ainda em São Paulo, realiza-se a 2ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, por ocasião da qual é instituída a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas).

Em '55 nascem as ligas camponesas. ULTAB, LIGAs e outras forças políticas organizadas, reúnem-se em congresso, dando origem à CONTAG⁹ (dezembro de 1963).

8. CEDAC, Perspectivas do novo sindicalismo, Coleção Brasil dos Trabalhadores, nº 1, Ed. Loyola - pag. 31-32.

9. Leonildo Servolo de Medeiros, História dos Movimentos Sociais no Campo, FASE, RJ, 1989.

RESUMÉ

Le mouvement syndical né lors des grèves qui ont eu lieu dans l'ABC pauliste en 1978 a été conventionnellement appelé "Nouveau Syndicalisme". Il a pris racine au sein d'un mouvement social plus ample qui se développait pendant les années de dictature. Et aujourd'hui, on retrouve ses caractéristiques encore vivantes à la Centrale Unique des Travailleurs - CUT.

L'objet de ce travail est justement de caractériser le "nouveau" de ce syndicalisme et la Centrale que ce syndicalisme a engendré.

L'étude de faits historiques liés à ce mouvement, de ses origines, de ses actions, des groupes qui le composent, de ses positions politiques et idéologiques, des résolutions prises lors des Congrès de la Centrale et la connaissance de la vision qu'ont les travailleurs et les spécialistes en sciences sociales de ces faits est le point de départ de ce travail.

Cette étude est accompagnée d'une réflexion portant sur les quinze ans pendant lesquels une nouvelle pratique syndicale s'est consolidée au Brésil, processus vécu par une gamme ample de salaires et au long duquel le pays a connu des changements politiques importants et des crises économiques profondes.

Aujourd'hui, face aux impasses que la CUT rencontre dans son organisation, face à la nécessité d'approfondir sa conception du syndicalisme et face aux exigences de garantie d'une dimension éthique et culturelle dans sa pratique, la Centrale doit surmonter certains défis. Ce sont les défis qui ont pu être identifiés au long de la réflexion que ce travail indique finalement.

BIBLIOGRAFIA

- 01- ANTUNES, Ricardo C. O novo sindicalismo. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991. 150 p.
- 02- ARROYO, Raimundo. Empobrecimento relativo e absoluto do proletariado brasileiro na última década. In: A situação da classe trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 106 p.
- 03- BELLONE, Eurico. L'universo comprensibile. In: Api e Architeti. Trento : L'Unita, 1990. 110 p.
- 04- BOCAIUVA, Pedro Cláudio Cunca, VEIGA, Sandra Mayrink. Novo vocabulário político : hegemonia e Pluralismo. Rio de Janeiro: FASE; Petrópolis: Vozes, 1992. v. 1. 293 p.
- 05- BOITO JÚNIOR, Armando, (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 195 p.
- 06- BOITO JÚNIOR, Armando, O sindicalismo de estado no Brasil: Uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: HUCITEC; Campinas(SP) : UNICAMP, 1991. 312 p.
- 07- CALLIGARIS, Contardo. Hello Brassil : notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo : Ed. Escuta, 1991. 173 p.
- 08- CAPRA, Fritjob. Il punto de svolta : ciencia, società e cultura emergente. Milano : Ed. Universale Economia Feltrinelli, 1990. 382 p.
- 09- COELHO, João Gilberto Lucas, OLIVEIRA, Antônio Carlos Montes de, A NOVA CONSTITUIÇÃO, avaliação de texto e perfil dos constituintes, Coord. INESC - Instituto de Estudos Sócio-econômicos - Ed. Rerace - Rio de Janeiro, 1989
- 10- DUARTE, Luis Fernando. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro : Jorge Zahar editor : CNPQ, 1986. 290 p.
- 11- FARIAS, Hamilton José Barreto de. A experiência operária nos anos de resistência : a oposição metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - PUC, São Paulo, 1986
- 12- GIANNOTTI, Vitor, NETO, Sebastião. CUT por dentro e por fora. - Petrópolis : Vozes, 1990. 71 p.
- 13- IBRAHIM, José. Perspectiva do novo sindicalismo. São Paulo : Loyola, 1980. 62 p. (Coleção : Brasil dos trabalhadores; 1)

- 14- KONDER, Leandro, O futuro da filosofia da praxis : o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 199 . 140 p.
- 15- KOSIK, Karel, Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 4ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976. 230 p. (Rumos da cultura moderna; v. 26)
- 16- KRIESCHKE, Paulo e MAIN, Waring. (orgs). A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985. Porto Alegre : L & PM, 1986. 207 p.
- 17- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. Hegemonia y estratégia socialista : hacia una radicalización de la democracia. Madrid : Siglio Veintiuno, 1987. 217 p.
- 18- LENIN, Vladmir Hich Ulianov. Sobre os sindicatos. Tradução de Guedes, Zuleika Alamber . São Paulo : Editorial Livramento, 1979. 350 p.
- 19- MANFREDI, Silvia Maria - Educação em sindicatos : quem disse que a gente não sabe. 1983. p. Tese (doutorado) em Sociologia - Universidade de São Paulo - 1983. Mimeo.
- 20- MARTINS, Heloisa H. T. de Souza, O Estado e a burocratização no Brasil. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1989. 190 p.
- 21- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro : FASE, 1989. 215 p.
- 22- MENEZES, Clarice Melamed, SARTI, Ingrid. CONCLAT 1981 : a melhor expressão do movimento sindical brasileiro. Rio de Janeiro : ILDES. 1981. 104 p.
- 23- MERCADANTE, Aloisio e RAINHO, Luis Flavio. CUT e CONCLAT : a divisão política do movimento sindical. In : Trabalhadores Urbanos no Brasil, 82-84. São Paulo : CEDI, 1986. (Aconteceu Especial; 16) 199 p.
- 24- MOISES, José Alvaro. Lições de liberdade e opressão : o novo sindicalismo e a política. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 245 p.
- 25- NUM, José, ALVAREZ, Alejandro, SANDOVAL, Elena et. al. O controle operário e o problema da organização. In : A situação da classe trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra : CEDEC, 1978. 106 p.
- 26- PAIVA, Vanilda (org.). Perspectivas e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro : Ed. Graal, 1984 - 326 p. (Biblioteca de educação; n. 4)
- 27- PEIXOTO, Fernando Pires. Sindicato e partido : projeto de dissertação de mestrado. Rio de Janeiro : IUPERJ, . p. Mimeo.

- 28- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos e sindicatos : escritos de sociologia política. São Paulo: Atica, 1990. 151 p.
- 29- . CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. p.
- 30- RODRIGUES, Iram Jácome. Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria. São Paulo : FASE/Cortez, 1990. 172 p.
- 31- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena : experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo : 1970/1980, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p.
- 32- SANDRI, Adriano. Os trabalhadores e o movimento sindical. Belo Horizonte : GEFASI/CPO, 1990. 221 p.
- 33- SANTANA, Marco Aurélio. Partido de militância sindical : atuação do Partido Comunista no sindicato metalúrgico do Rio de Janeiro (1947/1964). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFRJ, 1992. Mimeo
- 34- SILVA, Benedito (Coord. Geral). Dicionário de Ciências Sociais. 2ª. ed. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas. 1987. 2 v.
- 35- VACCA, Giuseppe.(org.) Pensare il mondo nuovo. Trento : l'Unità, 1989. 109 p.
- 36- VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura : notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2ª. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1987. 149 p.
- 37- VIANNA, Luiz Werneck. A classe operária e a abertura. : Ed. Cerifa, 1983. 196 p.
- 38- . Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976. p.
- 39- . De um Plano Collor a outro. : Ed. Revara, 1991. p.
- 40- VIEIRA, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel. 3ª. ed. São Paulo : Cortez, 1987. 239 p.
- 41- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 4ª. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. 181 p.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS E AVULSOS

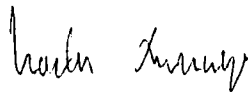
- 01- BARGAS, Douglas German. Estratégia para superação do modelo sindical corporativo. Cadernos de Formação [da CUT]. São Paulo, n. 5, mar. 1991.
- 02- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/RS (CUT/RS). FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). Diagnóstico sindical : relatório de pesquisa. Porto Alegre, ago. 1990. Mimeo
- 03- CONGRESSO NACIONAL DE CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CONCUT), 4, 1990. Belo Horizonte. Caderno de teses do 4º CONCUT. São Paulo : CUT, 1992. 138 p.
Resoluções do IV CONCUT. São Paulo : CUT, 1992.
- 04- CONGRESSO NACIONAL DE CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2, 1986. Rio de Janeiro. Resoluções do 2º congresso. São Paulo : CUT, 1986. Caderno especial.
- 05- GROSSI, Francisco Vio, SOUZA, José Francisco de. Educação popular para uma democracia Latino-americana. Recife : CEAAR- : Rede de pesquisa participante, n.1, jul. 1989. 44 p. (Série : Educação popular e democracia; 1).
- 06- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SÓCIO-ECONOMICO (IBASE). Organização sindical no Brasil. Rio de Janeiro, [s. d.]. Mimeo
- 07- MOISÉS, José Alvaro. A greve dos 300 mil em São Paulo. Contraponto. São Paulo, a. 1, n. 1, 1976.
- 08- NETO, José Francisco Siqueira. Contrato coletivo de trabalho : perspectivas de rompimento com a legalidade repressiva. Cadernos CESIT. Campinas (SP), n. 5, 1992.
- 09- OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA (OMS). Uma análise do ENTOES : contribuição debate político. São Paulo, [s. d.]. Mimeo.
- 10- PLASTINO, Carlos A. Democracia e transformação em debate. Conexão Internacional. Rio de Janeiro, a. 2, n. 4/5, .
- 11- RODRIGUES, Leôncio Martins, CASTRO, Maria Silvia Portella de, SOCHACZENSKI, Suzanna et al. Retrato da CUT : delegados do 3º Congresso : representação nas categorias. São Paulo : CUT, 1989. 76 p.
- 12- SALLES, Francisco L. Duas vertentes e dois projetos no sindicalismo brasileiro. Cadernos CEDEC. São Paulo, n. 6, p. 2-42, 1985.

PERIÓDICOS

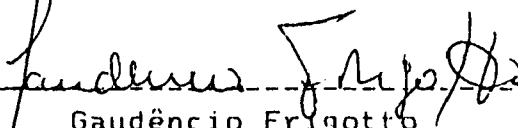
- 01- ARTICULAÇÃO SINDICAL. Tese 13: avançar, consolidar e vencer.
São Paulo, mar. 1991. 33 p.
- 02- BOLETIM NACIONAL [DA CUT]. São Paulo : CUT, maio 1985
- 03- BOLETIM NACIONAL [DA CUT]. São Paulo : CUT, n. 9, ago. 1986.
- 04- BOLETIM NACIONAL [DA CUT]. 3º CONCURTO : resoluções. São Paulo : CUT, n. 21, set. 1988.
- 05- BOLETIM NACIONAL [DA CUT]. 3º CONCURTO : registro de imagens. São Paulo : CUT, set. 1988. Edição especial.
- 06- CADERNOS DE FORMAÇÃO. São Paulo : CUT Estadual. Secretaria de Formação. N. 2, 1987.
- 07- CADERNO DO CEAS. Salvador : CEAS, n. 88, set/out. 1988.
- 08- CUT NACIONAL. Planejamento 1992. São Paulo : CUT, 1992.
- 09- ESCRITA/ENSAIO. O poder sindical. São Paulo ; Ed. Vertente, a. 2, n. 4, 1978. 62 p.
- 10- FORÇA SINDICAL. São Paulo, a. 1, n. 1, jun. 1991.
- 11- REVISTA CARA A CARA. Petrópolis : Vozes : Centro de Estudos Everaldo Dias, a. 1, n. 2. Jul/dez. 1978.
- 12- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 13, jan/fev./mar. 1991. 80 p.
- 13- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 14, abr./maio/jun.. 1991. 80 p.
- 14- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 15, jul./ago./set. 1991. 80 p.
- 15- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 16, out./nov./dez. 1991. 80 p.
- 16- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 17, jan./fev./mar. 1992. 80 p.
- 17- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 18, maio/jun./jul. 1992. 80 p.
- 18- TEORIA E DEBATE. São Paulo : PT, n. 19, ago./set./out. 1992. 80 p.

O "NOVO" SINDICALISMO BRASILEIRO.
CARACTERÍSTICAS, IMPASSES E DESAFIOS

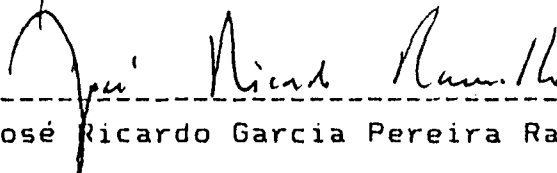
Dissertação apresentada aos Senhores..:



Carlos Minayo Gomez
(Orientador)



Gaudêncio Frigotto



José Ricardo Garcia Pereira Ramalho

Visto e permitida e impressão

30 06 1993
Rio de Janeiro, ____/____/____.



Newton Lucupira
Coordenador Geral do IESAE